

# REVISTA

**A** REVISTA ELETRÔNICA DE FILOSOFIA

PERÍODICO DISCENTE DO PROGRA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
FILOSOFIA DA UNIOESTE

**L** PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

REVISTA ALAMEDAS Vol. 8, n. 2, 2020 e-ISSN 1981-0253

**A** [HTTP://E-REVISTA.UNIOESTE.BR/INDEX.PHP/ALAMEDAS/INDEX](http://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/index)

**A  
M  
E  
D  
A  
S**



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
- UNIOESTE - RUA DA FACULDADE 645, TOLEDO - PR.  
CEP 85.903-000.  
E-MAIL: [REVISTAALAMEDAS@GMAIL.COM](mailto:REVISTAALAMEDAS@GMAIL.COM)

Revista Alamedas - Revista Eletrônica Discente do PPGFil da UNIOESTE. Caracteriza-se como iniciativa que tem como objetivo principal construir espaços para a divulgação do conhecimento produzido por pesquisadores das Ciências Sociais e da Filosofia.

A Revista Eletrônica Alamedas é uma publicação dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Tal iniciativa tem como principal objetivo abrir caminhos para a divulgação do conhecimento produzido por pós-graduandos. Serão aceitos trabalhos inéditos na revista, cujos autores sejam mestranda/o, mestra/e, doutoranda/o, doutora/or. A Revista aceitará contribuições nos seguintes formatos: artigos, ensaios inéditos, traduções, resenhas e entrevistas.

• **FICHA CATALOGRÁFICA:**

- Marilene de Fátima Donadel (UNIOESTE/Campus de Toledo)  
CRB 9/924

Revista Alamedas: Revista Eletrônica do NDP [recurso eletrônico] /

R454 Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa; editor científico Nilceu Jacob Deitos, editora adjunta Yonissa Marmitt Wadi. -- v.1, n. 1 (jan./jul. 2006) - Dados eletrônicos. -- Toledo: NDP, 2006.  
Semestral  
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: [www.unioeste.br/ndp/revista](http://www.unioeste.br/ndp/revista)

ISSN: 1981-0253

1. Ciências sociais - Periódicos 2. História - Periódicos 3. Educação - Periódicos 4. Filosofia - Periódicos I. Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa II. Deitos, Nilceu Jacob, Ed. Wadi, Yonissa Marmitt, Ed.

CDD 20. ed. 001.305

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**

**REITOR**

Paulo Sérgio Wolff

**DIRETOR DO CAMPUS DE TOLEDO**

Remi Schorn

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

César Augusto Battisti

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Geraldo Magella Neres

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

Claudinei Aparecido de Freitas da Silva

**EXPEDIENTE**

**COMISSÃO EDITORIAL E EXECUTIVA**

- Prof. Dr. Claudinei Aparecido de Freitas da Silva (UNIOESTE)

**EDITOR CIENTÍFICO E EXECUTIVO:**

- Prof. Dr. Jadir Antunes (UNIOESTE)

**EDITORES ADJUNTOS:**

- Célia Machado Benvenho (UNIOESTE)
- Charles Eriberto Wengrat Pichler (UNIOESTE)
- Cristiane Roberta Xavier Candido (UNIOESTE)
- Fabiana de Jesus Benetti (UNIOESTE)
- Giovane da Silva Lozano (UNIOESTE/UFGD)
- Jhonatan Gonçalves (UNIOESTE)

- Josiane Paula da Silva (UNIOESTE)
- Kátia Rocha Salomão (UNIOESTE)
- Suellen Dantas Godoi (UNIOESTE)

#### **APOIO EDITORIAL:**

- Projeto SABER (Sistema de Acesso à Biblioteca Eletrônica de Revistas)

#### **EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:**

- DRI - Diretoria de Informática (UNIOESTE/Campus de Toledo)
- NDP - Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa (UNIOESTE/Campus de Toledo)

#### **REVISÃO:**

- Revista Alamedas

#### **CONSELHO EDITORIAL:**

- Prof. Dr. César Augusto Battisti (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Jadir Antunes (UNIOESTE)
- Prof. Dr. José Luiz Ames (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Libanio Cardoso Neto (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Luciano Carlos Utteich (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Paulo Roberto Azevedo (UNIOESTE/Campus de Toledo)
- Prof. Dr. Rosalvo Schütz (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Stefano Buselatto (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Tarcílio Ciotta (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Wilson Antonio Frezzatti Júnior (UNIOESTE)
- Prof<sup>ª</sup>. Dra. Denise Jardim (UFRGS)
- Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ester Maria Dreher Heuser (UNIOESTE)
- Prof<sup>ª</sup>. Dra. Marta Rios Alves Nunes da Costa (UNIOESTE/UFMS)

#### **CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL:**

- Prof. Dr. Danilo Saretta Veríssimo (UNESP)

- Prof. Dr. Ericson Sávio Falabretti (PUCPR)
- Prof. Dr. Ernildo Jacob Stein (PUCRS)
- Prof. Dr. Evanildo Costeski (UFC)
- Prof. Dr. Fábio Marques de Almeida (UFG)
- Prof. Dr. Marcelo Fabri (UFMS)
- Prof. Dr. Marciano Adilio Spica (UNICENTRO)
- Prof. Dr. Marcos José Müller (UFSC)
- Prof. Dr. Max Rogério Vicentini (UEM)
- Prof. Dr. Reinaldo Furlan (USP)
- Prof. Dr. Sirio Lopez Velasco (FURG)
- Prof. Dr. Wanderley Cardoso de Oliveira (UFSJ)
- Prof<sup>ª</sup>. Dra. Marta Nunes da Costa (UFMS)

#### **CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL:**

- Prof. Dr. Duane Harvey Davis (University of North Carolina, *Asheville*/EUA)
- Prof. Dr. Franco Riva (Università Cattolica del Sacro Cuore/Milano)
- Prof. Dr. Martin Grassi (UCA /Buenos Aires)
- Prof. Dr. Renaud Barbaras (Panthéon/Sorbonne/Paris)
- Prof. Dr. Roberto Juan Walton (UBA/Buenos Aires)
- Prof. Dr. Thamy Claude Ayouch (Sorbonne/Paris VII)
- Prof<sup>ª</sup>. Dra. Graciela Ralon Walton (UNSAM/Buenos Aires)
- Prof<sup>ª</sup>. Dra. Irene Borges Duarte (Universidade de Évora)

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> _____	<b>8</b>
<i>Comissão Editorial</i>	
<b>A SUBJETIVIDADE EM TEMPO DE SUBJETIVIDADES: UM ENSAIO SARTRIANO A PARTIR DE UM CAFÉ</b> _____	<b>11</b>
<i>João Eduardo Lamim</i>	
<b>MARCUSE: A DESCOBERTA DO PRINCÍPIO DE DESEMPENHO ENQUANTO PRINCÍPIO DE REALIDADE DA SOCIEDADE CAPITALISTA</b> _____	
<i>Marcelo Barbosa</i>	
<b>NO LIMIAR DE UMA NOVA ERA? ENSAIO SOBRE VESTÍGIOS DE UMA NOVA CONFIGURAÇÃO DO SABER</b> _____	<b>20</b>
<i>Douglas Alessandro Souza Santos</i>	
<b>GRUPO SOCIAL, UMA CATEGORIA RECORRENTE: INTERLOCUÇÕES EPISTEMOLÓGICAS ENTRE DURKHEIM, SIMMEL E WEBER</b> _____	<b>28</b>
<i>Claudio Henrique Nunes de Sena</i>	
<b>O CAMPO DO ENSINO SUPERIOR E SEUS CONFLITOS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DE PIERRE BOURDIEU E GEORG SIMMEL</b> _____	<b>42</b>
<i>Ednilson Barbosa de Oliveira</i>	
<b>A IMPORTÂNCIA DO GESTOR ESCOLAR NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA</b> _____	<b>56</b>
<i>Alex Sandro Santos</i>	
<b>O ENSINO DE FILOSOFIA PARA CRIANÇAS</b> _____	<b>69</b>
<i>Juliana Tibério</i>	
<b>NEOLIBERALISMO E CADEIAS GLOBAIS: UMA ANÁLISE DE GOVERNAMENTALIDADE E MENSAGEM</b> _____	<b>85</b>
<i>Aparecido Silva</i>	
<b>GERMANIDADE: ASPECTOS CULTURAIS E IDENTITÁRIOS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR</b> _____	<b>96</b>
<i>Luana Caroline Künast Polon</i> <i>Paulo Henrique Heitor Polon</i>	
<b>A INFLUÊNCIA DA MEMÓRIA NA FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL</b> _____	<b>117</b>
<i>Max André Araújo Ferreira</i> <i>Roberto Rigaud Navega Costa</i>	



**GOVERNAMENTALIDADE E JUVENTUDES: ANÁLISE DE UMA  
EXPERIÊNCIA DO SUL DO BRASIL \_\_\_\_\_ 140**

*Ráisa Lammel Canfield*

*Livio Silva de Oliveira*

**RELAÇÕES CIVIS-MILITARES NO BRASIL: INTERPRETAÇÕES SOBRE O  
“PODER MODERADOR” E AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS \_\_\_\_\_ 160**

*Wallace da Silva Mello*

**DIRETRIZES E NORMAS \_\_\_\_\_ 178**

*Comissão editorial*

## APRESENTAÇÃO

Car@s leitor@s é com satisfação que apresentamos a nova edição da Revista Alamedas. Nesse volume, encontra-se XX contribuições que perpassam por vários temas Filosofia e áreas das Ciências Humanas. Nesse sentido, os textos selecionados tratam de diversos assuntos relacionados a educação, pensadores sociais, globalização, cultura e identidade, juventude, governabilidade.

No primeiro capítulo intitulado **“A SUBJETIVIDADE EM TEMPO DE SUBJETIVIDADES: UM ENSAIO SARTRIANO A PARTIR DE UM CAFÉ”** o autor João Eduardo Lamim, nos apresenta um ensaio no qual faz uma reflexão filosófica, sociologia e crítica da realidade em tempos de isolamento social devido a pandemia do Covid-19.

No capítulo dois Marcelo Barbosa, no seu texto **“MARCUSE: A DESCOBERTA DO PRINCÍPIO DE DESEMPENHO ENQUANTO PRINCÍPIO DE REALIDADE DA SOCIEDADE CAPITALISTA”**, propõem uma reflexão crítica sobre a psicanálise do Freud por meio das análises do autor Marcuse.

Douglas Alessandro Souza Santos nos apresenta, no terceiro capítulo, uma reflexão sobre a razão de ser. Em **“NO LIMIAR DE UMA NOVA ERA? ENSAIO SOBRE VESTÍGIOS DE UMA NOVA CONFIGURAÇÃO DO SABER”** o autor nos provoca mais do que respostas, levanta questões diante da imprevisibilidade do mundo contemporâneo. Tendo como ponto de partida as considerações de Michel Foucault, especificamente aquelas relacionadas ao estudo das condições de emergência de certos saberes.

No quarto capítulo intitulado **“GRUPO SOCIAL, UMA CATEGORIA RECORRENTE: INTERLOCUÇÕES EPISTEMOLÓGICAS ENTRE DURKHEIM, SIMMEL E WEBER”** o autor Claudio Henrique Nunes de Sena analisa a categoria grupo social a partir da articulação teórica entre as ideias de Émile Durkheim, Georg Simmel e Max Weber. Tomando uma interlocução epistemológica comparativa entre os três autores, observou-se e apresentou-se neste trabalho interlocuções na caracterização e configuração de agrupamentos sociais.

O capítulo quinto **“A IMPORTÂNCIA DO GESTOR ESCOLAR NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA”**,

Alex Sandro Santos, discute sobre alguns aspectos relacionados à Importância do Gestor Escolar na Inclusão de alunos com necessidades especiais na escola. Assim o artigo tem por objetivo contribuir para a reflexão sobre o papel do gestor pedagógico frente ao processo de construção de escolas cada vez mais inclusivas.

O sexto capítulo **“O ENSINO DE FILOSOFIA PARA CRIANÇAS”**, Juliana Tibério, investiga por que é necessário o ensino de filosofia nas series iniciais. O objetivo geral desta pesquisa é mostrar como Matthew Lipman transformou a sala de aula tradicional em uma comunidade de investigação através do ensino de filosofia.

No sétimo capítulo intitulado **“NEOLIBERALISMO E CADEIAS GLOBAIS: UMA ANÁLISE DE GOVERNAMENTALIDADE E MENSAGEM”**, o autor Aparecido Silva O trabalho discute e averigua as formas de dominação e a relação de poder atuantes em economias populares e informal, em contexto neoliberal e na base de Cadeias Globais, mais especificamente no interior das firmas. Para tal propósito trabalhamos com dois conceitos, de governamentalidade e de mensagem.

Luana Caroline Künast Polon e Paulo Henrique Heitor Polon nos apresenta o oitavo capítulo, **“GERMANIDADE: ASPECTOS CULTURAIS E IDENTITÁRIOS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR”**, propõem a discutir como os discursos que se referem à germanidade estão presentes no cotidiano e na paisagem de Marechal Cândido Rondon, no extremo oeste do Paraná. A identidade germânica se manifesta através de aspectos culturais, sendo materializada na paisagem do município.

Nono capítulo, **“A INFLUÊNCIA DA MEMÓRIA NA FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL”**, os autores, Max André Araújo Ferreira e Roberto Rigaud Navega Costa refletem sobre como a memória influencia na formação dos espaços urbanos e como ela vem sendo estudada em diversas áreas do conhecimento. O interesse no tema da formação dos espaços urbanos parte da premissa de que esses espaços se formam no sentido de preservar a memória de determinado povo.

No décimo capítulo, Ráisa Lammel Canfield e Livio Silva de Oliveira, em seu texto **“GOVERNAMENTALIDADE E JUVENTUDES: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA DO SUL DO BRASIL”**, a autora e o autor fazem uma reflexão para compreender os processos sociais que produzem o público-alvo para os programas sociais de enfrentamento e prevenção da violência com foco nos jovens em situação de

vulnerabilidade social. A unidade de análise desse texto será o Programa Oportunidades e Direito (POD), experiência do governo do estado do Rio Grande do Sul, que apresenta um recorte territorial, de classe e etário para implementação de suas ações: juventude de periferias consideradas violentas.

Décimo primeiro artigo, **“RELAÇÕES CIVIS-MILITARES NO BRASIL: INTERPRETAÇÕES SOBRE O “PODER MODERADOR” E AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS”**, Wallace da Silva Mello, faz uma revisão bibliográfica sobre o tema das relações civis-militares e a adaptação dessas interpretações no Brasil. Classicamente, os teóricos das relações civis-militares compreendem 4 modelos básicos de relação civis-militares: o modelo aristocrático, o liberal, o comunista e o profissional.

Comissão Editorial

**A SUBJETIVIDADE EM TEMPO DE SUBJETIVIDADES:  
UM ENSAIO SARTRIANO A PARTIR DE UM CAFÉ**

*João Eduardo Lamim<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O presente ensaio pretende fazer uma leitura da efervescência da subjetividade humana no período do isolamento social, medida adotada devido à pandemia do Covid-19. Na interdisciplinaridade entre Filosofia, Sociologia e Arte, com uma linguagem metafórica e literária, se apresenta a necessidade de fomento e análise das situações cotidianas como meio ordinário de enriquecimento intelectual e reflexão crítica da realidade, frente ao embrutecimento e consequentes problemáticas sociais, educativas e pessoais advindas do isolamento social. Numa mudança abrupta da normalidade cotidiana, cada sujeito humano foi obrigado a repensar suas práticas e relações individuais e sociais. Em uma conversa entre Jean-Paul Sartre, Edith Piaf e Zygmunt Bauman é possível redescobrir a importância da subjetividade em tempo de subjetividades.

**Palavras-chaves:** Subjetividade; Filosofia; Pandemia Covid-19.

**SUBJECTIVITY IN TIME OF SUBJECTIVITIES A SARTRIAN TEST FROM A  
COFFEE**

**ABSTRACT:** This essay intends to read the effervescence of human subjectivity during the period of social isolation, a measure adopted due to the Covid-19 pandemic. In the interdisciplinarity between Philosophy, Sociology and Art, with a metaphorical and literary language, there is a need to foster and analyze everyday situations as an ordinary means of intellectual enrichment and critical reflection of reality, in the face of stupefaction and consequent social, educational and personal problems arising from social isolation. In an abrupt change from everyday normality, each human subject was forced to rethink their individual and social practices and relationships. In a conversation between Jean-Paul Sartre, Edith Piaf and Zygmunt Bauman, it is possible to rediscover the importance of subjectivity in time of subjectivities.

**Key-words:** Subjectivity; Philosophy; Pandemic Covid-19.

Folha sem data.

O melhor seria anotar os acontecimentos dia a dia. Manter um diário para que possam ser percebidos com clareza. Não deixar escapar as nuances, os pequenos fatos, ainda quando pareçam insignificantes, e sobretudo classificá-los. É preciso que diga como vejo esta mesa, a

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia pela Faculdade São Luiz (2010-2012) de Brusque/SC; graduado em Teologia pela Faculdade Católica Santa Catarina (2016-2019) de Florianópolis/SC; mestrando em Educação pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), com pesquisa na área de Educação e Tecnologias Digitais. Tem experiência profissional na área de Educação, na formação humana de adolescentes e jovens do Ensino profissionalizante e capacitação de lideranças e educadores. É pesquisador na área de Educação, Tecnologias Digitais e Filosofia contemporânea. E-mail: [joaoedursl@gmail.com](mailto:joaoedursl@gmail.com)

rua, as pessoas, meu pacote de fumo, já que foi *isso* que mudou. É preciso determinar exatamente a extensão e a natureza desta mudança (SARTE, 2015, p. 9. Grifo do autor).

Em tempos tão intensos, onde questões complexas são simplificadas e questões simples são dificilmente complexadas, é sempre importante buscar compreender nosso papel individual nas transformações à nossa volta. Importância mais filosófica em 25 de janeiro de 1932; importância mais pragmática em 2020. A partir da constatação ligeiramente responsabilizável da individualidade em Jean-Paul Sartre, parece que ultimamente tem-se esquecido a relevância e a responsabilidade de uma subjetividade.

Em *A náusea*, um de seus romances mais famosos, Sartre descreve as aventuras de Antoine Roquentin, um burguês insatisfeito com os rumos de sua vida que se instala em Bouville, uma cidade fictícia (nem por isso irreal), a fim de registrar a biografia de um honroso marquês. Era por volta da década de 30, quando o romance, embebido de filosofia, começa a materializar-se e circular entre os intelectuais parisienses. Mal sabia o Sr. Roquentin que nas tentativas de escrever sobre outrem escreveria sobre si mesmo. Mal sabe Sartre que no seu romance entreveríamos sua própria subjetividade; e a nossa.

Praticamente todo o diário elaborado na obra é datado, exceto a primeira página que é uma “folha sem data”. Sem data, porque poderá ser o dia de hoje. Ou o de amanhã.

Um pouco longe do centro intelectual, nas periféricas e boêmias vielas da metrópole francesa, soa forte a voz de uma canarinha. Edith. *Piaf*. Edith Piaf.

Nas canções temperadas com melancolia e drama, talvez até sem saber, começa a cantarolar uma refinada filosofia existencial boêmia. Especialmente em *L'Accordéoniste* (O Acordeonista), Edith Piaf (s.d.) canta acerca de uma bela dama, que ganha a vida nos bordéis e só consegue sentir-se mais completa e amada quando descansa na contemplação dos olhos apaixonados de um acordeonista. Mal sabia Edith que nas tentativas de cantar sobre outrem cantaria sobre si mesma. Mal sabe Edith que na sua música embebida de intensidade, tristeza e paixão entreveríamos sua própria subjetividade; e a nossa.

Para que amar? Pergunta Edith. “Para nos dar alegria, com lágrimas nos olhos”. Não sabemos se Piaf e Sartre chegaram a se encontrar algum dia, se trocaram olhares, se cruzaram-se em alguma via parisiense. Se não se encontraram presencialmente, o

fizeram artisticamente. Ou filosoficamente. Sem música, diz o gigante alemão, a vida (e a Filosofia) seria um erro. Música e Filosofia. Encontro que costurou a década de 30. E de 40. E 50. 60. 70. 80. 90. 2000. 2010. 2020.

2020!

Tempos de incerteza. Tempo de transição. Tempos de subjetividades. Tempos.

A história da Humanidade é costurada sutilmente pelas interpelações dos sujeitos que buscam, em cada fragmento do tempo, afirmar suas certezas. Por longos séculos (muito longos, segundo o tempo da consciência) as certezas estiveram tuteladas. Não precisávamos nos preocupar individualmente. Os outros optavam por nós. Sartre, porém, faz sangrar os cadáveres das tutelas. “O inferno são os outros”. Sem saber ao certo o autor, faz-se gritar a antiga afirmativa: “torna-te quem tu és”; ou quem tu quiseres ser.

Estamos frente a frente com nós mesmos e nossas escolhas!

Abre-se uma porta na história universal. Por ela saem todas as subjetividades. Saem por uma porta. Pela porta de um Café. Acho que não é um *Ciber-Café*. É só um Café. Um Café em Bouville, a cidade pseudofictícia d’*A Náusea*. Dos famosos Cafés franceses, além de cafés, serviam-se doses profundas de cultura. Hoje, em tempos de subjetividades, servem-se apenas cafés *gourmet’s*. Sartre tenta nos ajudar a redescobrir o valor das subjetividades, a partir de um café. E em tempo de transformação.

Dia 12 do isolamento social do Covid-19.

Uma xícara. Um bom café. Um livro. Um gato.

Comprei uma máquina de café expresso.

Ganhei uma cápsula de um bom café que, por sinal, é o meu favorito.

Costumo tomar meu café diário numa xícara grande. Mas na minha nova máquina apenas encaixam-se as pequenas xícaras. Precisei recorrer ao acervo materno. Escolhi uma xícara pequena, de formato uniforme, inteira adesivada de bolinhas. Ela me parecia comum.

Dia 13 do isolamento, segundo dia com a máquina nova, mais um café na xícara de bolinhas.

Dia 14 do isolamento, terceiro com minha máquina.

Decidi por mais um café no começo da noite. Estava sentado no sofá. Meu gato começava a se aninhar no meu colo. Na mesa de centro da sala estava meu livro favorito.

Queria a companhia do gato. Queria ler o livro. Mas precisava de um café.

Entediado com aquela xícara de bolinhas, decidi escolher outra. Precisava ser pequena. Quem me dera aquele café numa xícara grande! Mas só cabia a pequena na nova máquina. De repente meu olho pousa sobre uma xícara.

Uma xícara!

Uma xícara. De contorno barroco. Pintada à mão. Com uma rosa só. Borda dourada. Que xícara! Era do enxoval do casamento dos meus pais. A xícara já tem quase 50 anos.

Liguei a máquina. Completei com água. Coloquei a cápsula do café. Encaixei a xícara.

Era muito interessante ver a xícara com contornos barrocos numa máquina de traços modernos. Sobreveio-me instantaneamente a saudade dos lugares mais especiais que passei. Me lembrei das grandes metrópoles cosmopolitas com seus esplêndidos bairros históricos e seus becos boêmios. Quanta lembrança! Mas foi rápido. Uns 15 segundos. Café pronto! Voltei para o sofá. Sentei-me. O gato já voltou para o meu colo. Peguei o livro.

Um livro!

Um livro. Um conto norte americano. Era sobre um gato preto. Este era indesejado pelo dono. Tinha um olho só. Num ataque de fúria, seu dono o rebocara na parede de casa. Era um gato. Era um conto. De terror. Olhei meu gato. Sobreveio-me

uma vertigem. Deixei o livro de lado por enquanto. Olhei para o gato. Olhei para a xícara. E fiquei fixo na xícara.

Uma xícara. De contorno barroco. Pintada à mão. Com uma rosa só. Borda dourada. Que xícara! Congelei por mais alguns segundos.

Uns segundos!

Uns segundos. Que estranho! De novo uma vertigem. Um estranhamento. Era a rosa pintada na xícara. Era uma só. Mas era estranha. A rosa estava pintada delicadamente, para aquela xícara, parecendo ser pensada para estar naquele exato lugar, perto da alça. Mas para dentro! Para o lado de dentro de quem segura, no caso, de mim mesmo. E o restante da xícara? Branca! Toda branca. Só a borda com um filete dotada. Mas toda branca. Só aquela única rosa a consolava.

Mas por que? Por que a rosa, logo a rosa, escondida para dentro? Olhando só para mim? Por que não desabrochava para quem me visse tomando dessa xícara? Recorri a explicações dentro da minha consciência. No meu mapa geográfico literário lembrei de Bouville.

Bouville.

Janeiro de 1932.

Sobreveio-me a sensação de que aquela xícara estava ali só para mim. Uma espécie de valorização daquela minha experiência subjetiva, capaz de fazer com que a minha existência fosse única, fosse especial, fosse memorável, só para sentir aquele café, naquela xícara.

A experiência daquele café, naquela xícara, da contemplação daquela flor e daquele aroma fez com que as decisões subjetivas fossem tão únicas e especiais que pudesse escolher por mim, pelos outros, por todo o mundo. E se tivesse que escolher de novo, e de novo, e de novo... escolheria aquela experiência, daquele café, naquela xícara.

Uma xícara. Um café. Uma flor. Uma vertigem. Uma certeza; subjetiva.

Uma certeza subjetiva.

Nos tempos turbulentos de uma pandemia mundial, há notícias de que, quando a existência se voltou para a contemplação subjetiva, isolada e doméstica, algumas águas ficaram mais despoluídas, alguns lugares tiveram ar mais puro, alguns animais puderam gracejar em lugares antes inimagináveis. Subjetividades em destaque, recomendadas para a sobrevivência. Um ótimo exercício existencial: isolar-se consigo, tendo de encarar a si mesmo. Cada um com sua subjetividade, para salvar todo mundo.

Estamos novamente frente a frente com nós mesmos e nossas escolhas; se algum dia já ousamos estar.

A experiência mundial no tempo da disseminação da Covid-19 foi capaz de expor a maior das verdades incômodas da existência humana: somos frágeis, nem sempre lúcidos; e todo cuidado é pouco para prolongar nossa experiência vívida humana. Tempos de transição trazem muita incerteza; e tempos incertos tendem a ser decisivos. Uma redescoberta da subjetividade se faz fundamental para conservar lúcida a existência que busque encontrar o mínimo de sentido ou de empatia.

O confinamento revelou outras tantas verdades incômodas: não estávamos mais tão acostumados conosco; não lembrávamos mais como era estar em casa; sequer sabíamos o que existia em casa; e em nós. Um gato me esperava; um livro clamava por minha leitura; um café é importante; uma xícara é surpreendente; eu sou importante.

Êxodo da minha subjetividade no tempo das subjetividades.

Êxodo.

Subjetividade.

A xícara fala de mim; o café fala de mim; o gato fala de mim; o livro fala de mim; a vertigem fala de mim; a casa fala de mim; e eu não percebia mais a mim mesmo.

Parece que o modo como viva já não dissesse mais nada sobre mim mesmo. O que mais dava sentido acabara por perder-se num emaranhado de *non sense*. Talvez o sentido ainda estivesse ali; eu que havia me perdido no emaranhado de muitos sentidos existentes; ou de nenhum.

É um tempo de transição. Tempo de incerteza; e de verdades incômodas.

A partir de Sartre é possível pensar um novo humanismo possível, censuradamente inclusivo pela náusea da existência. Junto com Edith Piaf, esse humanismo ganha ritmo, leveza, dramaticidade incontestável. A afirmação radical da subjetividade só é possível através da afirmação da alteridade. Sou um porque há o outro. Sou um universo, minúsculo, entre galáxias.

O que esperar de um tempo pós-pandemia?

Uma folha de diário datada, uma anotação de um dia específico nos ajuda a transcrever o fenômeno como ele está acontecendo, investigar o contexto, pensar o presencial, atentar aos detalhes, dar atenção aos contatos. Tudo isso fala da capacidade de conseguir capturar o “isto”, o fenômeno cru, o que está acontecendo na dobradiça da História. É preciso desenvolver, mais do que nunca, a nossa capacidade epistemológica da complexidade social. É preciso captar a complexidade e a subjetividade, a coisa e si mesmo, a coisa em si mesma. Isso se faz a partir da clareza dos sentidos das coisas, das intersubjetividades, da interculturalidade crítica ou através de uma xícara de café.

Uma xícara.

Uma xícara barroca. Uma xícara barroca com uma flor. Uma xícara barroca com uma flor voltada para mim. Uma xícara sartreana. Uma xícara que me faz pensar mais em mim mesmo.

Certa vez, lembro-me com lucidez, numa aula de sociologia no tempo da graduação, um professor muito idoso, do qual quase não se entendia o que balbuciava entre muitos nomes e datas (já que era um professor muito “histórico” daqueles que fazia-nos decorar data por data) precisara categoricamente o início da “pós-modernidade”. Não sei qual foi o teórico que ele citou naquele dia, mas tardiamente ouvi o mesmo exemplo numa entrevista de Zygmunt Bauman (2015) pelo *YouTube*. Aquele meu ancião professor dissera que a pós-modernidade começou numa quarta-feira à noite, por volta de 1980. Foi num programa de TV parisiense. Era uma estreia de

um novo programa. A apresentadora vestia-se modestamente. Inaugurava-se a modalidade de “programas de auditório”. Os convidados estavam um pouco tímidos com aquele entorno do programa “ao vivo”. Havia uma câmera só para a transmissão, pois os recursos eram escassos ainda. Era uma entrevista. Um *talk-show*.

Quarta-feira à noite. Noite de outono. Em Paris.

Vivienne.

Nesse programa inovador, uma entrevista com Vivienne, uma mulher comum, ao vivo na TV, na presença de milhões de expectadores. Logo no início da entrevista ela afirmara que nunca havia tido um orgasmo em seus longos anos de casamento. E ainda dissera o nome do seu marido: Michel. E mais: ele sofre de ejaculação precoce.

(Silêncio).

A afirmação chocou a plateia. O exemplo chocou a turma, acostumada com as teorias complexas da Filosofia. Deixou-nos sem entender muito. Era o clima perfeito para terminar uma aula em alto estilo, como num grande “Café Filosófico”. Mas há explicações.

A explicação está em Vivienne.

Vivienne.

Vivianne expõe publicamente um tabu. Por ser mulher, por sofrer uma desilusão, por ser subjugada, por falar sobre sexo, ninguém jamais esperaria aquilo de Vivienne.

Vivianne, a mulher comum de Paris, inaugura a pós-modernidade.

Um assunto que poderia no máximo ser dito no confessionário ao padre, que faz voto de silêncio e retidão, e morreria ali mesmo, visto o segredo sacramental obrigatório, agora é dito a plenos pulmões num “novo confessionário”, num *talk-show*, o novo confessionário da “sociedade do espetáculo”. Segredos que eram imersos numa aura divina e sobrenatural agora são humanizadas ao extremo das consequências de uma existência. Vivienne grita: “eu existo” e “nunca tive um orgasmo”.

“Nunca tive um orgasmo”.

Um orgasmo.

É o grito da pós-modernidade.

O que Vivienne teria a nos dizer hoje? O que o “eu do presente” teria a dizer para o “eu do futuro”? Que conselho para o pós-pandemia na pós-modernidade seria o ideal? Ainda não sabemos; nem sabemos se existe.

O que sabemos que existe, ao menos sobrevive: o “eu do presente”, imerso em paradoxos pós-modernos.

O tempo de agora, especialmente este marcado por problemas não solucionados e reviravoltas não esperadas, serve para deixar nossa fragilidade humana exposta, e fazer-nos repensar os rumos das utopias de onipotência, especialmente assistidos nos cenários políticos, econômicos e dos grandes discursos fascinacionais. Assim como fez Vivienne, uma pandemia expôs nossa vergonha e finitude inexorável. Diante disso nos resta reinventar nosso “normal”, nossas perspectivas e percursos; ou sucumbir na tristeza de nossa própria fragilidade. A admiração com uma xícara, com um dia chuvoso, com um programa de TV chocantemente real ou com outras subjetividades banais podem se tornar epifanias de um novo modo de ver o mundo ou de rever a si mesmo.

Sartre, Piaf, Vivienne, Michel, uma xícara e eu.

O advento da subjetividade num tempo de subjetividades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **O que é pós-modernidade?** Trad. Wilney Ferreira Giozza. S.l.: Fronteiras do Pensamento; Prod. Telos Cultural, 12 out. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aCdUuQycl6Q>>. Acesso em: de 20 maio de 2020.

PIAF, Edith. **L'Accordéoniste**. Composição de Michel Emer. S.d.. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/edith-piaf/550069/>>. Acesso em: de 15 maio de 2020.

SARTRE, Jean-Paul. **A náusea**. Trad. Rita Braga. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. (Coleção 50 anos).

**MARCUSE: A DESCOBERTA DO PRINCÍPIO DE DESEMPENHO  
ENQUANTO PRINCÍPIO DE  
REALIDADE DA SOCIEDADE CAPITALISTA**

*Marcelo Barbosa<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Com o princípio de desempenho Marcuse se propõem a fazer uma análise crítica da psicanálise de Freud, e a interação com concepção crítica, histórica e dialética do pensamento marxista. Colocando assim em evidência uma repressão excessiva que molda nossa realidade. O lugar social do indivíduo passa a ser o resultado do controle de seu libido e de sua energia vital, e suas pulsões são direcionadas como forma de controle na manutenção de um princípio de realidade dominante. Para tanto, o princípio de desempenho falaciosamente se apresenta como o único possível, e libera o mesmo tempo que controla as pulsões dos indivíduos.

**Palavras-chaves:** Marcuse; Psicanálise; Libido; Sociedade capitalista.

**MARCUSE: THE DISCOVERY OF THE PERFORMANCE PRINCIPLE AS A  
PRINCIPLE OF REALITY OF CAPITALIST SOCIETY**

**ABSTRACT:** With the principle of performance Marcuse they propose to make a critical analysis of the psychoanalysis of Freud, and the interaction with critical, historical and dialectical conception of the Marxist thought. Thus putting in evidence an excessive repression that shapes our reality. The social place of the individual becomes the result of controlling his libido and vital energy, and his drives are directed as a form of control in maintaining a principle of dominant reality. For this purpose, the performance principle falsely presents itself as the only possible one, and frees up the same time that it controls the drives of individuals.

**Keyword:** Marcuse; Psychoanalysis; Libido; Capitalist Society

Este artigo se propõe a expor de que modo Marcuse insere a psicanálise freudiana na teoria crítica e interação com conceitos do pensamento marxista. Ao se apropriar dos conceitos de Freud, Marcuse atribui uma concepção crítica, histórica e dialética, pretendendo revelar as novas formas de expropriação do trabalho que o sistema capitalista desempenha, ampliando sua dominação e exploração. Assim, Marcuse encontra na psicanálise um meio para revelar as novas formas de dominação capitalista

---

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. E-mail: [barbosa\\_mondai@hotmail.com](mailto:barbosa_mondai@hotmail.com)

Se, por um lado, é principalmente pelo viés dos valores culturais que Marcuse desenvolve o potencial crítico da psicanálise, por outro lado, parte do pressuposto de que, as relações sociais entre os indivíduos são determinadas pelas relações de produção de mercadorias e pela divisão de classes da qual a sociedade é composta. Sendo assim, os valores culturais derivados da socialização e da relação social entre os indivíduos, podem ser substituídos ou mesmo serem restringidos a valores culturais que interessam somente a um princípio de realidade dominante.

Marcuse torna política as categorias da psicologia, percebendo que os processos psíquicos dos indivíduos são absorvidos pela função deste no Estado, nos processos de produção e de consumo. De modo que, os valores culturais que determinam as relações entre os indivíduos, funcionem como instrumentos de controle repressivo, tencionando a felicidade e a libido dos indivíduos em favor do aparato tecnológico dominante. Acontece desse modo que, a perturbação particular do indivíduo, que tem seus processos psíquicos absorvidos em vista de uma realidade dominante, se reflete numa perturbação do todo social, implicando numa desordem geral, onde nem um é particular e nem o todo é social, ocorrendo uma alienação dos valores culturais.

Marcuse busca desenvolver uma análise crítica dos acontecimentos políticos e sociais a partir das noções da psicologia. O lugar social<sup>3</sup>, ou seja, o meio de onde fala o indivíduo, fornece o fundamento histórico para pensar a interação com a teoria crítica marxista. O lugar social é o processo social concreto que mostra a relativização da pretensão universalista da psicanálise, é por ele que os valores sociais são medidos, é onde o indivíduo desenvolve sua personalidade, aceitando ou se contrapondo ao *status quo* e também é o que determina o que é ou não aberrante para a sociedade.

O potencial concreto do lugar social está nos “valores do meio que decidem se certos comportamentos são ou não aberrantes, e tais valores variam de geração para geração e de classe

---

<sup>3</sup> - Usado por Siegfried Bernfeld (1892-1953) como crítica marxista a pretensão universalista do freudismo, mostrando sua vinculação aos processos sociais concretos. O lugar social é, desse modo, os valores que determinam se um comportamento é ou não aberrante em um meio específico. Bernfeld aponta ainda que a maior parte da população se encontra na situação de Tântalos, ou seja, está destinada a não poder satisfazer adequadamente as suas necessidades.

social para classe social” (ROUANET, 2001, p. 20). Para Rouanet, a maioria da população vive em “situação de Tântalo<sup>4</sup>”, ou seja, suas necessidades nunca são satisfeitas adequadamente, e estas estão sempre vinculadas a privação da necessidade de outros. O que se questiona é: como uma classe social composta pela maioria oprimida, aceita a opressão pela minoria? Aí se encontra para Marcuse o papel crítico da psicanálise, nos possibilita compreender o papel da influência ideológica burguesa/capitalista, e na fixação de elementos que levam a classe operária a respeitar cegamente a autoridade imposta e a amar aquilo que o oprime.

Para tanto, o recalque e a sublimação são elementos importantes na incorporação da ideologia dominante. Funcionam como uma gratificação compensatória das pulsões não realizadas, “o círculo se completa: a cultura, em sua dimensão moral, é utilizada para impedir a gratificação pulsional. Parte do afeto ‘censurado’ é recalcado, e parte é sublimado” (ROUANET, 2001, p. 24), ou seja, o recalque funciona como a introjeção dos valores mesmo que o indivíduo não se identifica. O pensamento de Freud, principalmente nas obras Totem e Tabu (1913), O Mal-estar na civilização (1930) e Moisés e o Monoteísmo (1939), são usados como instrumento crítico, o que permite a Marcuse lançar perspectiva de uma ordem além da dominação. Mas como?

A Utopia de Marcuse se funda na tensão entre Eros e Thanatos<sup>5</sup>. É pela teoria das pulsões de Freud - O Mal-estar na Civilização -, que Marcuse visualiza a nova forma de dominação e a possibilidade subversiva de um novo Princípio de Realidade. A vida para Freud é orientada pelas pulsões de Eros e Thanatos, que representam as pulsões de vida e de morte respectivamente. O Princípio de Prazer (Eros) representa a natureza sexual, contendo a libido, responsável pelo movimento de prolongar a vida, e o princípio de morte (Thanatos), é movido pela agressividade e destruição da vida. A vida,

---

<sup>4</sup> - O nome Tântalo aparece no Canto XI da Odisséia de Homero, nos versos 582-592. Tântalo certa vez, ousando testar a onisciência dos deuses, roubou os manjares divinos e serviu-lhes a carne do próprio filho Pélope num festim. Como castigo foi lançado ao Tártaro, onde, num vale abundante em vegetação e água, foi sentenciado a não poder saciar sua fome e sede, visto que, ao aproximar-se da água esta escoava e ao erguer-se para colher os frutos das árvores, os ramos moviam-se para longe de seu alcance sob a força do vento. A expressão Suplício de Tântalo refere-se ao sofrimento daquele que deseja algo aparentemente próximo, porém, inalcançável, a exemplo do ditado popular "Tão perto e, ainda assim, tão longe".

<sup>5</sup> - Eros é uma palavra que deriva do Latim que significa amor, na mitologia grega seu significado expressa o amor, o desejo e atração sexual. Desse modo, a pulsão libidinal de Eros une as pessoas pelo anseio da civilização. Thanatos é uma palavra que derivada do grego, que significa morte. Freud utiliza para explicar a pulsão de morte no indivíduo. Se refere a morte social, aquela pulsão que leva o indivíduo a loucura e ao suicídio.

para Freud, consiste na interação e no conflito destas duas classes de instintos. Mas, é no Princípio de Prazer (Eros) que o processo civilizatório está apoiado, por ser de natureza sexual tem a capacidade de juntar as pessoas e assim prolongar a vida. Mas, a vida em civilização requer a sublimação de alguns prazeres, ou de pulsões. A sublimação das pulsões, são basicamente uma reorientação da libido para finalidades primárias e não sexuais, ou seja, no processo civilizatório nós não realizamos o Eros diretamente, nossas pulsões e nossos afetos são suprimidos e gratificados, e a gratificação é canalizada para a produção de “cultura”.

Para Freud, o processo civilizatório está necessária e diretamente ligado a um caráter repressivo, e de renúncia aos instintos. Para ele, possuímos uma herança arcaica de experiências históricas que estão presentes em nosso inconsciente. O parricídio<sup>6</sup> dos irmãos e o estabelecimento de totens e tabus são para FREUD (v. 23, p. 53), o início da civilização e do processo religioso. Para o psicanalista, os primórdios da moralidade e da justiça se encontram na renúncia aos instintos; no reconhecimento das obrigações mútuas; na introdução das instituições; e no reconhecimento destas como invioláveis e sagradas. Isto tudo possibilita a geração da primeira forma de organização social.

Após o assassinato do pai, pelo clã dos irmãos, surge o sentimento de culpa. O pai que antes negava a gratificação pulsional dos filhos, após ser assassinado, surge como totem, “os parricidas rebeldes agem unicamente para frustrar a primeira consequência, a ameaça: restabelecem a dominação substituindo um pai por muitos e, depois, deificando e internalizando o pai único” (MARCUSE, 1975, p. 74). Marcuse percebe que o indivíduo dissolvido na ordem social dominante, enfrenta a repressão geral da humanidade, e afirma que, “a autoconsciência e a razão fez do homem à imagem e a semelhança da repressão, interna e externa” (MARCUSE, 1975, p. 67). Segundo Marcuse, o sentimento de culpa gerado pela morte do pai, é uma das causas da derrota dos movimentos revolucionários.

A causa está no momento em que “a dominação despersonaliza-se, o poder dominador do pai é, substituído pela administração, e os indivíduos inseridos nos sistema do trabalho passam a reproduzir sua própria repressão” (VALE, 2004, p. 26).

---

<sup>6</sup> - Em 1913, no texto “Totem e Tabu”, Freud inventa um mito de origem para toda a humanidade e propõe o parricídio como o crime primevo fundador da cultura, vinculado a obra crime e castigo de Fiódor Dostoiévski.

Desse modo, a rebelião que era para ser libertadora toma o rumo da sociedade do clã dos irmãos, personificando o pai nas instituições que garantem a vida social e a reprodução de sua lógica, “A revolta contra o pai primordial eliminou uma pessoa individual que podia ser (e foi) substituída por outras pessoas; mas quando o domínio do pai se expandiu, tornando-se o domínio da sociedade, tal substituição não parece ser possível, e a culpa torna-se fatal” (MARCUSE, 1975, p. 93).

Freud atribui ao sentimento de culpa o papel decisivo no desenvolvimento da civilização, e ainda correlaciona o progresso ao sentimento de culpa. Desse modo, o sentimento de culpa é a racionalização que inibe o prazer e a agressividade, sustentando o progresso da civilização, daí o permanente mal-estar na civilização. Assim, seguindo a argumentação de Freud, se percebe que é pelo meio da repressão que se possibilita o processo civilizatório. O prazer imediato e instintivo é adiado em busca de um futuro civilizatório, de modo que podemos agora compreender a afirmação de Marcuse: “se a ausência de repressão é o arquétipo de liberdade, então a civilização é a luta contra essa liberdade” (Marcuse, 1975, p. 35). A civilização se mostra contra a efetivação da liberdade.

O que Marcuse observa, é que Freud não contextualiza os sacrifícios dos sentidos pela busca da civilização, e que também Freud não faz uma distinção entre repressão instintiva e civilizatória em relação a repressão instrumentalizada. A psicanálise entende a repressão socialmente aceita como um fenômeno natural entre a contraposição do princípio de prazer e o princípio de realidade, sendo que o último é regido pela repressão da excitação mental do primeiro, os sacrifícios aparecem como necessários em vista da civilização.

O Princípio de Prazer (Eros) é dessexualizado pelo processo de sublimação, o que possibilita o processo de civilização. Conseqüentemente, não realiza suas pulsões, o Eros é enfraquecido. “E a dessexualização, ao enfraquecer o Eros, liberta os impulsos destrutivos, originada na renúncia e desenvolvendo-se sob uma progressiva renúncia, a civilização tende para a autodestruição” (MARCUSE, 1975, p. 87). Temos assim um princípio de realidade civilizatório que é o resultado de uma repressão constante que organiza os indivíduos a partir da renúncia de seus instintos. O que objetivamos explicitar aqui, seguindo a indicação de Marcuse, é a existência do princípio de desempenho, que é um princípio de realidade modelado por uma mais-repressão, essa,

excede o processo civilizatório e serve a uma lógica de dominação dos interesses de grupos capitalistas que, desse modo, organizam a estrutura instintiva dos indivíduos e instrumentalizam o interesse da sociedade.

Marcuse ressalva que a partir de Freud, se torna possível reconhecer que até hoje a civilização se estruturou como dominação. Mas, a ausência da perspectiva do processo histórico no pensamento de Freud, evidencia um dos limites desta teoria, fazendo com que Marcuse introduza os conceitos de mais-repressão e princípio de desempenho, de modo a evidenciar os potenciais críticos ocultos na Teoria Tradicional de Freud. Schütz (2013) observa que a falta do caráter histórico na teoria de Freud não permite a distinção entre uma repressão instintiva necessária e uma repressão instrumentalizada.

Se compreendermos como suposto o sacrifício em vista da civilização, “uma realidade repressiva específica poderia aparecer enquanto representante do próprio princípio de realidade enquanto tal, não percebendo a repressão excessiva (mais-repressão) que eventualmente poderia existir a serviço de interesses de dominação” (SCHÜTZ, 2013, p. 5). Ou seja, existe certa racionalidade na dominação, que, excedendo a repressão instintiva necessária, impõem a mais-repressão. O princípio de desempenho é desse modo, a representação do princípio de realidade moldado pela mais-repressão, que mantém o privilégio e o poder de determinados grupos e classes sociais.

O princípio de desempenho se destaca também por uma gratificação imediata da libido, absorvendo o princípio de prazer, e lhe conferindo um véu de liberdade enquanto o reprime. E dessublimação repressiva é a substituição de uma gratificação mediada por uma gratificação imediata e, acontece pela absorção do princípio de prazer, que passa a estar a serviço da manutenção do princípio de desempenho. Ou seja, a dessublimação repressiva ocorre basicamente pela liberalização da sexualidade, que, assim como ocorre com a liberalização da cultura, é liberada afim de intensificar a dominação.

A dessublimação repressiva contrai a libido, e reduz o erótico à experiências e satisfações sexuais/genitais. Sabe-se que a libido transcende as zonas erógenas, mas, no interior da lógica repressiva do princípio de desempenho: “O efeito é uma localização e contração da libido, a redução do erótico à experiência e satisfação sexual” (MARCUSE 2015, p. 98). A catexia libidinal, que na psicanálise designa a energia psíquica investida

em um objeto, podendo ser pessoa, coisa ou causa é a demonstração de que a libido transcende as zonas erógenas, o que é bloqueado no sistema de dominação. Ou seja, a libido passa a ser gerenciada somente como sexo, e não mais como prazer polimórfico com as coisas.

A sexualidade passa a ser liberada sob formas socialmente útil, a atuação direta na esfera sexual “opera como o subproduto dos controles sociais da realidade tecnológica, que amplia a liberdade enquanto intensifica a dominação” (MARCUSE, 2015, p. 98). A atuação da dessublimação repressiva é responsável pelo enfraquecimento das tendências sociais que negam o princípio de desempenho. Enquanto ferramenta ideológica, ela amplia a aparência de liberdade, enquanto intensifica a dominação, é uma pré-condição para aceitar espontaneamente o princípio de desempenho a partir de uma libertação controlada, que ajusta o prazer, reduz o sentimento de culpa e desse modo, enfraquece a revoltados instintos contra a realidade opressora.

Falaciosa ou enganosamente, mesmo sendo um princípio de realidade histórico específico, o princípio de desempenho é apresentado como único princípio possível e até mesmo necessário para o desenvolvimento da civilização. E é justamente esta falácia ideológica que passa então a ser desconstruída por Marcuse. Esta apropriação crítica de umas das questões centrais do pensamento de Freud possibilitou a Marcuse a identificar nas próprias manifestações do princípio de realidade específico da sociedade moderna, antes um bloqueio do que uma necessidade para o desenvolvimento da civilização.

Deste modo, para Marcuse, tornou-se possível visualizar uma nova análise da práxis social, orientada pelo horizonte crítico constituído a partir de Freud. O princípio de desempenho está “materializado num sistema de Instituições” (MARCUSE, 1975, p. 36), que, com todo seu aparato tecnológico e científico é capaz de amenizar a luta do indivíduo pela existência, porém, o sistema controla os seus súditos pelos bens de consumo supérfluos e na reorientação da energia sexual para o trabalho alienado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. V. 18. Além do princípio de Prazer. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** V. 21. Futuro de uma ilusão e mal estar na civilização. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996.

MARCUSE, Herbert. **A dimensão estética.** Trad. Maria Elizabete Costa. Lisboa: Edições 70, 2007.

\_\_\_\_\_. **A grande recusa hoje.** Trad. Isabel Loureiro e Robespierre de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cultura e psicanálise.** Trad. Wolfgang Leo Maar, Isabel Loureiro e Robespierre de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cultura e sociedade.** Vol. I. Trad. Wolfgang Leo Maar, Isabel Loureiro e Robespierre de Oliveira. RJ: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cultura e sociedade.** Vol. II. Trad. Wolfgang Leo Maar, Isabel Loureiro e Robespierre de Oliveira. RJ: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud.** Trad. Álvaro Cabral. 6 Ed. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1975.

\_\_\_\_\_. **Razão e Revolução: Hegel e o Advento da teoria social.** Trad. Marília Barroso. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia, guerra e fascismo.** Trad. Maria Cristina Vidal Borba. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** Trad. Jesus Ranieri. São Paulo, SP: Ed. Boitempo, 2008.

NOBRE, Marcos. **Curso livre de teoria crítica.** Caminas – SP: Papyrus, 2008.

SCHÜTZ, Rosalvo. **O deslocamento do lugar social da negação em Herbert Marcuse.** *Argumentos.* Ano 4, p. 188-198, 2012. Disponível em: [http://www.filosofia.ufc.br/argumentos/pdfs/educacao\\_8/17\\_%20parte\\_2\\_deslocamento\\_do\\_lugar\\_social.pdf](http://www.filosofia.ufc.br/argumentos/pdfs/educacao_8/17_%20parte_2_deslocamento_do_lugar_social.pdf)

\_\_\_\_\_. **Por um outro princípio de realidade: novos lugares e motivos sociais de negação segundo Herbert Marcuse.** *Educação e filosofia.* Uberlândia, V. 27, n. 54, p. 699-718, jul/dez. 2013. ISSN 0102-6801. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/educacaofilosofia/article/view/17344/12709>.

\_\_\_\_\_. **Trabalho alienado e propriedade privada: desvendando imbricações ocultas.** *Revista eletrônica Espaço acadêmico.* V.87, p. 87, 2008.

## NO LIMIAR DE UMA NOVA ERA?

### ENSAIO SOBRE VESTÍGIOS DE UMA NOVA CONFIGURAÇÃO DO SABER

*Douglas Alessandro Souza Santos<sup>7</sup>*

**RESUMO:** O presente ensaio encontra na provocação sua razão de ser. Mais do que respostas, levanta questões diante da imprevisibilidade do mundo contemporâneo. Tendo como ponto de partida as considerações de Michel Foucault, especificamente aquelas relacionadas ao estudo das condições de emergência de certos saberes, pretende acirrar o debate em torno das possibilidades de seu uso como modelo de interpretação da realidade social, perguntando se alguns fenômenos hodiernos poderiam ser tomados como sintomas do início de uma nova era de configuração epistêmica.

**Palavras-chave:** Saberes; Episteme; Foucault.

### ¿EN EL UMBRAL DE UNA NUEVA ERA? PRUEBA SOBRE LAS HUELLAS DE UNA NUEVA CONFIGURACIÓN DEL CONOCIMIENTO

**RESUMEN:** El presente ensayo encuentra su razón de ser en provocación. Más que respuestas, plantea preguntas ante la imprevisibilidad del mundo contemporáneo. Tomando las consideraciones de Michel Foucault como punto de partida, específicamente las relacionadas con el estudio de las condiciones de emergencia de ciertos conocimientos, tiene la intención de agitar el debate sobre las posibilidades de su uso como modelo para la interpretación de la realidad social, preguntando si algunos fenómenos modernos podrían ser tomados como síntomas del comienzo de una nueva era de configuración epistémica.

**Palabras-clave:** Sabares; Episteme; Foucault.

## INTRODUÇÃO

Este ensaio nasce como fruto de inquietantes e prazerosas discussões vivenciadas numa disciplina de pós-graduação. À guisa de reflexão, toma como base uma das mais intrigantes obras do filósofo francês Michel Foucault, a saber, *As palavras e as coisas* (2016). Destacado como um dos principais trabalhos do período de investigação arqueológica do autor<sup>8</sup>, o livro originalmente publicado em 1966 causou

---

<sup>7</sup> Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP. E-mail: [douglas\\_b7v@hotmail.com](mailto:douglas_b7v@hotmail.com)

<sup>8</sup> A tratar especificamente de Steve Bannon, assessor político apontado como o ideólogo por trás da recrudescência de líderes de extrema-direita em várias partes do mundo, o artigo *Vociferando contra o iluminismo: a ideologia de Steve Bannon* (2018), de Jeffrey Alexander, é magistral porque decifrador de todo um espírito hodierno; espírito do qual, em nossa leitura, a personagem tratada é apenas um articulador de destaque.

uma ebulição de críticas em torno de suas teses. Constantemente lembrado pela assertiva quanto ao iminente desaparecimento do homem, apresenta como cerne o estudo da constituição de certos saberes que, postos em perspectiva, permitiriam a observação de rupturas históricas que caracterizaram diferentes períodos de configuração epistemológica, chamados pelo pensador francês de epistemes.

Fundamentado em tal exercício de Foucault na obra, o presente trabalho se propõe a considerar algumas transformações pelas quais passa o mundo hodierno, inclusive aquelas relacionadas à ordem dos saberes, elencando a partir delas as seguintes questões: estaríamos nós no limiar de uma nova configuração do saber? Testemunharíamos uma fase de ruptura dos saberes anteriormente constituídos, rumo a uma nova era ou uma nova episteme? Buscando por respostas, elenca alguns sintomas que parecem corroborar tal desiderato ensaístico, especificamente o recrudescimento público de religiões e morais eclipsadas em um passado não muito distante, a crise de legitimidade da ciência enquanto fornecedora de verdade, bem como o desenvolvimento de determinadas tecnologias de manipulação genética que buscam, a despeito de parâmetros éticos, programar a vida humana.

## **DA DESCONTINUIDADE DOS SABERES: AS RUPTURAS EPISTÊMICAS EM AS PALAVRAS E AS COISAS**

Como as condições da possibilidade de conhecimento mudam historicamente? Quais seriam os pré-requisitos históricos sobre os quais objetos cognitivos emergem e se tornam objetos de discursos do conhecimento? Quais as condições de surgimento dos saberes? São sobre estas perguntas, basicamente, que Foucault se debruça em *As palavras e as coisas* (2016). Ancorado em um projeto de história crítica do presente, em uma espécie de ontologia de nós mesmos, o interesse do pensador francês residirá particularmente nos discursos e práticas discursivas que terminaram por fundamentar saberes específicos que se constituíram em momentos históricos determinados, marcados por diferenciação de uns em relação aos outros, numa história não linear, descontínua, caracterizada por rupturas. Desse modo, abarcando a cultura ocidental,

indo do século XV ao século XX, Foucault discorrerá sobre diferentes *epistemes*, entendendo o termo por, como escreve,

conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repetição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estarem defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mais distintas (FOUCAULT, 2012, p. 217).

Assim, a tratar de tais conjuntos, três épocas distintas — e duas grandes rupturas consequentes — são apresentadas pelo autor: 1) a da episteme renascentista; 2) a da episteme clássica; e 3) a da episteme moderna.

Abrangendo os séculos XV e XVI, a episteme renascentista se caracterizou como período da semelhança e interpretação, uma vez que tinham nas similitudes os aspectos fundamentais de seu desenvolvimento. Foucault identificará, neste ponto, quatro similitudes essenciais que prescreveram suas articulações ao saber da semelhança: *convenientia*, *aemulatio*, *analogia* e *simpatias*. De acordo com as investigações arqueológicas do autor, nesta episteme específica as coisas invisíveis eram dadas como conhecidas a partir das coisas visíveis; acreditava-se neste contexto, por exemplo, que Deus é manifesto nas coisas *per si*, por meio de sinais comunicados por ele mesmo a estas coisas, sinais de que precisa o homem para conhecer o invisível, o transcendente. À vista disso, o conhecimento humano ocorreria na esfera da semiologia, tendo como instrumento a hermenêutica; caracterizar-se-ia pela decifração oriunda da observação, da imaginação, da indução, da adivinhação.

Contraposta à episteme do renascimento, por sua vez, a dos clássicos seria caracterizada pela *máthêsis*, um tipo científico particular, calcado na medida e na ordem. Localizado cronologicamente entre os meados do século XVII ao início do século XVIII, a episteme clássica assistiria ao nascimento da preocupação com a representação, contexto em que as palavras se separam das coisas, e que se perguntará, nas palavras de Foucault, “como um signo pode estar ligado àquilo que ele significa” (FOUCAULT, 2016, p. 59). Neste conjunto de saberes peculiar, portanto, ao contrário do anterior, as coisas não mais falam, não guardam em si uma verdade a ser descoberta.

Em outras palavras, o mundo deixa de ser um texto sujeito à interpretação. As palavras passam a ser estudadas a partir de construções gramaticais; os seres vivos se constituem como unidade de estudo da história natural; as necessidades e desejos, por fim, passam pelo fundo da análise das riquezas. Nesta episteme a matemática passa a servir de ferramenta fundamental, a partir da qual se acredita mensurar plenamente as representações do mundo. A construção dos signos é dada pelo sujeito, sendo a realidade fruto de sua construção. Daí o nascimento da literatura, representação da imaginação e da linguagem, pois como escreve Foucault, “com suas voltas e reviravoltas, as aventuras de Dom Quixote traçam o limite: nelas terminam os jogos antigos da semelhança e dos signos; nelas já se travam novas relações [...] ora, ele próprio é semelhante a signos” (FOUCAULT, 2016, p. 63). Em síntese, em ruptura com o tempo em que a semelhança era tomada com um princípio capaz de organizar as palavras e as coisas, a episteme clássica reconfigura as categorias, permitindo distinguir as identidades das diferenças.

Não obstante, se o renascimento moldou seu conhecimento de acordo com os princípios da semelhança e o período clássico com os da representação, a episteme moderna, localizada historicamente por Foucault no período que vai do final do século XVIII ao século XX, estaria sob o paradigma do homem, sendo este tomado como sujeito e objeto do conhecimento. Dessa maneira, este conjunto é caracterizado por um tipo de conhecimento auto reflexivo que não foi possível em épocas anteriores. O conhecimento da gramática, da história natural e a análise de riquezas que existiam antes, na episteme clássica, estiveram sujeitos a uma profunda ruptura que não permitira mais que seus respectivos objetos de conhecimento continuassem sendo pensados da mesma maneira. O sujeito da representação, que permaneceu invisível no discurso clássico, entra em cena, ocupando o centro do pensamento através das ciências emergentes da filologia, biologia e economia. Portanto, neste momento, as respostas não são mais buscadas nas representações, como outrora, senão no próprio homem. Entre as palavras e as coisas, na modernidade, o homem surge como um novo elemento. Como pontua Adorno, “conhecer diz respeito, nesse sentido, aos atos pelos quais o homem, sujeito racional por natureza e excelência, domina o mundo externo e tudo o mais que gravita à sua volta” (ADORNO, 2017, p. 37). Desse modo, se se faz mister perguntar em que momento este homem fora descoberto como objeto para reflexão das ciências

humanas, a resposta de Foucault é enfática: em um passado bem recente. E assim, como invenção recente, o homem está sujeito a desaparecer, caracterizando-se esta a tão polêmica tese foucaultiana a respeito de sua morte.

Percorrendo, assim, uma análise arqueológica que abrange aproximadamente cinco séculos, o leitor de *As palavras e as coisas* (2016) se depara não com uma linear história do conhecimento, mas com uma análise capaz de identificar um processo histórico descontínuo, distinguido em três épocas distintas, cada uma delas caracterizada por uma episteme particular que designa as estruturas gerais do pensamento e do conhecimento de toda uma época. Mas mais do que isso, o trabalho de Foucault abre ainda um flanco à consciência crítica que ainda se propõe ao exercício da ontologia de nós mesmos, espaço que nos permite indagar, cinquenta e quatro anos depois de sua primeira publicação, acerca da nossa atual configuração do saber. Observadas as idiossincrasias de nosso tempo, hoje, estaríamos diante do limiar de uma nova era, caracterizada por uma episteme distinta da anteriormente apontada? Ainda que inconclusiva, a parte final deste ensaio se permite elencar alguns sintomas que indicam um caminho para a obtenção de respostas.

## **RUMO A UMA NOVA EPISTEME? ALGUNS EXEMPLOS DE SINTOMAS INSÓLITOS**

A ciência vive uma crise de confiança [...] Os efeitos desse fenômeno estão ressaltados em um levantamento publicado em julho e realizado em 144 países, inclusive no Brasil, para conhecer a visão, o interesse e o grau de informação sobre assuntos ligados à ciência e tecnologia (C&T). Executado pelo Instituto Gallup por encomenda da organização britânica Wellcome Trust, o estudo ouviu mais de 140 mil pessoas e verificou que, no caso dos brasileiros, 73% desconfiam da ciência e 23% consideram que a produção científica pouco contribui para o desenvolvimento econômico e social do país. Tal nível de descrédito não é uma exclusividade do Brasil e afeta nações desenvolvidas como França e Japão, onde 77% dos entrevistados também declaram desconfiar da ciência [...] O relatório constatou ainda que a percepção e o engajamento dos brasileiros em relação à ciência são influenciados por crenças religiosas. Quase metade dos entrevistados disse que “a ciência em algum momento foi contra minhas convicções religiosas”, e, nesse grupo, três quartos afirmaram que “quando ciência e religião discordam, escolho a religião”. Tendência semelhante foi observada nos Estados Unidos, onde a ciência em algum momento confrontou as concepções religiosas de 59% dos entrevistados — destes, 60% ficaram com a religião (ANDRADE, 2019).

O iluminismo da episteme moderna tinha como objetivo libertar o homem da ignorância, do medo, da dependência. Em sua proposta, a imaginação deveria ser abdicada pelo conhecimento, a superstição pela razão. A episteme da iluminação não seria, assim, um estado de coisas que privilegiasse reis e senhores, mas uma avenida a ser trilhada por todos. Nesse sentido, era democrático, isto é, convencido da liberdade e igualdade de todas as pessoas. No lugar da interpretação religiosa do mundo, dava-se a aurora das ciências modernas, um corpo de conhecimento centrado no homem e para o homem. Onde até então a igreja exigia fé, a nova era tinha como valor caro o raciocínio. Assim, o século XVII testemunhava a emergência do racionalismo em expoentes como Francis Bacon e René Descartes. Religião e morais religiosas, desse modo, foram desafiadas. Dali em diante, fazia-se mister a necessidade de provar sua justificação. No conceito de racionalidade, o método matemática se impunha. Este conjunto epistêmico, erigido sobre as colunas da iluminação, destruía a pretensão religiosa clássica de reconhecer a verdade sozinha, desfazendo-se dela.

Afirmava-se, portanto, o fundamento e propósito em si do pensamento e trabalho científicos. Se antes dependente da aprovação da igreja, a verdade tal qual pretendida pelo sujeito moderno do conhecimento estava finalmente livre. Tão logo, a ciência procedia do conhecimento individual, que, quando complementado objetivamente, formulou-o como uma lei, a fim de unificar regularidades mutuamente consistentes em uma teoria. Assim, o escopo das possíveis descobertas parecia aberto e ilimitado. O objeto das ciências se tornou o mundo, a natureza, a história e, no caso das ciências humanas, o homem, a “própria sede da razão, fonte de progresso e de liberdade” (ADORNO, 2017, p. 37). Questões como Deus, fé e imortalidade foram relegadas à teologia e à filosofia, declaradas como não científicas ou sem sentido pelos parâmetros que iam se constituindo. Assim, a unidade de Deus e o mundo cuidadosamente erigido nas epistemes anteriores havia se rompido.

Quando perguntado sobre o que era o *Aufklärung* — o “esclarecimento” —, Immanuel Kant, elencado por Foucault como o inventor do que chamou de ontologia crítica de nós mesmos, formulava em 1784 a proposição de que

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa

menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Tenha coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento (KANT, 2010, p. 63).

Com isso, o homem afirmou moldar suas condições de vida de acordo com sua própria vontade, fundada em sua própria existência. Tomava, assim, consciência e confiança de si; consciência que por sua vez ameaçava enfraquecer a liderança da religião, fiada na tradicional confiança depositada no transcendente. Não obstante, o que era visto como intolerância opôs-se à tolerância iluminista. Mesmo a liberdade espiritual e de religião deveriam ser garantidas, agora, por uma separação política entre Igreja e Estado. Assim, neste processo, a civilização ocidental, sob o primado da iluminação, assistia à secularização da cultura. A teologia, incontestemente na episteme renascentista, perdera a liderança espiritual sobre as outras ciências. Tal qual rainha louca, tivera seu antigo reinado posto à obsolescência. De igual modo, a convicção do direito exclusivo da fé cristã não podia mais ser mantida. A religião, enfim, parecia deixar de dar o pressuposto evidente de toda vida e pensamento. Como consequência, a crença na aniquilação da experiência religiosa era real em muitos prognósticos.

De fato, as instituições e as diversas áreas que conformavam as sociedades ditas modernas aos poucos iam se autonomizando do religioso. Assim, a relação da episteme moderna com a religião passaria a ser caracterizada cada vez mais pelo conflito entre a percepção religiosa de mundo, carregada de símbolos e liturgias sacras, com as múltiplas esferas sociais, regidas por normas e princípios seculares. Deste modo, a sociologia como fruto deste novo estado dos saberes, uma das regiões epistemológicas “definidas pela tríplice relação das ciências humanas em geral com a biologia, a economia, a filologia” (FOUCAULT, 2016, p. 491), passou a trabalhar com dois conceitos que procuravam dar conta de tal processo: o de laicidade e o de secularização. O primeiro, predominante sobretudo na França, referenciava uma relação política-institucional que remetia a neutralidade do Estado para com toda e qualquer confissão de ordem religiosa. O segundo, por sua vez, fazendo alusão ao termo milenar “secular”, predominante no contexto algo-saxão, referia-se a algo mais amplo, como um processo pelo qual “setores da sociedade e da cultura foram subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 118).

Esse tipo de postura, por conseguinte, parecia perpassar as mais variadas correntes de pensamento de toda uma geração, configurando-se como uma das marcas distintivas da episteme observada. A sociedade tecnicista, centrada no homem enquanto senhor da natureza, marcada ascendentemente pela racionalização e ciência, haveria, para muitos, de extirpar a utilidade e existência da religião enquanto um “sistema unificado de crenças e práticas ligadas ao sagrado que congrega as pessoas que as seguem em uma comunidade moral” (DURKEHIM, 1989, p. 79). Daí, então, a constatação de Nietzsche

O maior dos acontecimentos recentes — que “Deus está morto”, que a crença no Deus cristão caiu em descrédito — já começa a lançar suas primeiras sombras sobre a Europa (...) De fato, nós filósofos e “espíritos livres” sentimo-nos, à notícia de que “o velho Deus está morto”, como que iluminados pelos raios de uma nova aurora; nosso coração transborda de gratidão, assombro, pressentimento, expectativa - eis que enfim o horizonte nos parece livre outra vez (...) talvez nunca dantes houve tanto “mar aberto” (NIETZSCHE, 1973, p. 343).

Todavia, como a tese foucaultiana promulgara, é neste ponto, junto da proclamação da morte de Deus, que a morte do homem é anunciada. Descobre-se, enfim, “que a morte de Deus e o último homem estão vinculados”, e que “mais que a morte de Deus — ou antes, no rastro desta morte e segundo uma correlação profunda com ela, o que anuncia o pensamento de Nietzsche é o fim de seu assassino” (FOUCAULT, 2016, p. 534). Assim, ironicamente, de fato havia “mar aberto” diante de toda uma civilização, inclusive e principalmente no que diria respeito à formação de uma janela para um novo conjunto de relações epistêmicas. De maneira interruptiva historicamente, algo acontece — no sentido foucaultiano de acontecimento. Ecoa o prognóstico final de *As palavras e as coisas*: “então se pode apostar que o homem se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto de areia” (FOUCAULT, 2016, p. 536). Doravante se questiona: o homem, tal qual sujeito e objeto do conhecimento, teria então chegado ao fim? Ter-se-ia já realizado o oráculo de Foucault? Estaríamos nós, desde então, no limiar de uma nova configuração do saber? Permitindo-se à estilística de um ensaio, este texto quer lançar, a partir daqui, algumas pistas.

Pensemos, assim, em alguns fenômenos que parecem mesmo candidatos à caracterização idiossincrática do contemporâneo. Dentre os variados sintomas que

parecem corroborar uma resposta positiva, e a despeito de qualquer juízo de valor, está a realidade constatada pelo estudo do Instituto Gallup, citado no início desta seção. Seu conteúdo? Uma percepção já comum entre acadêmicos de todo o mundo: estão em corrosão a crença e a confiança na ciência enquanto fonte de verdade.

Como explicar, pelos parâmetros epistêmicos modernos, a era da desinformação sob a qual a apresentação à esfera pública de um dos mais bem refinados produtos da modernidade, o conhecimento científico racionalista, seria custosa, duvidosa, creditada não poucas vezes como apenas mais uma das inúmeras — e, quem diria, mais questionadas — formas de interpretar o mundo?

De fato, já não são poucos os pensadores pessimistas que, por exemplo, prognosticam o fim da iluminação, o abandono do iluminismo por parte da civilização ocidental; civilização esta que assiste algo como o retorno poderoso de religiões e morais há muito estabelecidas, pretensamente capazes de preencher lacunas que sua substituta, a razão, não teria sido capaz de abarrotar. Desse modo, anacronicamente, ver-se-ia surgir um “novo tempo”, no qual valores antes eclipsados parecem moldar as sociedades para as quais a ciência se torna, paulatinamente, obsoleta?

Tenta-se provocativamente questionar, aqui, não a estrutura em si de tais mudanças, por mais drásticas que possam parecer as suas consequências. Pergunta-se, antes, o seguinte: não indicariam tais processos de deslegitimação e novas afirmações uma reconfiguração de nosso sistema de pensamento? Uma nova episteme, no sentido foucaultiano, suficientemente capaz de demolir os pilares da presente — ou não tão presente assim, como parece — configuração de saberes? O que se pode dizer, com um pouco mais de certeza, é que ao menos como fora impensável uma sociedade sem Deus nas epistemes passadas, a episteme moderna dificilmente imaginaria um tempo de questionamento à ciência, à razão iluminista e, por isso mesmo, ao homem. À guisa de exemplo nada banal, quem de nós poderia imaginar ser possível, “em pleno século XXI”, o borbulhar especulativo que põe em xeque a esfericidade da Terra? Ou ainda, campanhas deliberadas contra a vacinação? Quem seria capaz de prever, a partir dos corredores universitários, a contestação explícita de dados de importantes institutos científicos, como no caso do descrédito do atual governo brasileiro aos números do Inpe sobre a crescente devastação da Amazônia? Ademais, sob as drásticas consequências de uma pandemia viral, qual dos mais iluminados dos pensadores cogitaria a

inflexibilidade e a dúvida debochada de um chefe de Estado ante às recomendações unânimes dos mais respeitados cientistas mundiais? *O tempora o mores*, exclamara Cícero em alguns de seus discursos. *Que tempos os nossos e que costumes*, repetem os luzentes modernos, ainda que, na maioria das vezes, sem o menor conhecimento do clássico romano.

Nosso ponto, contudo, não consiste em idealizar a ciência como perfeitamente boa em si e em seus desdobramentos, ignorando assim sua falibilidade e instrumentalidade às personalidades mais nefastas. É-nos útil a admoestação de Susan Haack, de que, “[...] obviamente, a ciência não é a *única* coisa boa, nem — apenas um pouco menos obviamente — a única boa forma de investigação” (HAACK, 2012, p. 76, tradução e grifo nosso). Contra a pretensão totalitária de qualquer discurso, quer-se chamar à atenção, por outro lado, ao crescente renegamento de uma importante e valiosa esfera de atividade humana; renegamento este que parece moldar cada vez mais o espírito da época. Nesta configuração, a vociferação contra o iluminismo (ALEXANDER, 2018)<sup>9</sup> parece mais do que simples reacionarismo. Seria, antes, o estabelecimento de uma nova ordem em que o iluminismo é que será visto como reacionário ou romântico, no sentido de uma mentalidade evocadora de um passado nostálgico e idealizado?

O que dizer do recrudescimento mundial de morais e subjetivações incompatíveis com uma sociedade dita livre e em progresso? Dos inúmeros fundamentalismos, da nova extrema direita, dos novos contornos da xenofobia e do racismo, que afirmam sua presença em países de diferentes históricos de constituição, chegando ao poder por meios quase sempre — ainda que só formalmente — democráticos? O que, aliás, revelaria a infinidade de livros e trabalhos publicados nos últimos anos sobre a crise da democracia ao redor do planeta, senão uma mudança na ordem dos saberes que arrasta suas consequências à esfera do político? Nas palavras do tão aclamado autor contemporâneo de distopias, Michel Houellebecq, não teríamos chegado a um “hoje” em que “o ateísmo está morto, o secularismo está morto, a

---

<sup>9</sup> Em 1624, por exemplo, Francis Bacon — aquele que é considerado por muitos como o último dos tradicionais e primeiro dos modernos — descrevia em *Nova Atlântida* (1979) uma ilha de organização igualitária e justa tão somente graças à ciência, que dava ao homem o poder de controlar a natureza, usufruída para o bem comum.

República está morta?” (HOUELLEBECQ, 2015). Este pequeno esboço fenomenológico parece indicar, com efeito, alterações razoáveis.

De igual forma, faz-se mister apontar, ainda que bem brevemente, que nesse estado de coisas a ciência não só é percebida de modo distinto pelos que a ela estão alheios como, também, ela mesma parece, internamente, metamorfosear-se. Como explicar o desenvolvimento de novas tecnologias de manipulação e edição genética que buscam, a despeito de parâmetros éticos, programar a vida humana? Se como apontara a socióloga austríaca Karin Knorr-Cetina (2005), ainda nos anos 2000, um vácuo fora deixado na ordem intelectual por este declínio da visão de mundo humanista — crise conjunta à da compreensão iluminista de homem, portanto; aquela apontada por Foucault —, atesta-se que este espaço tem sido preenchido paulatinamente por uma nova concepção do humano, chefiada primordialmente por desenvolvimentos nas ciências biológicas que redundaram na formulação de técnicas que buscam assegurar algo como o aperfeiçoamento da vida, e isso por meio de interferências naquilo que lhe há de mais orgânico.

"Profundamente perturbador". Foi com esta frase que a comunidade científica recebeu o cientista chinês He Jiankui, nesta quarta-feira, no Congresso de Edição Genética Humana, em Hong Kong. Três dias antes do evento, He chocou o mundo ao anunciar o nascimento de gêmeas que ele modificou geneticamente. Diante de um auditório com 700 pesquisadores e uma audiência online de milhares de pessoas, o cientista chinês declarou estar "muito orgulhoso" de seu experimento (STARTSE, 2019).

Apresentada ao mundo em 2015, a técnica de edição de genoma do *Crispr* parece arrebanhar pesquisadores mundo afora, e é só um exemplo do que tem sido produzido nesta aparente nova ordem de saber. Alicerçado na manipulação de uma espécie de tesoura molecular, como chamam os especialistas, é a tecnologia que torna possível a interferência "cirúrgica" no genoma com precisão sem precedentes e, portanto, uma alteração direcionada de uma sequência genética de células vivas. Sinalização de mudança nos saberes de toda uma episteme? Mudanças de uma esfera que, em triste desconfiança pública, procura se reinventar transcendendo todos os limites? Por certo, um indício da decadência da crença de que a sociedade se realizaria

sob a égide de uma organização racional<sup>10</sup> — daí, dialeticamente, uma crise da ciência moderna —, bem como o estabelecimento repentino da crença implícita de que tal desiderato só seria possível, agora, por meio da manipulação daquilo que há de mais biológico nos seres humanos: sua configuração genética — por isso, também dialeticamente, fazendo uso da própria ciência. Nesse sentido, mais um sintoma do fracasso do projeto moderno-iluminista? Mais uma evidência da aurora de nova configuração epistemológica? Transposição dos limites éticos outrora definidos, fundamentados na tão cara liberdade moderna, a qual todo homem tem direito? Ou será a velha eugenia, já que cenários de vida artificial poderiam daí ser criados e alterados? Reflexo, contudo, junto com as demais transformações aqui abordadas, de uma nova configuração epistêmica?<sup>1</sup> Dilemas, quiçá, de futuros arqueólogos do saber, empenhados a se perguntar, como Foucault, “quem somos nós no presente?”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que respostas, este ensaio se dedicou a formular perguntas. Baseado em uma das obras mais emblemáticas de Michel Foucault, tentou considerar tais perguntas, ainda que implicitamente, à luz de uma noção cara ao pensamento foucaultiano, de certa forma onipresente no autor: a de *novidade*. Procurou indicar, desta maneira, o quanto determinadas *novidades* do mundo contemporâneo poderiam indicar uma nova configuração dos saberes, ou mais tecnicamente, o surgimento iminente de uma nova episteme.

Resultado igualmente reconhecido das *perturbações* causadas pelo trabalho do pensador francês (ADORNO, 2017), e isso à medida que cada página ia sendo escrita, limitou-se ainda a recortar do universo social aquilo que mais se evidencia, aos olhos de seu autor, como rastros de um novo tempo. Sendo assim, por meio de um exercício indiciário, perguntou-se: se Foucault, ao final de *As palavras e as coisas* (2016), limitara-se a pontuar o que estava em vias de desaparecimento, o que, por sua vez, viria

---

<sup>10</sup> Nesse sentido, pergunta-se ainda num exercício “metafoucaultiano”: a obra de Foucault não se configuraria, ela própria, a passagem para uma nova episteme, dada sua ruptura com os paradigmas científicos modernos? Sua arqueologia, enquanto método analítico, não indicaria o rompimento de determinada ordem estabelecida de saberes?

a tomar o seu lugar? Sem apontar o substituto, considerou importante discorrer sobre suas possíveis condições de surgimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **Perturbações: Foucault e as ciências sociais.** *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 33-61, 2017.

ALEXANDER, Jeffrey. **Vociferando contra o iluminismo: a ideologia de Steve Bannon.** *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1009-1023, 2018.

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. **Resistência à ciência.** *Revista Pesquisa Fapesp*. São Paulo, ed. 284, 2019. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/resistencia-a-ciencia/>. Acesso: em 03 dez. 2019.

BACON, Francis. Nova Atlântida. In: **Os pensadores**, vol. 13. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno.** Petrópolis: Vozes, 2004.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica.** São Paulo: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 2016.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber.** São Paulo: GEN, 2012.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da clínica.** São Paulo: GEN, 2011.

\_\_\_\_\_. **História da loucura.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

HAACK, Susan. Six signs of scientism. *Logos & Episteme*. Iași, v. 3, n. 1, p. 75-95, 2012.

HOUELLEBECQ: «**La laïcité est morte**». *Le Figaro*. Paris, 06 jan. 2015. Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/flash-actu/2015/01/06/97001-20150106FILWWW00061-houellebecq-la-laicite-est-morte.php>. Acesso em: 03 de dez. de 2019.

KANT, Immanuel. O que é o esclarecimento? *Textos Seletos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

KNORR-CETINA, Karin. The Rise of a Culture of Life. *EMBO reports*. Heidelberg, v. 6, p. 76–80, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência.** *Os pensadores*, v. 32. São Paulo: Abril Cultural, 1973.



HE JIANKUI, cientista genial ou pesquisador irresponsável? *Startse*. São Paulo, 30 nov. 2018. Disponível em: <https://www.startse.com/noticia/nova-economia/he-jiankui-cientista-genial-ou-pesquisador-irresponsavel>. Acesso: em 04 dez. 2019.

**GRUPO SOCIAL, UMA CATEGORIA RECORRENTE:  
INTERLOCUÇÕES EPISTEMOLÓGICAS ENTRE DURKHEIM, SIMMEL E  
WEBER**

*Claudio Henrique Nunes de Sena<sup>11</sup>*

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo realizar uma análise sobre a categoria grupo social a partir da articulação teórica entre as ideias de Émile Durkheim, Georg Simmel e Max Weber. Tomando uma interlocução epistemológica comparativa entre os três autores, observou-se e apresentou-se neste trabalho interlocuções na caracterização e configuração de agrupamentos sociais. A necessidade dos sujeitos pela participação em grupos, os tensionamentos entre indivíduo e estrutura grupal, a solidariedade, a importância do conflito no grupo, as relações entre dominação e submissão foram temas identificados e debatidos neste texto.

**Palavras-chaves:** Grupos sociais; Durkheim; Simmel; Weber.

**SOCIAL GROUP, A TOURING CATEGORY: EPISTEMOLOGICAL  
INTERLOCATIONS BETWEEN DURKHEIM, SIMMEL AND WEBER**

**ABSTRACT:** This article analyzes of the social group category based on the theoretical articulation between the ideas of Émile Durkheim, Georg Simmel and Max Weber. Taking a comparative epistemological dialogue between the three authors, it was observed and presented in this work interlocutions in the characterization and configuration of social groupings. The subjects' need for participation in groups, the tension between individual and group structure, solidarity, the importance of conflict in the group, the relationship between domination and submission were themes identified and discussed in this text.

**Keywords:** Social groups; Durkheim; Simmel; Weber.

**INTRODUÇÃO**

---

<sup>11</sup> Doutorando em Sociologia na Universidade Estadual do Ceará - UECE, com estágio em Lyon, França, na Université Lumière Lyon 2 (Doctorant Associé au Laboratoire - EVS) pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior-PDSE da CAPES (2018/2019). Mestrado em Ciências da Comunicação (variante em Cultura, Patrimônio e Ciência) pela Universidade do Porto, em Portugal (2011), título reconhecido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE/UFC). Especialização em Teorias da Comunicação e da Imagem - Universidade Federal do Ceará, UFC (2006/2007). Graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade de Fortaleza (2004). Atualmente é professor da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), do Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7) e de cursos de pós-graduação MBA nestas mesmas instituições. E-mail: [claudiohns@gmail.com](mailto:claudiohns@gmail.com)

Compreender as leis e as normas, sobretudo aquelas invisíveis ao olhar superficial, que regem o social trata-se de uma tarefa designada a diversos campos dos saberes. A antropologia em sua escala de análise microssocial, a psicologia ao lançar luz à psiquê e, sobretudo, a sociologia a partir da compreensão das nuances da complexa relação entre sujeitos e a sociedade, somam esforços para captar, compreender, interpretar e relacionar fatores que interferem na vida dos indivíduos em sociedade ou geram fatos sociais (DURKHEIM, 2007) a serem considerados.

Este artigo propõe a análise teórica e comparativa, a partir de revisão bibliográfica, de uma categoria que permeia pressupostos para autores fundantes na implementação e desenvolvimento da sociologia como ciência com teorias canônicas: o grupo social. Na perspectiva aqui adotada, dar-se a compreensão dos grupos sociais como além de aglomerações de indivíduos, de modo estático, em repouso, mas sim como agrupamentos e arranjos repletos de microrrelações, vivos e dinâmicos, cabíveis de uma análise cuidadosa a partir de olhares profundos. O termo grupo tomado como objeto, que pode ser observado nas ideias de autores explorados neste artigo, está relacionado a junção de indivíduos em um mesmo espaço e tempo, independente da número de indivíduos que os compõem.

Para tanto, recorreu-se às ideias de três autores fundantes da sociologia, seus métodos e suas regras para regência da tal campo do saber como ciência. Émile Durkheim, Georg Simmel e Max Weber em obras centrais para estudos sociológicos revelam, direta ou indiretamente, análises sobre grupos sociais ou sobre aspectos dos agrupamentos a serem considerados. São as fundamentações, as categorizações e as características de grupo e suas instâncias propostas por estes três autores o objeto analisado neste trabalho.

Tem-se como objetivo tomar como debate intercessões e discordâncias entre axiomas elaborados e defendidos por autores centrais da sociologia na perspectiva da caracterização de agrupamentos sociais. O texto pretende de contribuir com a discussão e a identificação acerca de grupo social como episteme posta para Durkheim, Simmel e Weber em seus métodos sociológicos de apreensão do social.

A análise comparativa de aspectos como a solidariedade orgânica, a necessidade de participação do grupo, a normatização e a regulação da coletividade, a divisão social do trabalho, os tipos de dominação, a perspectiva de grupo e seus conflitos é o cerne

deste artigo. Tratam-se de questões centrais imbricadas para compreensão de arranjos de indivíduos seculares que se transformam, tomam novas formas, se constituem, mas também se desfazem influenciados por transformações sociais decorrentes de cada período.

Não obstante às mudanças, acredita-se, como hipótese, que postulados sobre o tema dos grupos sociais lançados por estes autores permanecem e têm relações entre si. São esses e suas interligações teóricas o objeto central deste artigo. Como a categoria social grupo explorada pelos autores citados anteriormente e suas características de composição estão epistemologicamente associados, relacionados ou contraditos? Nesta perspectiva segue a análise aqui proposta.

## PREÂMBULOS PARA EXISTÊNCIA DO GRUPO

Lançar-se à vida em sociedade de modo independente, individual, particularista sempre revelou-se com um desafio árduo ao sujeito. No intuito de empreender fuga da transitoriedade da vida do indivíduo humano (SIMMEL, 2006), o ser social passa a integrar grupos que tentam autopreservar-se ao longo dos tempos. É neste ingresso ao agrupamento que dar-se o jogo de negociações entre sujeito da sociedade e a vida individual (SIMMEL, 2006).

O indivíduo - processo de histórias, soma de referenciais múltiplos e composto de arranjos ambivalentes – e a sociedade e o Estado – regidos por normas que tentam assegurar a normalidade e evitar a anomia (DURKHEIM, 1999) travam uma batalha permanente. “O indivíduo é pressionado, de todos os lados, por sentimentos, impulsos e pensamentos contraditórios, e de modo algum ele saberia decidir com segurança interna entre suas diversas possibilidades de comportamento” (SIMMEL, 2006, p. 40). Uma possível segurança interna seria oferecida a partir do ingresso do indivíduo em agrupamento. Porém, para Simmel, a dualidade entre individual e o social ainda permanece com determinações impostas pelo grupo e com as hesitações do indivíduo (SIMMEL, 2006).

Existiria, ao mesmo tempo, na vida em sociedade, um desejo inato e uma necessidade de coletividade no indivíduo, embora este empreenda uma tentativa

constante de conciliação entre seus impulsos e as normas e interesses de um grupo. A tese de Simmel é reafirmada por Durkheim:

Eis por que, quando alguns indivíduos que possuem interesses em comum se associam, não é apenas para defender esses interesses, é para se associar, para não se sentir mais perdido no meio dos adversários, para ter o prazer de comungar, de formar com vários um só todo, isto é, enfim, para levar juntos uma mesma vida moral (DURKHEIM, 1999, p. XXII).

É neste terreno poroso, com fronteiras e limites não estáveis que emergem a formação de grupos sociais. Para Simmel, a participação dos indivíduos nesses agrupamentos oferecem a seus integrantes “determinadas orientações”, bem como parâmetros do que seria ou não perigoso, ou de quem “tomar por inimigo e quem deveriam considerar amigo” (SIMMEL, 2006, p. 40). Tratam-se de noções pré-estabelecidas, prerrogativas para ação e diretrizes de *modos vivendi*. Seria proposto um horizonte que define o “mínimo ético” e uma “condição sob o qual ele pode existir externamente como ser social” (SIMMEL, 2006, p. 41), sendo gerado pela participação efetiva no grupo.

Além de traçar essas noções de comportamentos, percebe-se em Simmel que o grupo tende a proporcionar também uma certa racionalidade e garantias objetivas aos que o integram. O grupo, para o autor, é:

O asseguramento da existência, a aquisição de propriedade, o desejo de afirmar e expandir a própria esfera de poder, a defesa das posses conquistadas – estes são impulsos fundamentais para os indivíduos, impulsos a partir dos quais ele pode se associar e de modo conveniente a muitos outros indivíduos, a seu gosto (SIMMEL, 2006, p. 41).

Tais garantias não viriam sem sacrifícios ou condicionamentos, como pontua Durkheim. No âmbito da manutenção, da organização e do pleno funcionamento do grupo, há, segundo o autor, uma certa perda de individualidade para que se possa elaborar uma regulamentação (DURKHEIM, 1999, p. XII). A legitimidade, o estabelecimento e o cumprimento de normas impõem-se diante de preferências e interesses individuais.

Não cabe ao sujeito agir como lhe é conveniente, de acordo com interesses difusos e oscilantes. Para se fazer existir, o agrupamento requer coesão e regularidade

(DURKHEIM, 1999) intrínsecos. De modo a garantir constância e durabilidade para o grupo, Durkheim (1999) aponta a implementação de uma regulamentação moral e jurídica que exprime necessidades sociais a partir de opiniões, produto de uma elaboração coletiva, prevenindo a possível anomia. “Para que a anomia tenha fim, é necessário, portanto, que exista ou que se forme um grupo em que se possa constituir um sistema de regras atualmente existente” (DURKHEIM, 1999, p. X).

Durkheim (1999) apresenta, pois, a necessidade destas regras não como “uma maneira habitual de agir”, mas um “maneira de agir obrigatória”, imputada aos membros de um grupo.

A questão do grupo social, como visto, foi evidenciada tanto por Simmel quanto por Durkheim. Porém, tal categoria revela-se também em ambos os autores como necessária de análise ainda mais aprofundada, pois essa classificação realizada, sem compreensão dos meandros que a configuram, torna-se uma classificação sujeita à omissão de uma série de relações sociais permanentemente ativas.

O esgotamento do debate da categoria grupo a partir de sua classificação o tratando como inerte, isento às dinâmicas sociais particulares de agrupamentos de indivíduos não revela, em essência, a subjetividade das atividades humanas e suas consequências no coletivo. O próximo tópico deste trabalho tenta aprofundar justamente esta discussão.

## **O GRUPO COMO ORGANISMO VIVO**

As transformações e as relações entre seus membros asseguram ao grupo social um espécie de vivacidade. Mesmo com papéis sociais definidos, com elemento unificador consentido por todos e com a “reciprocidade de ação” evocada por Simmel (SIMMEL, 2006, p. 49), ainda assim, um risco recorrente permanece. Segundo o autor tratam-se de forças perturbadoras, externas ou não, que opõem-se ao agrupamento (SIMMEL, 2006), além da própria individualidade inerente aos indivíduos.

Se bem pareça que o grupo, uma vez existente, demonstra, em seus esforços para se manter, uma energia vital e uma força de resistência que parecem provir de uma fonte única, outra coisa não é senão a consequência, ou melhor, a resultante de fenômenos, particulares e diversificados, de natureza

social. São esses fenômenos que devem ser pesquisados (SIMMEL, 2006, p. 50).

Incidem sob os grupos fenômenos constantes, um devir (DELEUZE, GUATTARI, 1997) imanente, próprio de composições vívidas de indivíduos. A racionalidade proveniente da moralidade, das leis e das normas esbarram na subjetividade do ser e na complexidade das relações sociais que atribuem a ação social como fato constante.

A sociabilidade engendrada pelo sujeito e as inevitáveis transformações destes colocam em risco a existência do grupo. Simmel confirma esta perspectiva instável latente do grupo: “O que mais comumente coloca o problema da própria permanência dos grupos sociais é o fato de que eles se mantêm idênticos a si próprios ao passo que seus membros se alteram ou desaparecem” (SIMMEL, 2006, p. 50).

O agrupamento, nesta configuração, em sua essência, teria de conviver com a contradição de uma permanência e continuidade em relação às reelaborações de seus indivíduos e suas mudanças. Neste sentido, é possível afirmar que o sujeito “está”, enquanto o grupo “é”, “tenta ser” ou “resiste”. O permanente se oporia ao temporário. A perspectiva de vitalidade do grupo é reafirmada por Durkheim:

Um grupo não é apenas uma autoridade moral que rege a vida de seus membros, é também uma fonte de vida sui generis. Dele emana um calor que aquece ou reanima os corações que os abre à simpatia, que faz reunir os egoísmos (DURKHEIM, 1999, p. XXXIV).

Ao expor o lastro das emoções como “simpatia” ou “egoísmos”, Durkheim sinaliza a vivacidade do grupo apontada por Simmel. O ser estanque e estável que tem como normas elementos totalizantes enfrenta em si e na relação com os outros sua subjetividade, atribuindo ao grupo uma fuga da regularidade e flexibilização inevitável em sua estrutura.

Além das indicadas normas de conduta e do “mínimo ético”, o grupo se mantém e se auto-regulamenta também a partir de sanções ou regras de conduta sancionadas (DURKHEIM, 1983) sejam estas penais, morais ou civis. É pela sanção que se definem

as regras do direito e da moral interna de uma sociedade e dos grupos que estão contidos nesta (DURKHIEM, 1983).

A sociedade, como aponta Durkheim (1999), conta com o Direito como parâmetro de controle e regulação da vida social validado e imposto pelo poder do Estado. O autor lança luz sobre o contemporâneo de sua época e observa a dificuldade de se estabelecer uma moral universal, pois, distante do controle do Estado e do Direito, existem “morais”, normas e regras não estatutárias que regem as relações em grupo.

Para Durkheim (1999), a moral proveniente do trabalho, ou seja, a moral profissional de cada grupo, por exemplo, pode apresentar distinções ou até mesmo serem contrárias, obedecendo a lógica e racionalidade própria. A moral doméstica e familiar também podem apresentar diferenciações, até mesmo contrariando uma moral cívica estabelecida pelo Estado. Segundo o autor, a moral apresenta-se variante, obra de um grupo que a protege e tenciona seus membros à obediência à ela.

O que se percebe na análise das ideias de Simmel e de Durkheim é que ambos os autores tentam designar a categoria de grupo(s) no sentido plural, diverso e como distintos entre si, com axiomas distintos, lógicas internas e composto de indivíduos que carregam consigo uma complexidade própria, embora haja no Estado e no Direito Repressivo a tentativa de submissão dos indivíduos em sua totalidade às normas de condutas gerais.

Mesmo diante deste quadro, o desejo de viver coletivamente e a existência de uma mínima disciplina, seja estabelecida por costumes ou normas externas, garantem coesão e a união comuns em agrupamentos sociais, permitindo a continuidade destes ao longo dos tempos.

## **ENTRE A SOLIDARIEDADE ORGÂNICA E O CONFLITO**

Em seu ensaio sobre a divisão do trabalho social Durkheim (1999) afirma a preponderância da solidariedade orgânica em relação à solidariedade mecânica.

Presente de modo evidente em sociedades primitivas, na qual os papéis sociais estão estabelecidos e cada indivíduo exerce sua função de modo esquemático previamente estruturado, a solidariedade mecânica se impõe em prol da coletividade. É o caso de esquemas militares de organização ou de uma tribo indígena, onde cada um

dos membros exerce uma função pré-estabelecida de modo disciplinar e regular. Porém, segundo o autor, observa-se, sobretudo, em grupos profissionais a existência de uma solidariedade orgânica que ganha amplitude nas relações não enquadradas e reguladas pelo Direito Repressivo. Para o Durkheim (DURKHEIM, 1999), um conjunto das relações submetidas a uma regulamentação penal representa apenas uma menor fração em relação aos vínculos que nos ligam e que derivam da existência e da convivência em comunidade, da crenças e dos sentimentos.

A regulamentação penal a partir de um código totalizante não garante gestão da complexidade das relações sociais, sobretudo, no trabalho. Ao contrário, afirma Durkheim: “O conjunto de relações submetidas a uma regulamentação penal representa apenas a menor fração da vida geral” (DURKHEIM, 1999, p. 127).

É na interface de grupos sociais que se engendram tão comumente esta solidariedade orgânica, fugindo ao controle de um direito repressivo imputado pelo Estado. São criados nestes agrupamentos vínculos diferentes daqueles controlados pelo direito penal, que tende a ser mais repressor.

Para o autor, a qualidade dos vínculos estabelecidos entre os indivíduos é uma questão central para manutenção do agrupamento social pela solidariedade orgânica. “O que faz um indivíduo seja mais ou menos intimamente ligado a seu grupo não é apenas a multiplicidade maior ou menor dos pontos e vinculação, mas também a intensidade variável das forças que o mantêm vinculado a eles” (DURKHEIM, 1999, p. 129).

É o modo como os vínculos se estruturam, sua intensidade e sua influência na vida dos indivíduos que definem a força, o propósito e a funcionalidade do agrupamento. Não é a quantidade, e sim a qualidade deste vínculos que delimitam o grupo, porém, Durkheim (1999) afirma que há variações de graus nos vínculos estabelecidos e que estas são recorrentes, bem como o rompimento destas vinculações.

Sobre a força e a fragilidade dos vínculos sociais, Durkheim (1999) apresenta três condicionantes: volume de consciência comum e da consciência individual; a intensidade média dos estados de consciência coletiva; a determinação maior ou menor dos estados de consciência. Retomamos aqui novamente o debate sobre indivíduo e grupo, entre consciência coletiva e estados de consciência individuais e distintos. Neste âmbito se desenvolveriam, se manteriam ou se desestruturariam os vínculos, a variarem

de acordo com os graus de consciência.

Para Durkheim (1999), a consciência comum contaria cada vez menos com sentimentos fortes e determinados. Pelo contrário, a intensidade e o grau médio de determinação dos estados coletivos estariam diminuindo. A consciência individual teria aumentado mais que a consciência comum, que poderia gerar uma certa instabilidade no grupo.

Embora a consciência comum estivesse a evoluir, haveria simultaneamente um progresso ainda inferior em relação às consciências individuais, o que a tornaria mais fraca e mais vaga em seu conjunto. Caberia, de acordo com Durkheim, sobretudo à divisão do trabalho cumprir o papel exercido pela consciência comum, pois é esta que mantém juntos os agregadores sociais dos tipos superiores.

Além da própria dinâmica e movimento interno dos grupos, percebe-se o conflito como traço característico. Os desacordos entre membros do grupo e entre a consciência individual e coletiva já apontados por Émile Durkheim reaparecem na obra de Georg Simmel.

O conflito como força integradora do grupo e a dualidade entre unidade e discordância é a perspectiva defendida pelo autor. Há para Simmel uma função essencial e positiva no conflito: resolver dualismos para que se chegue a uma unidade. “O próprio conflito resolve a tensão entre contrastes” (SIMMEL, 1983, p. 123).

O autor coloca em primeiro plano uma questão que, segundo ele, fora, de certo modo, extirpada do debate sociológico: “Parece que antigamente havia só duas questões subjetivas compatíveis com a ciência do homem: a unidade do indivíduo e a unidade formada pelos indivíduos, a sociedade; uma terceira parecia excluída” (SIMMEL, 1983, p. 123). Seria nesta terceira parte onde residiria o conflito como categoria sociologicamente relevante para o agrupamento na sociedade. Para Simmel:

Assim como universo precisa de amor e ódio, isto é, de forças de atração e de forças de repulsão, para que tenha uma forma qualquer, assim também a sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendência favoráveis e desfavoráveis (SIMMEL, 1983, pág. 124).

Nota-se em Simmel, a dualidade predominante no que ele denominou de

*sociação* (SIMMEL, 1983). Para o autor, “elementos negativos e duais” (SIMMEL, 1983, p. 126) têm importância e papel relevante, pois seria justamente o conflito entre as partes um possível gerador de força integradora do grupo. Anular a energia de repulsão, o contrário, o oposto não necessariamente garantiria a harmonia, “não resultaria sempre, em absoluto, numa vida mais rica e plena” (SIMMEL, 1983, p. 127).

O autor considera o conflito como *sociação* importante que, além do signo negativado carrega possibilidades múltiplas, até, de certo modo positivas na configuração do grupo. “A oposição nos dá satisfação íntima, distração, alívio.” (SIMMEL, 1983, p. 127). Seria um processo natural ao indivíduo o comportamento de confrontar a diferença e as contradições de outros e o resultado deste confronto não se apresentaria necessariamente algo prejudicial ao grupo.

## **DOMINAÇÃO COMO PRERROGATIVA PARA EXISTÊNCIA DO GRUPO**

A questão da formação de agrupamentos foi discutida por Durkheim e Simmel em épocas distintas e, cada autor, a seu modo, realizou um aporte epistemológico para fundamentar suas afirmações. Além do dois autores, neste tópico, resolvemos trazer ao debate um autor também fundante da sociologia: Max Weber (1983), a partir de seu conceito dos “Três tipos puros de dominação legítima”. Seria possível ou até mesmo necessário a existência de sujeito(s) que delimitassem e influenciassem o comportamento dos demais membros de um agrupamento?

É certo, como visto anteriormente, que exista um “mínimo” de normas e regras a serem cumpridas e um conjunto de sentimento e fins comuns aos integrantes de um grupo. Porém, de que modo esses operam? Empreendemos aqui uma tentativa de análise do um dos elementos que garantem a obediência e o cumprimento das normas impostas ao grupo a partir da perspectiva de uma força vertical que atua para controle e influência nos indivíduos.

Como já debatidos anteriormente em Durkheim e Simmel, desde um conjunto de normas exteriores estipuladas pelo Direito Repressivo, aos desejos e impulsos individuais até relações estabelecidas a partir da solidariedade orgânica, o sujeito é influenciado em seu agir. De certo modo, uma dominação se impõe aos indivíduos.

A dominação, ou seja, a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato, pode fundar-se em diversos motivos de submissão. Pode depender diretamente de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações utilitárias de vantagens e inconvenientes por parte daquele que obedece. Pode também depender de mero “costume”, do hábito cego de um comportamento inveterado. Ou pode fundar-se; finalmente, no puro afeto, na mera inclinação pessoal do súdito (WEBER, 1999, p. 128).

Weber (1999) apresenta possibilidades geradoras para relação entre submissão e dominação, ao que ele denomina de “constelação de interesses” ou de “mero costume”. O que percebe-se nos agrupamentos mencionados por Durkheim e Simmel é também uma espécie de dominação ao passo que uma força, seja estatutária ou orgânica, atua e acomoda os sujeitos no arranjo grupal.

Há interesses em jogo, a nível de individual – psicológicos, por exemplo, como segurança e conforto pessoal – e a nível coletivo – quando em conjunto se ganha força para movimentos estratégicos pela reivindicação de melhorias, como em sindicatos e associações. Porém, além do caráter funcional e utilitário, há também, segundo Weber, um tipo de dominação que foge a racionalidade e que seria permeado pela afetividade.

Weber (1999) estrutura em três os tipos de dominação: legal, tradicional e carismática. O estatuto e burocracia marcaria a dominação legal. A dominação tradicional seria pautada pela fidelidade e obediência a um senhor herdadas. A dominação carismática se daria pela devoção afetiva ao senhor pelos dotes sobrenaturais, faculdades mágicas, revelações, heroísmo, poder intelectual ou de oratória, principalmente a partir da figura de um líder com um ou várias destas qualidades.

A partir desta configuração exposta por Weber, retomemos a caracterização dos grupos sociais para sua análise. Em grupos profissionais mencionados por Durkheim (1999), não seria frequente a posição de um líder que exercesse sua dominação pela legalidade ou pelo carisma? Vejamos o caso de grupos e subgrupos existentes em empresas na qual se pautam pelas diretrizes de um líder oficial, imposto pela organização, e por líderes estabelecidos pelo carisma.

A figura do líder em um grupo de trabalhadores em uma corporação pode ocorrer de diversas maneiras. Numa estrutura vertical de divisão de trabalho, com postos especificamente determinados, um líder pode ser estabelecido oficialmente por

níveis superiores e por proprietários da empresa. Trata-se de um líder formal, assegurado pela burocracia, pelo estatuto e pela dominação legal, não necessariamente pela competência ou pelo carisma, mas sim por uma decisão superior.

Ao largo desta estrutura, poderia ou não existir um líder carismático, “eleito” pelos membros do grupo mais pela afetividade e pelos vínculos do que qualquer outro atributo. Esse líder carismático poderia ou não ser o mesmo líder legal, do mesmo modo que no mesmo grupo profissional poderiam coexistir os dois tipos líderes.

Para Weber, não apenas na divisão social do trabalho há complexidade no estabelecimento de formas de dominação e submissão. O patriarcado, a comunidade religiosa, dentre outros grupos, têm em sua composição especificidades que nos condiciona a estudos empíricos para compreensão dessas relações em sua totalidade. No entanto, considera-se que a aproximação à teoria de tipos de dominação de Weber para a compreensão de grupos sociais faz-se relevante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o propósito de tentar perceber as imbricações teóricas entre autores fundantes da sociologia para análise da categoria grupo social. Notou-se que tal categoria foi explorada diretamente por Émile Durkheim e Georg Simmel, porém acredita-se que a contribuição de Max Weber é de fundamental importância sobretudo para compreensão de relações na interface do grupo.

Mesmo quando a análise tratou apenas dos agrupamentos, notou-se que nos três autores houve o esforço tão característico da sociologia: a apreensão das relações e tensionamentos entre o sujeito e a sociedade. A perspectiva de Durkheim de predominância da força do social, sobretudo a partir da imposição de regras e determinações morais em relação ao indivíduo foi percebida na análise de sua teoria sobre os grupos sociais. Em Simmel, foi possível compreender o sujeito e sua busca pelos agrupamentos como necessidade, colocando em evidência atributos como o desejo pela orientação de como viver em sociedade. Por fim, as ideias de Weber sobre dominação e submissão ensinaram a compreensão da dinâmica das relações no agrupamento.

Observa-se que a ideais dos três teóricos reaparecem em estudos de sociologia

sobre agrupamentos sociais realizados e publicados posteriormente. Autores importantes na contribuição para avanços no campo sociológico e, mais especificamente, nas questões sobre a configuração de grupos sociais certamente encontraram em Durkheim, Simmel e Weber interlocutores de grande influência.

A norte-americana Escola de Chicago e sua sociologia urbana, os estudos antropológicos e sociológicos franceses - nomeadamente tendo como representantes Marcel Mauss e Lévi-Strauss estabelecem mais conexões que distanciamentos em relação a estes três autores. No curso da história, subsequentemente, os três autores continuam a serem considerados e tomados como plano de fundo em pesquisas de Pierre Bourdieu, Michel Maffesoli, José Machado Pais, Loic Wacquant, dentre outros que propõem pesquisas e discussões acerca de grupos sociais. São muitos os trabalhos publicados que apontam esta interlocução entre os chamados “clássicos” e seus posteriores.

Invariavelmente, o campo teórico exposto por eles vem a servir de parâmetro para comparação epistemológica a diversos autores e pesquisadores das ciências humanas. Percebemos que há em Durkheim, Simmel e Weber uma convergência possível diante da análise de grupo social. Espera-se que o cruzamento teórico aqui exposto abra precedentes para aplicação empírica nos distintos agrupamentos sociais contemporâneos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Edipro, 2012.

\_\_\_\_\_. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Lições de sociologia: física dos costumes e do direito**. São Paulo: Edipro, 2015.

SIMMEL, Georges. **Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.



\_\_\_\_\_. **Os três tipos puros de dominação legítima.** In: COHN, Gabriel (Org.) Max Weber: Sociologia. São Paulo: Ática, 7ª ed., 1999.

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2009 (reimpressão).

## **A IMPORTÂNCIA DO GESTOR ESCOLAR NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA**

*Alex Sandro Santos<sup>12</sup>*

**RESUMO:** Este trabalho faz uma breve discussão sobre alguns aspectos relacionados à Importância do Gestor Escolar na Inclusão de alunos com necessidades especiais na escola. Muito se tem falado a respeito dos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais, porém percebe-se que ainda existem muitos obstáculos para a sua efetiva inclusão. O objetivo deste artigo é contribuir para a reflexão sobre o papel do gestor pedagógico frente ao processo de construção de escolas cada vez mais inclusivas. Para tanto o estudo primou por pesquisa bibliográfica, as quais servirão para refletir algumas hipóteses relacionadas ao papel do gestor na inclusão escolar. Sage (2009), Páez (2001) e Glat (2007) são os principais autores que fundamentaram esta pesquisa. Observou-se durante a pesquisa que são muitas as barreiras, falta de formação e informação de alguns gestores e acima de tudo, o preconceito, ainda tem feito com que estes seres humanos ocupem papéis muito aquém do necessário para se ter uma boa qualidade de ensino. Neste contexto o papel do gestor é sem dúvidas promover a transformação nas práticas organizacionais da escola, através de estudos e reflexões, além de promover o envolvimento de todos a respeito de questões pedagógicas, para derrubar os entraves da educação inclusiva e eliminar as barreiras que possam impedir o processo de escolarização, visando à construção de formas mais dignas e inclusivas dos referidos alunos.

**Palavras-chave:** Gestor; Inclusão Escolar; Necessidades Especiais.

## **THE IMPORTANCE OF THE SCHOOL MANAGER IN THE INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS IN SCHOOL**

**ABSTRACT:** This work is a brief discussion of some aspects related to the Manager Importance of School in the inclusion of students with special needs at school. Much has been said about the rights of people with special educational needs, but it is clear that there are still many obstacles to their effective inclusion. The purpose of this article is to contribute to the reflection on the role of the pedagogical front manager in the process of building more inclusive schools. For this study it was conspicuous by literature, which serve to reflect certain assumptions related to the role of the manager in the school inclusion. Sage (2009), Paez (2001) and Glat (2007) are the main authors that supported this research. It was observed during the study that there are many barriers, lack of training and information of some managers and above all prejudice, yet has made these humans occupy roles far short of the need to have a good quality education. In this context the role of the manager is no doubt promote transformation in

---

<sup>12</sup> Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professor no Instituto Educacional Adventista Paranaense - IAP. Professor na Faculdade Santa Maria da Glória - SMG Maringá. E-mail: [alexsoldy@hotmail.com](mailto:alexsoldy@hotmail.com)

school organizational practices through study and reflection, and promote the involvement of all about pedagogical issues, to bring down the barriers of inclusive education and remove barriers that may prevent the schooling process in order to build more dignified and inclusive forms of these students.

**Keywords:** Manager; School Inclusion; Special Needs.

## INTRODUÇÃO

A instituição escolar é um sistema que opera através de padrões que estabelecem e constituem sua função social, que está relacionada à construção de conhecimento, bem como, repasse de informações, socialização e instrumentalização para exercícios de cidadania, sendo capaz de mudar e flexibilizar seus padrões internos para garantir seu espaço social. A escola hoje deve ser um ambiente acolhedor e prazeroso, que proporcione a todos os alunos o acesso, a permanência, bem como, o aprendizado com qualidade, tanto para os alunos com necessidades especiais, quanto para todos os demais, independentemente de suas características físicas e culturas.

Para Penaforte, (2009) o desafio do gestor pedagógico é desenvolver estratégias instrucionais que possibilitem respostas às variadas necessidades e situações de aprendizagem. Assim as formas de realizar a inclusão têm ocorrido das mais diversas formas e o gestor escolar apresenta grande importância, sendo necessário que o mesmo busque uma atuação baseada na diversidade em consequência da liderança que exerce.

Sabemos a importância dos professores, porém não podemos menosprezar o gestor, que exerce um papel de essencial relevância na perspectiva de uma educação mais inclusiva, pois todos que compõem este ambiente escolar, inclusive os professores estarão seguindo e analisando suas ações. Neste contexto tendo em vista as novas regras e demandas que a escola vem enfrentando, o gestor caracteriza – se como sendo uma das peças mais importantes da conscientização para superar todas as limitações na busca de uma atuação mais efetiva.

Sendo assim o objetivo do trabalho é abordar estudos relacionados à inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais nas escolas e, contribuir para a reflexão sobre o papel do gestor pedagógico frente ao processo de construção de escolas inclusivas. É necessário refletir no que se refere à real inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, como um todo, e o que ainda esteja impedindo ou

dificultando, a presença ou permanência destes alunos no meio social e especialmente neste caso, sua efetiva inclusão nas escolas.

## **INCLUSÃO ESCOLAR**

Entende-se como inclusão escolar o processo de acolher com respeito todas as pessoas, sem exceções, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. O termo é empregado normalmente à inclusão educacional de pessoas com deficiência física e mental.

Para Carvalho (2006, p. 36) a educação inclusiva pode ser explicada como um movimento contra qualquer tipo de exclusão que venha ocorrer dentro dos espaços educacionais do ensino regular.

A inclusão educacional hoje em dia é um assunto de grande destaque, e é percebida através de uma educação que satisfaça às necessidades básicas dos alunos no desenvolvimento pleno das potencialidades, que permita uma vida mais estável e saudável para esse educando na interação escolar como um todo.

A inclusão escolar possibilita atitudes que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular de igual para igual com os demais alunos. A educação inclusiva é uma temática renovadora para as escolas, isso porque ela procura ampliar os horizontes e a participação dos alunos com necessidades especiais nos processos de ensino e de aprendizagem. Trata-se de uma mudança na estrutura educacional para a recepção do aluno com necessidades educativas especiais.

Ainda que a realidade esteja longe de se concretizar afirma (GARCIA, 2007), para se alcançar os ideais de uma educação para todos, o fundamental é tornar efetivas as políticas existentes, para que mecanismos legais possam concretizar o direito de todas as crianças conviverem e aprenderem juntas em espaços regulares de ensino.

Hoje, o assunto inclusão consiste em grande destaque e mostra a necessidade de uma educação que satisfaça às necessidades básicas dos alunos e no seu desenvolvimento, que permita ao educando participar das ações da escola, ter acesso ao seu espaço. Usufruir dos seus serviços, por exemplo, é algo que deve estar aberto aos alunos especiais, pois estes não podem sentir-se limitados ou ainda deixar de desenvolverem atividades que os demais alunos desenvolvam.

Segundo Páez (2001, p. 33) a inclusão pode trazer benefícios incontestáveis para o desenvolvimento da pessoa com deficiências, desde que sejam oferecidos na escola regular, pois este é um momento decisivo na vida do aluno. A educação inclusiva reconhece as diferenças e limitações existentes de cada aluno e respeita o que tange a tratar os desiguais no limite de suas desigualdades, de forma a garantir que cada aluno se sinta acolhido e se sinta parte da comunidade escolar.

Com o advento do processo educacional inclusivo, fica claro que o papel das escolas não é somente desenvolver um novo processo educacional de uma forma inclusiva, mas também o desenvolvimento de uma nova cultura escolar, embasada nos direitos humanos, em especial, ao direito de todos os alunos se beneficiarem de um ensino de qualidade, tendo como princípio norteador básico a igualdade.

Segundo Glat (2007):

A educação inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem, precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas (GLAT 2007, p. 16).

Atualmente a perspectiva educacional propõe que um bom educador faça a diferença, e para tanto, cada um deles deve buscar aprendizado, capacitações e qualificação, de forma que se contribua para uma prática diferenciada, desenvolvendo uma educação baseada na afetividade e na superação de limites, sendo que a palavra principal que deve ser sempre lembrada é respeito entre as diferenças.

Diante do exposto percebe-se que para esta inclusão seja feita de forma eficaz o gestor tem grande importância sendo necessário que ele busque sua atuação baseada na diversidade e respeito. O gestor é capaz de garantir abertura de novos espaços à transformação do cotidiano escolar em consequência da liderança que exerce, neste sentido deve ser o primeiro a ter consciência da importância da escola inclusiva implementando práticas que favoreçam a igualdade.

## **A GESTÃO ESCOLAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO INCLUSIVO.**

A Gestão do ensino Brasileiro tem sido dedicada muita atenção vem ampliando o enfoque que antes era apenas administrativo, pois os problemas educacionais são cada vez mais complexos, e precisa ser tratado como visão global e abrangente assim como ação articulada, dinâmica e participativa.

A preocupação que hoje é imposta à escola como uma das principais instituições que são responsáveis pela efetivação do processo inclusivo, indica que tais problemas ainda necessitam de ajustes para ser eliminados da agregação escola e traz a da gestão escolar e demonstra que a mesma precisa superar a discussão falta de orientação e de liderança clara e competente, que devem ser exercida sobre o enfoque dos princípios educacionais participativos, de teoria metodológica, voltadas para a organização do trabalho em educação, com métodos estratégicos globalizados para vencer tal imposição.

Às vezes, é suficiente uma conversa informal com alguns professores para perceber seus medos, descrédito e insegurança com relação ao atendimento do aluno com necessidades especiais. Fatos esses que geram entre professores resistência à inclusão.

Para Zimermann (2008):

A instituição escolar precisa redefinir sua base de estrutura organizacional destituindo-se de burocracias e reorganizando grades curriculares, proporcionando maior ênfase à formação humana dos professores, e afinando a relação família escola, que a educação inclusiva tem força transformadora não somente para a educação, mas para uma sociedade inclusiva (ZIMERMANN, 2008, p.1).

O artigo 208 da Constituição Federal (1988) especifica que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino condição que também consta no artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990). Porém é comum até mesmo entre os meios educacionais não perceber o significado do ensino

inclusivo que é acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. O termo é associado mais comumente à inclusão educacional de pessoas com deficiência física e mental.

A inclusão educacional é uma questão muito presente nas escolas atualmente e o enorme preconceito que havia contra estas pessoas que apresentam algum tipo de deficiência física ou mental vem, felizmente, diminuindo gradativamente, mesmo ainda sendo necessários muitos ajustes e preparação dos governantes, sociedades e escolas.

Como comenta Padilha (2005) vê-se o surgimento da idéia de que é preciso garantir e estimular a participação de todos na sociedade, e também de reconhecer e desenvolver o potencial de cada cidadão e eliminar com isso, portanto, a discriminação ao portador de deficiência. Ou seja, se a escola é vista como o órgão que acaba por socializar os cidadãos, cabe a ela também tal obrigação no que se refere aos portadores de deficiência.

O papel da gestão escolar na construção da escola inclusiva é de suma importância, cabe ao Gestor escolar a implantação dos projetos e administração dos mesmos no que se refere a inclusão, porém a participação no processo inclusivo deve ser de toda a comunidade escolar. É comum que os professores temam inovação e assumam riscos que sejam encarados de forma negativa e com desconfiança pelos pares que estão aferrados aos modelos tradicionais. “O Gestor é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-lo através de palavras e ações adequadas que reforçam o apoio aos professores”. (SAGE, 1999, p. 138).

Sage (1999, p. 129) analisa ainda que “a relação entre o gestor escolar e a educação inclusiva, reconhece que a prática dessa educação requer alterações importantes nos sistemas de ensino e nas escolas”. Os anos se passaram e ainda se faz necessárias alterações no sistema de ensino no que refere ao processo inclusivo, os gestores escolares são essenciais nesse processo, pois lideram e mantêm a estabilidade do sistema. As mudanças apontadas para a construção da escola inclusiva envolvem vários níveis do sistema administrativo: secretarias de educação, organização das escolas e procedimentos didáticos em sala de aula.

A contribuição do Gestor escolar na escola inclusiva é de deixar claro com atos e serviços que o ensino é um e o mesmo para todos, respeitando as particularidades, as diferenças. Trata-se de um ensino participativo, solidário e acolhedor. Formas mais solidárias e plurais de convivência. Uma educação global, plena, livre de preconceitos, e que reconheça e valorize as particularidades (diferenças) de cada um dos outros iguais.

O gestor necessariamente tem a função de encorajar a cultura inclusiva a crescer, utilizando estratégias administrativas que propiciem possibilidades de mudança, que assumam riscos e que reforçam toda e qualquer tentativa de criar um ambiente de ensino inclusivo para todos os alunos. O gestor deve oportunizar a todos os interessados a participação nas discussões e planejamento para a construção das metas a serem cumpridas para a concretização do ensino. A medida a ser tomada pelo gestor deve estar voltada para se construir uma comunidade escolar inclusiva, baseada nos propósitos da escola, ou seja, no atendimento das necessidades de todas dos alunos portadores de necessidades especiais.

O gestor ao propor a execução da proposta de trabalho pedagógico na perspectiva inclusiva contribui para a efetivação da vivência da diversidade no contexto escolar, assim, elege como principal pressuposto a singularidade dos alunos. Priorizando, contudo, a participação da comunidade escolar acerca da construção de um sistema de educação inclusiva, por meio de uma prática reflexiva e coletiva, princípios os quais devem ser a base de todas as ações pedagógicas.

## **AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO INCLUSIVO**

O grande desafio das escolas hoje em dia é o de oferecer um ensino de qualidade, onde aconteça um desenvolvimento constante do aluno. As instituições de ensino destacam-se pelo seu papel significativo de formar e informar os alunos que fazem parte de seu cenário, onde haja um comprometimento de professores, funcionários, alunos e família, requerendo, ainda, grande esforço dos gestores em suas tarefas.

Porém, em relação aos profissionais que trabalham com a educação especial, verifica-se que estes enfrentam muitas dificuldades, principalmente no que tange as limitações de recursos, ausência de materiais e recursos didáticos que é claro facilitaria os processos de ensino e de aprendizagem. Partindo deste princípio é inegável a importância de qualificar os gestores e através destes os professores, além de garantir recursos didáticos e instalações adequadas, são os primeiros passos rumo à inclusão. Para isso deve-se prezar pelo investimento em capacitações dos profissionais, dando chance de uma formação que lhes assegure o preparo de que necessitam para efetivar a inclusão escolar.

Cada aluno possui necessidades específicas de aprendizagem e as instituições, bem como os gestores devem estar pedagogicamente preparados para enfrentar o desafio da inclusão. É preciso contar com estratégias auxiliares aos serviços educacionais que devem ser planejadas a fim de assegurar e garantir a educação efetiva para todos. O educando que apresenta necessidades educativas especiais necessita também de atendimento especial e claro um ambiente onde ele possa ter confiança, o estímulo e o incentivo, e as instituições devem disponibilizar estes locais.

Conhecer os alunos é o primeiro passo para que eles não fiquem à margem das novas práticas. A inclusão não significa dizer que se deve ter um ensino individualizado para os alunos que apresentam necessidades intelectuais, mas sim não se podem separar os atendimentos, nem dentro, nem fora das salas de aula.

Outra prática pedagógica a ser seguida é a instituição estar sempre aberta e flexível, à participação dos pais, inclusive nas atividades desenvolvidas pela escola, esse acompanhamento é primordial, pois os pais passam a conhecer o comportamento dos

Filhos especiais na escola, fato esse que auxiliará nas ações dos mesmos para com as crianças.

Os gestores, como qualquer profissional dinâmico, flexível e inovador precisam estar conectados com o ambiente da inclusão, eles precisam ter suas ações alinhadas com suas práticas pedagógicas, bem como agir efetivamente, porque, quem lida com alunos especiais deve, necessariamente, agir com certa afetividade, mas não se utilizando apenas de argumentos, mas também aplicações concretas.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994) fica claro que:

Administradores locais e diretores de escolas podem ter um papel significativo quanto a fazer com que as escolas respondam mais às crianças com necessidades educacionais especiais desde que a eles sejam fornecidos a devida autonomia e adequado treinamento para que possam fazê-lo. (...) uma administração escolar bem-sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes (UNESCO, p.143).

A maneira com que o gestor se posiciona frente a questão da inclusão dos alunos com necessidades especiais influencia consideravelmente toda a comunidade escolar, pois ele é um líder que tem tendência a ser seguido. O bom gestor deve ter consciência de que o ensino oferecido não se pode fazer distinção de ensinamentos entre alunos regulares e com necessidades especiais.

Para Tesani (2010) algumas ações contribuem significativamente e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e sendo assim a autora inúmeras alguns passos a seguir:

O primeiro passo, segundo suas recomendações, é construir uma comunidade inclusiva que englobe o planejamento e o desenvolvimento curricular; o segundo passo do processo é a preparação da equipe para trabalhar de maneira cooperativa e compartilhar seus saberes, a fim de desenvolver um programa de equipe em progresso contínuo; o terceiro envolve a criação de dispositivos de comunicação entre a comunidade e a escola; o quarto abrange proporcionar a criação de tempo para reflexão sobre a prática desenvolvida (TESANI 2010, p.292).

Outra postura que o gestor precisa tomar é o de encorajamento, pois tudo que é novo traz resistências como um todo, e cabe ao gestor enfrentar esta realidade, para assim diminuir a insegurança dos docentes em mudar suas percepções já formadas há anos. A criação de um ambiente escolar adequado de boa aprendizagem exige por parte da gestão

Escolar um trabalho participativo, no qual planejamentos e implementação de estratégias sejam estruturados e desenvolvidos no coletivo, com a participação de todos.

Segundo Souza (2007) é:

Através da reflexão das ações pedagógicas dos professores e demais profissionais, que os cenários são reconstruídos e resinificados dentro do conjunto de procedimentos e atitudes que o processo educacional abrange (SOUZA 2007, p.5).

Com isso, é necessário, que o gestor entenda o seu papel de articulador e promotor de um espaço que propicie a participação de todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem.

Neste contexto fica evidente que os desafios de ser gestor são muitos, há a necessidade contínua de se aprender e se de aperfeiçoar com frequência. Deve-se levar em consideração a importância da formação continuada, e ao mesmo tempo o investimento das instituições nas formações destes profissionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com estudos realizados, ficou claro que as pessoas com necessidades educacionais especiais podem e tem o direito de estudar em uma escola de ensino regular, bem como exercer sua função de cidadão. Com relação ao ambiente e ao gestor escolar, é evidente que estes estejam cientes de suas funções frente aos desafios de uma educação inclusiva, visando melhorar estruturas físicas e pedagógicas de acordo com as especificidades apontadas para as realidades do contexto inclusivo.

Entretanto para que essa realidade tão esperada aconteça de fato o gestor deve realizar seu trabalho pautado em uma gestão democrática, onde todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem realizem um trabalho integrado objetivando a transformação da escola. É necessário também que as instituições invistam na formação para se adquirir profissionais, profissionais qualificados, pois isso vai fazer com que eles se sintam mais seguros para desenvolver seu trabalho.

Conhecendo, portanto a importância do papel do gestor nesse cenário fica claro que um gestor competente e inovador precisa estar engajado na missão da inclusão nas escolas e precisa agir de maneira que suas ações estejam atreladas com suas práticas pedagógicas, pois quem lida com alunos especiais deve, necessariamente, estar preparados, deixando de lado toda e qualquer barreira que venha a dificultar o ensino, o desenvolvimento e a atuação destes educandos.

Para que educação inclusiva seja uma realidade em nossas escolas é preciso haver uma vontade, haver um querer, uma mudança de mentalidade, construir uma escola inclusiva precisa antes de tudo haver mudança de atitude e não sempre será uma tarefa não muito fácil. Além dos gestores, depende também das políticas públicas, das instâncias administrativas, professores, funcionários e de toda a sociedade.

Entende-se que a escola inclusiva é aquela que atende às necessidades educacionais especiais dos alunos. Cabe ao professor a tarefa de conhecer essas especificidades e oferecer uma educação de qualidade para ele. É preciso mudar a maneira de pensar a educação, estabelecer rupturas com paradigmas já arraigados, rever valores, a fim de receber os alunos com necessidades especiais, oferecer às suas famílias a segurança de que seus filhos serão bem atendidos em suas necessidades específicas de aprendizagem.

Nesse sentido entende-se que o bom entrosamento e articulação do gestor com a equipe escolar fomentam o ensino de qualidade, sendo estes os responsáveis pelo sucesso ou pelo fracasso de qualquer ação realizada pela equipe pedagógica da instituição de ensino. O aluno com necessidades educativas especiais necessita de metodologias, estratégias diferenciadas, recursos próprios e práticas diferenciadas devido as suas especificidades motoras e de aprendizagem e cabe ao gestor promover esse atendimento.

O gestor escolar tem papel de fundamental importância neste panorama, sendo o principal agente de transformação e congraçados das expectativas do aluno, professores e pais. Ele deve promover um ambiente onde todos possam refletir a respeito “da inclusão” e proporcionar modos, formas de trabalhar explorando as potencialidades individuais. O Gestor nas escolas, precisa organizar com certa frequência um cronograma e avaliar se os encaminhamentos propostos surtiram efeito e atenderam as necessidades dos alunos, se os objetivos foram alcançados, se a metodologia, se os recursos utilizados foram capazes de provocar a inclusão e a aprendizagem.

Com Base nas análises dos referidos autores em relação ao processo educacional inclusivo e as contribuições do gestor nas escolas e com a função que irá ser úteis, para o desenvolvimento do referido processo de inclusão, considera – se que cabe ao gestor pedagógico, prover os recursos materiais e humanos necessários ao desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais ; auxiliar os

professores no desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino diferenciadas que favoreça o processo educacional inclusivo; possibilitar, no contexto escolar, momentos de reflexão com relação às práticas pedagógicas inclusivas, de forma que todos os participantes do referido processo possam participar na definição dos objetivos, no planejamento, bem como, na elaboração de propostas e planos de ação que possibilite a quebra das barreiras que estejam impedindo o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais .

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 16 de nov. de 2015.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: 05 de jan. de 2016.

BOAVENTRURA, R.S.: **A Gestão Escolar na Perspectiva da Inclusão**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Oeste Paulista, UNOESTE: Presidente Prudente, São Paulo, 2008.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2006. 176 p.

**Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 22 de dez. de 2019.

FERREIRA, Nauria Syria Carapeto. AGUIAR, Márcia Ângela da S. **Gestão da Educação: Impresses, Percpectivas e Compromsisos**. 6º edição – São Paulo: Cortez, 2008.

GARCIA, R. M. C. O Conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional. In: Jesus, D. M. e col. (Org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. (p.11-20). Porto Alegre: Mediação, 2007.

GLAT, R. (Org.) **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

LÜCK, H. **A evolução da Gestão Educacional, a partir da mudança paradigmática.** Revista Gestão em Rede, n. 3, p. 13-18, 1997

SAGE, Daniel D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Orgs.). **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p.129-141.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico: Como construir o projeto político pedagógico da escola.** São Paulo: Cortez, 2005.

PÁEZ, Caniza de. A integração em processo: da exclusão à inclusão. In: **Escritos da criança.** n. 06, Porto Alegre: centro Lydia Coriat, 2001.

PENAFORTE, S. **A gestão para a inclusão: uma pesquisa-ação colaborativa no meio escolar.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Saberes e práticas da inclusão.** Governo federal. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIOPC/Downloads/saberes%20e%20práticas%20de%20inclusão.pdf>. Acesso em: 06 de mar. de 2020.

SOUSA, L. P. F. de. **Orquestrar a gestão escolar para respostas educativas na diversidade.** 2007, 113p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro.

TESANI, T. C. R. **Gestão escolar: A prática pedagógica administrativa na política de educação inclusiva.** Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Edições Asa.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Ministério da Educação e Ciência de Espanha: Salamanca, Espanha, 1994.

## O ENSINO DE FILOSOFIA PARA CRIANÇAS

*Juliana Tibério<sup>13</sup>*

**RESUMO:** O presente artigo tem como tema elucidar a importância do programa de filosofia nos anos iniciais para a formação da criança. A investigação deste tema é conduzida a partir do seguinte problema: por que é necessário o ensino de filosofia nas séries iniciais? O programa de filosofia para crianças é um método elaborado pelo filósofo americano Matthew Lipman, no final da década de 60. O objetivo geral desta pesquisa é mostrar como Lipman transformou a sala de aula tradicional em uma comunidade de investigação através do ensino de filosofia. Em seguida, apresentar sua chegada ao Brasil. A partir disso, buscou-se validar a hipótese de que o ensino de filosofia para crianças substitui o “aprender a filosofia” para o “aprender a filosofar”, apostando no desenvolvimento da autonomia do sujeito. Desse modo, o processo de aprendizagem é uma descoberta coletiva através de discussões de conceitos e debates substituindo a memorização de conteúdo do ensino tradicional. A metodologia utilizada para produção desse estudo foi à pesquisa bibliográfica. O artigo se justifica, prioritariamente, pela ausência do ensino de filosofia nos anos iniciais, principalmente, nas escolas públicas.

**Palavras-Chave:** Filosofia; Crianças; Pensar.

## TEACHING PHILOSOPHY TO CHILDREN

**ABSTRACT:** This article has as its theme to elucidate the importance of the philosophy program in the early years for a child's education. The theme investigation is conducted from this following problem: why is it necessary to teach philosophy in the early grades? The philosophy program for children is a method devised by the American philosopher Matthew Lipman, not in the late 1960s. The general objective of this research is to show how Lipman transformed the traditional classroom into a research community through the teaching of philosophy. Then, present your arrival in Brazil. From this, we tried to validate the hypothesis that teaching philosophy to children substitutes “learning philosophy” to “learning to philosophize”, betting on the development of the subject's autonomy. In this way, the learning process is a collective discovery through the concept of concepts and debates replacing the memorization of traditional teaching content. The methodology used to produce this study was bibliographic research. The article is justified, primarily, by the absence of teaching philosophy in the early years, mainly in public schools.

**Keywords:** Philosophy; Children; Think.

## INTRODUÇÃO

---

<sup>13</sup> Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. E-mail: [juh\\_ana\\_gt@hotmail.com](mailto:juh_ana_gt@hotmail.com)

O presente artigo tem como tema a relevância do programa de filosofia para crianças nos anos iniciais. O objetivo é mostrar como o filósofo americano Matthew Lipman transformou a sala de aula tradicional em uma comunidade de investigação através do ensino de filosofia. Desse modo, o ensino da filosofia para crianças contribui para o “despertar” de uma consciência mais responsável pela educação.

Através de uma breve análise sobre como se concebe a infância é possível perceber que ela traz a criança como um ser ingênuo e totalmente dependente de um adulto. E foi pensando na criança e na sua formação que o filósofo americano Matthew Lipman (1923-2010) desenvolveu o programa de filosofia para crianças no final da década de 60.

O presente artigo foi desenvolvido em três partes: a primeira parte mostra como Lipman percebeu a necessidade de se trabalhar filosofia na infância, e apresenta qual o objetivo do programa ao estabelecer uma reconstrução da filosofia tradicional, que traz uma nova estratégia para a formação crítica dos jovens.

A segunda parte trata-se de como o filósofo americano desenvolveu o seu programa. Foi através de reflexões sobre como Sócrates trabalhava a filosofia que Lipman desenvolveu seu programa para solucionar certos problemas encontrados na educação tradicional. O filósofo mostra que a boas razões para pensar que o modelo de comunidade de investigação - aquele que é um espaço onde o educando aprende a investigar e a compartilhar e colaborar com os outros membros da comunidade (professor e alunos) - serve para qualquer sala de aula. Através desse modelo, os estudantes poderão pensar de forma independente. É por meio da filosofia da infância que Lipman destaca o direito que a criança tem ao raciocínio e aponta como o ensino da ética, da filosofia social e a relação com o outro através das expressões/personalidade é importante para o desenvolvimento da criança e a sua formação de comunidade.

A terceira parte mostra como foi à chegada do Programa de Filosofia para crianças ao Brasil. Em seguida, é exposto um projeto realizado com estudantes da 5º série do Ensino Fundamental em uma escola pública da cidade de Cascavel, PR. O projeto realizado na escola demonstra a possibilidade do ensino de filosofia enquanto um espaço para que os educandos possam praticar o hábito de reflexão, investigação e

argumentação, evidenciando que todos podem passar pela experiência filosófica e que ela gera bons frutos.

Com a renovação do ensino sugerido por Lipman, os professores poderão diminuir o transmitir de conhecimentos prontos e conseguirão orientar as crianças na busca de suas necessidades intelectuais. E os estudantes poderão desenvolver seu próprio pensar através de questionamentos e investigando as informações que lhe são oferecidas. Desse modo, o ensino de filosofia para crianças contribui para o “despertar” de uma consciência mais responsável pela educação.

## O ENSINO DE FILOSOFIA PARA CRIANÇAS

O que é infância? Sabe-se que a infância é o início da vida humana, porém, associado a este conceito surgem certos pensamentos sobre a infância que o homem precisa se desprender. Tais pensamentos envolvem a criança como um sujeito totalmente dependente de um adulto e sem autonomia como afirma Bernardina Leal em seu texto “Leituras da infância na poesia de Manoel de Barros” (2004):

Afirma-se que a criança carece de experiência, que necessita do auxílio adulto, que precisa ser protegida, que ainda não está preparada...Considera-se também a infância um período de ausência de responsabilidades, de falta de autonomia ou mesmo de não seriedade. Há ainda quem julgue a criança incapaz de compreender ou de fazer compreensível pela não-incorporação de um repertório linguístico “adulto” e “culto” e, em consequência, demoradamente construído (p. 20).

Dessa forma, leva-se a ideia de que o adulto pode preencher o que “falta” em uma criança.

Sabe-se que as crianças precisam de cuidados, uma vez que o cuidado é a fonte da amizade, do amor, do compromisso. No entanto, a concepção de que a criança precisa sempre de um adulto está as transformando em seres frágeis e incapazes que precisam sempre de um adulto para controlá-las. Desse modo, percebe-se que as crianças estão sendo educadas para submissão às regras do que para sua própria formação.

E foi pensando nas instabilidades e na formação da criança que o americano Matthew Lipman desenvolveu o programa de Filosofia para Crianças, que surgiu no final da década de 60 e veio se espalhando pelo mundo. O programa de Filosofia para Crianças é uma reconstrução da filosofia tradicional que traz uma nova estratégia para a formação crítica dos jovens. Seu objetivo é desenvolver as habilidades cognitivas incentivando a reflexão e sempre valorizando as experiências da criança e o cuidado, pois, segundo Lipman, o cuidado é um pensamento afetivo que valoriza a capacidade da criança, não a trata como um ser totalmente dependente. Para Marie-France Daniel (2000) “[...] o objetivo do currículo de Filosofia para crianças [...]” na visão Lipman é “[...] de propiciar uma formação fundamental à criança, valorizando ao mesmo tempo sua experiência cotidiana, estimulando-a, assim, a praticar a investigação do significado” (p.18).

A longa experiência de Lipman no ensino universitário fez com que ele percebesse que quando um adulto chega ao ensino superior seu pensamento já está formando. Dessa forma, Lipman chega à conclusão de que a aprendizagem dos pensamentos autônomos e críticos devem ser realizados nas escolas primárias, através do ensino da filosofia para as crianças.

Os termos “filosofia” e “crianças” trouxe uma série de contradições, uma delas era que as pessoas acreditavam que seu objetivo era memorização de sistemas filosóficos de Platão e Aristóteles. No entanto, Matthew Lipman explica que o objetivo não é criar pequenos sábios, mas sim, ensinar o exercício e incentivar o hábito de refletir. Diz Lipman (2000):

[...]objetivo ao associar as crianças ao processo filosófico não é produzir pequenos sábios, mas fazer que aprendam, orientados pelos valores e pelos ideais humanas, a pensar de forma mais prática. A filosofia para crianças visa levar os jovens a pensar de forma mais ponderada e justa e a inculcar-lhes o hábito de refletir quando se encontrem numa situação problemática ou conflituosa (p.10).

O Programa de Filosofia para Crianças de Lipman busca um espaço investigativo-dialógico, na qual, orientados por educadores, tem como objetivo melhor compreensão de temáticas filosóficas. Tais temáticas são aquelas questões que todos os seres humanos fazem, questões sobre liberdade, verdade, justiça entre outras. As

respostas dessas questões é o que molda a forma de ser gente, a forma de agir, a de pensar e a forma de se organizar socialmente. Através dessa prática, os educandos desenvolvem a sua capacidade cognitiva, isto é, um “pensar melhor”.

Mas, o que é um espaço investigativo-dialógico? É um espaço para que as crianças e os jovens aprendam a investigar através do diálogo. Ou seja, é um espaço onde o educando aprende a investigar e a compartilhar e colaborar com os outros membros da comunidade (professor e alunos).

Segundo Lipman, fazer filosofia exige dialogo e comunidade, algo que para ele não se encontra em uma sala de aula tradicional. O filósofo americano nomeia o ensino tradicional de *Paradigma padrão da prática*. Isto é, a transmissão que o professor faz de conhecimentos prontos para os educandos. De acordo com Lipman:

O fazer filosofia exige conversação, diálogo e comunidade que não são compatíveis com o que se requer na sala de aula tradicional. A filosofia impõe que a classe se converta numa comunidade de investigação, onde estudantes e professores possam conversar como pessoas e como membros da mesma comunidade; onde possam ler juntos, apossar-se das ideias conjuntamente, construir sobre as ideias dos outros; onde possam pensar independentemente, procurar razões para seus pontos de vista, explorar suas pressuposições; e possam trazer para sua vida uma nova percepção de que é descobrir, inventar, interpretar e criticar (LIPMAN,1990, p.61. apud LORIERI, 2004, p. 157).

Até os dias de hoje, os programas escolares não dão muita importância à compreensão de conceitos de forma geral. Sempre é passado para os professores que os alunos devem seguir determinadas normas. No entanto, não basta que os alunos conheçam as normas, é necessário que eles tenham conhecimento sobre os critérios dessas normas, para que possam “[...] distinguir os processos corretos de pensamento dos processos incorretos, porque enquanto eles ignorem, não poderão se tornar responsáveis por suas próprias atividades mentais” (LIPMAN, 2000, p. 10). Portanto, nada mais adequado que a filosofia para preencher esta deficiência nos programas escolares.

Adiante, segue-se com a exposição do Programa Filosofia para Crianças de Matthew Lipman.

## A CONCEPÇÃO DE MATTHEW LIPMAN

O programa de Lipman estabelece dois objetivos fundamentais: a iniciação filosófica; e o cultivo das habilidades de pensamentos das crianças. Para se compreender os dois objetivos é necessário à compreensão do ensino da filosofia como parte fundamental do currículo.

O filósofo Americano recorre aos ensinamentos de Sócrates (Maiêutica), mostrando que a filosofia possui um gigantesco tesouro pedagógico capaz de fundamentar a educação nos princípios da reflexão. Sócrates nunca estabeleceu qual era a idade para se “fazer” filosofia, pois, segundo filósofo ateniense, fazer filosofia não tem haver com idade, tem haver com a habilidade em refletir sobre aquilo que se considera importante. E se a educação é algo importante que se ocupa com o destino do pensamento humano, então é necessário que ela deva “[...] ensinar às crianças “como” pensar, e não em “que” pensar” (DANIEL, 2000, p.20).

Observando o sistema educacional atual, podemos perceber que ele é imperfeito, e que suas imperfeições são responsáveis por grandes consequências. Podemos observar os reflexos dessas imperfeições nas graves circunstâncias em que o mundo se encontra atualmente. Diz Lipman:

Se lamentamos nossos líderes e nossos eleitores por serem egoístas e não esclarecidos, devemos lembrar que eles são produtos de nosso sistema educacional. Se protestamos, como um fator atenuante, que eles são também produtos de lares e famílias, devemos lembrar que os pais e avós dessas famílias são igualmente produtos do mesmíssimo processo de educação (LIPMAN, 1990, p. 33).

Se o sistema educacional atual é imperfeito, então qual é o ideal que a prática pedagógica busca aproximar-se? Provavelmente, essa é a principal questão que a educação tem de enfrentar. No entanto, talvez seja necessário fazer uma questão diferente: em qual aspecto a educação mais deixa a desejar? Isto é, qual aspecto ela mais nos desaponta? Ao responder essa questão automaticamente respondemos à primeira: “[...] o maior desapontamento da educação tradicional é o seu fracasso em produzir pessoas que se aproximem do ideal de racionalidade” (LIPMAN, 1990, p. 34). Portanto, para se aproximar do “ideal de racionalidade” é que Lipman aposta na filosofia. Pois, é na filosofia que o raciocínio é efetivamente cultivado. Melhor dizendo, a filosofia é a

disciplina que melhor “[...] nos prepara para pensar nos termos das outras disciplinas [...]” (LIPMAN, 1990, p. 35), por isso ela tem um papel central – tanto nas séries iniciais como nas posteriores – do processo educacional.

Lipman afirma que os componentes da educação possui um tipo de inter-relação “bizarra”. Em outras palavras, se objetivo principal da educação é o aprender, por que a avaliação é a força que dirige o sistema educacional se ela não valoriza o aprendizado do educado? O efeito desse modelo é mais memorização do que o incentivo ao pensar. Isso não quer dizer que os educandos precisam de avaliações melhores, mas o que se precisa perguntar é: em que mundo se pretende viver? Pois, a educação é um reflexo das características desse mundo. Diz Lipman:

[...] o modelo de aquisição de informação que domina a educação, em vez de estimular as crianças a pensarem por si mesmas, seja um fracasso até em seus próprios termos, pois ficamos constantemente assustados com o pouco que nossas crianças parecem saber sobre a história do mundo ou sobre a sua organização política e econômica (LIPMAN, 1990, p. 36).

Lipman declara que há boas razões para pensar que o modelo de comunidade de investigação serve para qualquer sala de aula. Esse modelo traz a “[...] prática reflexiva que pensa nas disciplinas relativas ao mundo e sobre os seus pensamentos sobre o mundo” (LIPMAN, 1990, p. 37). E através desse modelo percebe-se que a prática pode ser incluída dentro de outras comunidades maiores e essas dentro de outras ainda maiores, claro que todas precisam seguir o mesmo procedimento investigativo.

Com o ensino da filosofia, Lipman propõe aos educandos um encorajamento para que eles possam pregar métodos e ferramentas de investigação, para:

[...] que possam, competentemente, avaliar evidências, detectar incoerências e incompatibilidades, tirar conclusões válidas, construir hipóteses e empregar critérios até que percebam as possibilidades de objetividade com relação a valores e fatos (LIPMAN, 1990, p. 22).

O filósofo americano compõe um recurso didático que ele chama de novelas filosóficas que consistem em obras com personagens fictícios, a escrita de forma simples e discussões em vários temas filosóficos que são abordados. Lipman afirma que as novelas filosóficas chamam muito a atenção das crianças, assim, o educador

consegue provoca-las a debater os temas filosóficos. Essa metodologia visa estimular a formação da comunidade investigativa na sala de aula e a capacidade de “[...] discussão autocorretiva de questões consideradas importantes e problemáticas” (LIPMAN, 1990, p. 37).

Nestas novelas, a textualidade dominante é o diálogo. Lipman traz às reflexões filosóficas em textos levados a sala de aula. Seu objetivo é garantir que as crianças não tenham nenhuma vantagem e nem desvantagem. Isto é, todos têm suas bagagens culturais, mas na hora da reflexão filosófica todos terão disponíveis as mesmas informações.

Em relação ao espaço o professor deve aproveitá-lo tanto dentro da sala como fora dela. É importante que todos os educandos estejam acomodados e todos tenham o mesmo direito, isto é, nenhum estudante pode estar em algum assento privilegiado. O ideal para ensinar o filosofar é o círculo e que o professor também faça parte dele. Afirma Walter Kohan:

Um círculo é uma figura na qual todos os seus pontos são equidistantes do centro e na qual nenhum ponto tem posição vantajosa. Por isso, num círculo todos podemos nos ver e nenhum de seus integrantes está em vantagem ou desvantagem em relação ao resto (KOHAN, 1997, p. 90).

Nos dias atuais a palavra “pensar” está na boca de todos, e existem alternativas para que o pensar faça a diferença. Deve-se esperar de uma comunidade educacional que seu objetivo seja produzir estudantes reflexivos e isso pode acontecer se a comunidade educacional apostar no ensino das *habilidades de pensamento*.

Vista que as *habilidades do pensamento* é o que falta na educação, muitos coordenadores estão cobrando de seus professores que além de ensinar suas matérias ensine também está modalidade. No entanto, como afirma Lipman:

Os professores, por seu lado, sentem-se cada vez mais pressionados: as escolas de educação que frequentaram não os prepararam para ensinar habilidades de pensamento, e a maioria deles sente que embora competente, só pode ensinar o que aprendeu a ensinar (LIPMAN, 1990, p. 47).

Os professores se sentem culpados por tal deficiência ao lecionar. E o que mais preocupa toda a comunidade escolar é como vão treinar os professores para ensinar tais habilidades. Vista que, não se sabe o que fariam com esse treinamento se recebessem e nem se faria muita diferença, pois, como diz Lipman, toda essa conversa sobre

habilidades do pensamento não mostra o problema em si, apenas aponta os sintomas do problema.

O que chama bastante atenção no sistema educacional é o fato de que para iniciar uma disciplina nova devem ser fornecidas anteriormente habilidades necessárias para que o estudante possa ter domínio da disciplina atual. No entanto, Lipman alerta para o fato de que “[...] os professores de qualquer série escolar ensinam aos seus estudantes as habilidades necessárias às séries subsequentes e não as habilidades necessárias à sua própria disciplina, pois estas foram trabalhadas anteriormente” (LIPMAN, 1990, p. 50). Um exemplo seria o professor da quarta série que prepara seus estudantes para enfrentar o currículo da quinta série. Com tudo, os professores não estão preparados para ensinar habilidades cognitivas de conteúdos mais avançados e se sentem, na visão do filósofo americano, desesperados. Em vista disso, como resolver este problema? Será que a filosofia é a disciplina que realmente prepara o “pensar” nas outras Disciplinas?

Não precisa ser muito perspicaz para perceber que a filosofia é a disciplina que ensina a “pensar outras disciplinas”. Todavia, existem aqueles que afirmam que a filosofia não tem o papel de “fazer pensar”, mas, apenas de nos fazer “pensar melhor”. Como fiz Lipman (1990): “Presumivelmente, ele quer dizer que a filosofia não nos motiva a pensar, mas nos faz pensar melhor porque fortalecem as habilidades de raciocínio, de investigação e de formação de conceitos, habilidades que já temos” (p. 51). Contrariando este pensamento, não é atoa que a filosofia é atraída a responder questões problemáticas, é a procura pelo problemático que gera o pensamento, a reflexão. Desse modo, “[...] quando encontramos aqueles prefixos “filosofia da ciência”, “filosofia da história” e assim por diante, estamos lutando com os aspectos problemáticos daquelas disciplinas” (LIPMAN, 1990 p. 52).

O que Lipman quer mostrar é que o pensar é o verdadeiro fundamento do processo educacional. E que, as habilidades para pensar as outras disciplinas têm que ser desenvolvidas antecipadamente, e com isso, a filosofia precisa deixar de ser algo trabalhado apenas no ensino médio e nas universidades. Ela precisa se tornar uma matéria do ensino fundamental, uma matéria trabalhada desde os anos iniciais. Uma disciplina que prepara os estudantes para pensar outras disciplinas.

Mas como funciona a filosofia na infância? A filosofia é dividida entre refletir e responder questões que envolvem habilidades específicas e experiências humanas. As habilidades específicas são relacionadas às variedades do raciocínio. Já as experiências humanas envolvem a estética, a moral, o social e o religioso. A infância é uma dimensão legítima do comportamento humano e da experiência humana, e que, “[...] *não é menos habilitada ao tratamento filosófico* que as outras dimensões para as quais já existem filosofias” (LIPMAN, 1990, p. 215, *grifo nosso*).

Sabemos que nem toda criança é um filósofo, porém, todo filósofo já foi criança. Já que a criança preenche os requisitos acima (habilidades específicas e experiências humanas), então, o ensino da filosofia para crianças assegura implicações positivas para “[...] a filosofia social, metafísica, filosofia do direito, ética, filosofia da educação e outras áreas filosóficas” (LIPMAN, 1990, p. 216). O objetivo aqui é mostrar como o trabalho nessas áreas é importante para o desenvolvimento da criança.

A criança tem direito a raciocinar, vista que ela é um ser curioso por natureza. Sabe-se que as crianças fazem perguntas frequentemente aos adultos, no entanto, entende-se também que nem todas as perguntas feitas recebem respostas, pois, muitas vezes os adultos estão ocupados de mais e não se interessam em discutir com as crianças, ou querem protegê-las de tal conhecimento como “[...] a si próprios do uso irresponsável de tal conhecimento” (LIPMAN, 1990, p. 217). Assim, nesse sentido, o direito da criança de perguntar envolve o direito do adulto se quer responder ou não.

Embora a criança esteja no direito de perguntar, o adulto pode, sem nenhuma injustiça, não querer responder ou apenas dar uma resposta sem muito fundamento. Apesar da escolha do adulto, o direito de perguntar da criança não deveria ser negligenciado, pois, a negação de resposta implica no direito que a criança possui de aprender com aquilo que o adulto poderia ter expressado. Por isso, a questão aqui levantada é o direito da criança de engajar em uma investigação cooperativa.

Visto que as crianças podem fazer filosofia, mostra a necessidade de desenvolver filosofias da infância. Pois:

[...] se as crianças podem raciocinar quando começam a falar, e se podem fazer filosofia quando começam a raciocinar, a aliança atual entre a ética filosófica e a psicologia do desenvolvimento começará a mostrar sinais bem-vindos de força. Seria o caso de que cada estágio do seu crescimento as crianças pudessem engajar-se na investigação e a ética não precisasse mais

ser corrompida, como é agora, com aquela manipulação doutrinável dos pontos de vista marais e atitudes das crianças, que se denomina “educação moral” (LIPMAN, 1990, p. 218).

Visto isso, vemos que a filosofia da infância seria mais produtiva por novos trabalhos na teoria da ética. Desse modo, deve-se levar mais em consideração a capacidade da criança de se engajar em diálogo racional.

Além da ética, a filosofia social também deve ser mais bem trabalhada. Pois, o incentivo a formação de comunidades na infância, onde “[...] franqueza e confiança misturam-se livremente com admiração, procura e raciocínio” (LIPMAN, 1990, p. 222) proporciona um apoio necessário e social na fase crítica onde às crianças começam o distanciamento das suas famílias para se estabelecer como indivíduos maduros e responsáveis.

Segundo Lipman, geralmente pensamos na personalidade do educando não como algo que nasce com ele, mas como algo que ele conquista gradativamente. Hoje em dia, a “iniciação” da personalidade é colocada em uma idade mais precoce e o começo da maturidade mais adiante. Apesar de existir vários estudos relacionados sobre a personalidade e a racionalidade da criança, que aqui não entraremos, este tema permanecerá perseguindo a filosofia. Pois:

[...] se recusamos reconhecer a racionalidade da criança, não podemos nos engajar satisfatoriamente no diálogo filosófico com elas, porque não podemos aceitar suas expressões [personalidade] como razões. Se não podemos fazer filosofia com as crianças, privamos sua educação mais significativa (LIPMAN, 1990, p. 223).

E se negamos uma educação mais significativa, “[...] asseguramos que a ignorância, irresponsabilidade e mediocridade que prevalecem atualmente entre os adultos continuarão a acontecer” (LIPMAN, 1990, p. 223). Isto é, não haverá quase nenhum avanço.

## **O PROGRAMA DE FILOSOFIA PARA CRIANÇAS NO BRASIL**

Pensar o exercício da filosofia nos anos iniciais aqui no Brasil parece algo complexo, mas não existe melhor momento visto nossa situação atual, onde pessoas

acreditam em tudo que é repassado pela internet, sem fazer uma investigação para saber se aquilo é verdadeiro ou uma *fake News*.

O Programa de Filosofia para Crianças chegou ao Brasil através da professora Catherine Young Silvia que criou o Centro Brasileiro de Filosofia para Crianças (CBFC). O programa foi fundado em janeiro de 1985 sem fins lucrativos, sua primeira sede foi em São Paulo. Para trabalhar o ensino da filosofia de Lipman, tanto as escolas públicas quanto as particulares contam com algumas novelas traduzidas e adaptadas para a cultura brasileira. São elas: Rebeca, ideal para a Pré-escola (5/6 anos); Issao e Guga, destinado para 1º e 2º ano; Pimpa, para crianças de 3º, 4º e 5º ano; A descoberta de Ari dos Telles, para 5º até 7º ano; e Luísa, indicado para o 8º ano. Além desses materiais didáticos, também é possível encontrar materiais complementares como textos e livros curtos que foram desenvolvidos pelos currículos do Programa.

O programa de filosofia para crianças ganhou força nacional através dos meios de comunicação, assim, aumentou o número de pessoas envolvidas como o programa.

Em 1993 a professora Catherine Young Silvia veio a falecer e quem assumiu seu lugar foi à professora Melaine Clarie Young Silva. Atualmente Ricardo Young está à frente do programa com a colaboração de vários professores. Por volta da metade dos anos 80 até dos dias atuais foram fundados novas filiais e centros regionais para representar o programa. Visto o progresso do ensino de filosofia para crianças e tantos profissionais a disposição, ainda é lamentável que o programa não fosse acrescentado em todas as escolas do Brasil.

No entanto, o artigo “Filosofia para crianças: uma experiência no Ensino Fundamental Público” traz a experiência realizada com estudantes da 5º Série do Ensino Fundamental, que foi desenvolvida e implantada como projeto em uma escola pública de Cascavel, PR. O objetivo do projeto foi elaborar espaços para discussões coletivas entre a comunidade escolar, onde pudessem refletir sobre as inquietações educacionais, pessoais e sociais.

Para que o projeto pudesse ser implantado, foi necessário que os professores idealizadores conhecessem a fundo a proposta “Filosofia para Crianças” e diagnosticassem a comunidade escolar na qual iria trabalhar o projeto. A partir daí, os educadores desenvolveram hábitos filosóficos, como a formulação de questões, diálogos investigativos, entre outros.

Os professores responsáveis pelo projeto fizeram uma pesquisa com professores da rede estadual. O objetivo dessa pesquisa foi investigar como os educadores viam a disciplina de filosofia no contexto em que se encontra o país atualmente, focaram especialmente na importância do ensino de filosofia no ensino fundamental e constataram que:

A Filosofia é considerada importante no espaço escolar, inclusive no ensino fundamental, uma vez que pode oportunizar o resgate das relações humanas, pois é no diálogo, na reflexão, na observação e no questionamento da realidade que o aluno poderá desenvolver a elaboração de conceitos e o pensamento crítico reflexivo, de forma que tais posicionamentos corroborem com o que os autores trabalhados ao longo deste trabalho já afirmaram (PEDROSO E MALACARNE, 2008, p. 9).

Segundo Lipman, se a criança não tiver uma educação de qualidade ela cairá na ignorância que prevalece em muitos adultos atualmente. Portanto, a “[...] educação significativa abre possibilidade para novas relações sociais na estruturação da personalidade e da construção de identidade do aluno” (PEDROSO E MALACARNE, 2008, p. 9-10). Desse modo, o ato de aprender é significativo quando está relacionado com a vida cotidiana do educando e com o hábito de reflexão.

Ao realizar a pesquisa de campo com a comunidade escolar, os idealizadores do projeto constataram que os educandos não tinham o hábito de perguntar aos professores os conteúdos para sanar suas dúvidas. Muitos alegavam ter vergonha e outros afirmavam que não gostavam de perguntar. Segundo o artigo:

Nessa questão, se evidencia a pouca interação entre professor e aluno, bem como a falta da oportunidade ao diálogo. A vergonha, no contexto, é sinônimo de medo de ser ridicularizado pelos colegas e por que não fazer pelos professores, o qual, em muitos casos não oportunizou de dialogar com seus alunos (PEDROSO e MALACARNE, 2008, p. 10).

No entanto, quando as perguntas se tratavam sobre suas diferenças e relacionamentos sociais e familiares, os educandos expressavam bem suas opiniões. Desse modo, pode-se constatar a importância das reflexões filosóficas, pois, quando questionados os estudantes sentiram que suas ideias foram valorizadas. Por isso, praticar a reflexão traz uma educação significativa e de qualidade.

O projeto também foca na família dos educandos. Segundo seus idealizadores, uma das questões levantadas é se os pais ou responsáveis pelos estudantes realizavam discussões que envolvem os seguintes temas: justiça, certo e errado, bem e mal, felicidade, liberdade, entre outro. Os responsáveis afirmaram que desde cedo é importante ensinar o que é certo e errado, por isso, eles contam com o apoio da escola. Desse modo, observa-se mais uma vez como o ensino de filosofia pode fazer a diferença, pois, ela ensina o educando a refletir sobre o que é considerado certo e errado, o que é a liberdade, como a justiça e outras coisas funcionam.

Quando questionados sobre a importância da filosofia na escola, os pais consideraram essencial, pois, ela abre para o diálogo no dia a dia e abre possibilidade para a compreensão do respeito com a família e sociedade. Em outras palavras:

Na escola, a filosofia contribui na construção de um pensamento crítico e reflexivo para aquisição dos conteúdos apresentados em sala de aula. A escola como espaço social na qual a educação formal ocorre num contexto específico com a intencionalidade de instrumentalizar os indivíduos para que alcancem a autonomia e respondam aos desafios do ambiente assim como busquem melhorar este mesmo cotidiano PEDROSO e MALACARNE, 2008, p. 11).

Apesar do programa de filosofia para crianças ser pouco conhecido no Brasil, Lipman criou um ótimo programa que, para os professores idealizadores do projeto, teve grande significado na rotina escolar, evidenciando um processo educativo que valoriza o educando e a construção da sua identidade. Portanto, pode-se observar que os temas levados para a sala de aula não foram apenas questões sobre o mito da caverna de Platão, ou temas centrais de outros filósofos. Mas, vivências do dia a dia dos educandos que permitiu que cada um ali formasse sua própria consideração, expressão e ideias, sem serem refutadas por algum adulto.

## CONCLUSÃO

Portanto, percebe-se que filósofos como Sócrates nunca estabeleceram uma idade para se “fazer” filosofia. Porém, ao decorrer do tempo, a filosofia se destinou apenas para os adultos. E foi através do seu trabalho no meio universitário que o filósofo americano Matthew Lipman percebeu que os adultos chegam ao ensino

superior com seu pensamento já formando. Então, Lipman ressalta a importância da filosofia nas séries iniciais para a formação da criança.

Lipman encontra várias falhas no sistema educacional atual, mostrando que enquanto trabalha-se a memorização dos conteúdos e consideram as crianças como seres que são totalmente dependentes, conseqüentemente os futuros adultos terão muitas dificuldades na hora de elaborar um raciocínio crítico.

Com a renovação do ensino criado pelo filósofo americano, os professores diminuiram o transmitir de conhecimentos prontos e poderão orientar as crianças na busca de suas necessidades intelectuais e os estudantes poderão desenvolver seu próprio pensar através de questionamentos e investigando as informações que lhe são oferecidas.

É fato que inserir o ensino de filosofia nos anos iniciais não é um trabalho fácil. São necessárias políticas públicas que envolvam seu ensino, é necessário capacitar nossos profissionais e mostrar para o país (Brasil) que o ensino da filosofia é importante desde a infância. É importante porque seu ensino traz para a criança a capacidade de se maravilhar com o mundo, e através deste artigo fica claro que estimular o pensamento filosófico da criança ajuda na construção da sua identidade.

É importante destacar mais uma vez que o objetivo do programa não tem relação somente em refletir textos clássicos de Platão, Aristóteles, e outros filósofos. Seu benefício traz ao desenvolvimento cognitivo da criança o pensamento crítico, melhor vivência em sociedade e também influência no desenvolvimento emocional infantil, já que a criança adquire confiança para se relacionar e conhecer o que está em sua volta.

Esta breve análise da concepção de Lipman evidência como o ensino da filosofia para crianças contribui para o “despertar” de uma consciência mais responsável pela educação do país, no sentido de formar cidadãos mais atentos e aptos a discutir e a decidir por si mesmo.

Lipman deixa um legado bastante diversificado. Isto é, o filósofo americano plantou a semente de um grandioso projeto educacional que permite libertar a filosofia para todas as idades. Mas infelizmente, seu ensino ainda é pouco valorizado e há uma batalha muito grande pela frente até a filosofia ser realmente para todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEAL, Bernadina. A infância na poesia de Manoel de Barros. In: **LUGARES DA INFÂNCIA: FILOSOFIA**. ed DP&A, coleção Sócrates. p 19-30, 2004.

DANIEL, Marie-France. **A filosofia e as crianças; prefácio de Matthew Lipman**. Tradução de Luciano Vieira Machado. Nova Alexrandia, 2000.

LORIEN, Marcos Antônio. O trabalho de filosofia com crianças e jovens nos últimos vinte anos. In: **LUGARES DA INFÂNCIA: FILOSOFIA**. ed DP&A, coleção Sócrates. p 155-175, 2004.

LIPMAN, Matthew. **A Filosofia vai à escola**. Tradução de Maria Elice de Brzezinski Prestes de Lucia Maria Silva Kremer. São Paulo: Smumus, 1990. – (Novas buscas em educação; v. 39).

KOHAN, Walter. **Sugestões para implementar a filosofia com crianças em escolas**. 1997.

SARDI, Sérgio. **Ula brincando de pensar**. Ed Vozes.

PEDROSO, Maria Miranda. MALACARNE, Vilmar. **Filosofia para crianças: uma experiência no ensino fundamental público**. Dia dia educação. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2418-8.pdf>. Acessado em: 28 de dez. de 2019.

PEDROSO, Maria Miranda. MALACARNE, Vilmar. **“Filosofia para crianças” - Educação para o “Pensar”: Um olhar Pedagógico**. Docplayer. 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/17928243-Filosofia-para-criancas-educacao-para-o-pensar-um-olhar-pedagogico.html>. Acessado em: 28 de dez. de 2019.

## NEOLIBERALISMO E CADEIAS GLOBAIS: UMA ANÁLISE DE GOVERNAMENTALIDADE E MENSAGEM

*Aparecido Silva<sup>14</sup>*

**RESUMO:** O presente trabalho é uma tentativa de averiguar as formas de dominação e a relação de poder atuantes em economias populares e informal, em contexto neoliberal e na base de Cadeias Globais, mais especificamente no interior das firmas. Para tal propósito trabalhamos com dois conceitos, de governamentalidade e de mensagem. Conceitos estes desenvolvidos por dois autores, Verónica Gago e Lee Pegler. Para pensar tais conceitos é importante destacar o espaço e o território, como lugar de tensionamentos, de trocas e de disciplinamento desses trabalhadores, que podem ser consciente ou não. Num primeiro momento, será realizado um pequeno esboço das políticas neoliberais e das cadeias globais, posteriormente apresentamos os conceitos de governança e mensagem, observando como esses dispositivos de dominação opera na construção da vida dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Lógica, Mensagem, Governamentalidade.

## NEOLIBERALISM AND GLOBAL CHAINS: AN ANALYSIS OF GOVERNMENTALITY AND MESSAGE

**ABSTRACT:** The present work is an attempt at media as forms of domination and a power relationship active in popular and informal policies, in a neoliberal context and n the basis of Global Chains, more specifically within firms. For this purpose, work with two concepts, governance and message. Concepts developed bay two authors, Verónica Gago and Lee Pegler. To think about these concepts, it is importante to highlifht the space and territory, as a place of tension, exchangers and disciplining of the workers, which may be conscious or not. At first, a small outline of neoliberal policies and global chains will be carried out, later on the concepts of governance and messages, observing how these devices of domination in the construction of workers lives.

**Keywords:** Logic, Message, Governmentality.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender as novas dinâmicas de controle no processo de produção e trabalho em contexto do neoliberalismo e nas Cadeias Globais.

---

<sup>14</sup> Doutorando pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense – UFF. Membro do grupo de pesquisa FRONTEIRAS, liderado pelo professor Valter Lúcio de Oliveira. E-mail: [aparecidosilva25@hotmail.com](mailto:aparecidosilva25@hotmail.com).

Assim, os argumentos fundamentais deste texto girarão em torno de dois autores, Verónica Gago (2014) e Lee Pegler (2011). Em primeiro momento, fará uma pequena exposição da política neoliberal no contexto da América Latina e das Cadeias Globais, para posteriormente, pensar como o neoliberalismo e as cadeias globais atuam direta e indiretamente via Estado e nas relações de poder, sejam eles em governos conservadores ou em governos considerados progressistas. Um dos pontos principais desse trabalho é pensar que mesmo em crise o neoliberalismo opera de forma lógica, racional e moral na produção da vida, ou seja, entende-se que o neoliberalismo não fracassou e sim, remodelou, ele se refez em outras formas de operar.

A chave foucaultiana é justamente esta: a força do neoliberalismo como governamentalidade é incluir a “liberdade”, essa ideia que modernamente colocava em perigo toda ordem, inclusive dentro do próprio núcleo de um novo dispositivo de ordem livre (GAGO, 2014, p.238).

Gago (2014) chamou esse novo modelo de política econômica de “Neoliberalismo a partir de baixo”. Essa conceituação será desenvolvida ao longo do texto, buscando estabelecer uma relação de proximidade com o texto de Lee Pegler (2011).

Já na introdução de seu texto, Lee Pegler, traz para a discussão o processo de cultivo de frutas na Amazônia, destacando a divisão do trabalho - familiar que acaba fornecendo sua produção para uma cadeia de *compradores* e *organizadores* no norte global. Ele vai trabalhar com conceitos de Cadeia Global, mostrando como suas estruturas de governança desempenham, define e modela a posição de ganhadores e perdedores. Nesse sentido, são os trabalhadores e fornecedores o ponto inicial dessa cadeia global, principalmente nos países em desenvolvimento.

Ambos os autores, Gago (2014) e Pegler (2011) buscaram compreender essa nova dinâmica da produção via trabalhos de campo, mais precisamente com estudos de caso. Os autores trabalham com pontos comuns, de governamentalidade e mensagem, conceitos este atribuídos ao filósofo Michel Foucault. Pensar a política neoliberal e as Cadeias Globais a partir de “baixo” possibilitará uma maior compreensão de seus impactos diretos e indiretos nos trabalhadores de base e nas suas condições de trabalho.

## CONTEXTO NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA E AS CADEIAS GLOBAIS

As políticas neoliberais foram adotadas na América Latina a partir da década de 70 do século XX como um rearranjo do capital. Imerso nas políticas neoliberais temos as Cadeias Globais operando através das firmas, principalmente das transnacionais. São Cadeias Globais, “É a internacionalização das atividades desenvolvidas por firmas (especialmente processos de manufatura) está disseminada por diferentes indústrias em diferentes regiões do mundo, em escala sem precedentes” (2014 Zhang, Silvana, 2014). As características das políticas neoliberais são: privatização de empresas públicas, flexibilização das leis trabalhistas, e a construção de um imaginário de que o Estado será ausente, mas na verdade ele é o fomentador de tais políticas. Gago (2014) afirma que esse modelo neoliberal que opera de cima para baixo não prosperou, o neoliberalismo que está se mantendo é o neoliberalismo, “de baixo para cima”. “E, *de baixo para cima*, o neoliberalismo é a proliferação de modos de vida que reorganizam as noções de liberdades, cálculos e obediências, projetando uma nova racionalidade e afetividade coletiva” (Gago, 2014, p.17). Tais elementos foram detectados pelos autores em novas configurações, dentre elas o consumo, a subjetividade e principalmente no reconhecimento de que essa forma de organização do trabalho é agência. Neste sentido, é no trabalho informal que se configura um novo modelo de neoliberalismo, o qual é guiado e organizado de formas coletivas, de forma comunitária e também na estrutura familiar.

Dentro desse escopo, pode-se inferir que, neoliberalismo tal qual se conhecia nas décadas de 80 do século XX, entrou em crise. Se por um lado, as políticas neoliberais verticalizadas, entraram em crise, as cadeias globais se desenvolveram nesses espaços, em consonância com o neoliberalismo remodelado. O neoliberalismo (*de baixo para cima*) é entendido também como resistência. Segundo Gago,

Essa hipótese está na base de uma ampliação- temática e conceitual- da própria noção de neoliberalismo e, portanto, da projeção de uma nova afetividade e racionalidade para traçar o mapa político dessas economias fortemente expansivas das abigarradas cidade latino-americanas (GAGO, 2014, p.21).

Assim, o neoliberalismo vai se reconfigurando e a macropolítica vinda das grandes potências vão perdendo espaço.

Da América Latina, é preciso completar Foucault a partir das revoltas da última década, ancorado aqui a crítica ao neoliberalismo como um modo de poder, dominação e espoliação, ao mesmo tempo que se discute as imagens e as formas de felicidade políticas que estão em jogo nas diversas noções de liberdades que simultaneamente competem no neoliberalismo (GAGO, 2014, p.24).

Essa nova forma de operar neoliberal carrega consigo traços de produtividade, que até então, não eram percebidos, “[...] Ou seja, é um modo de cooperação social que reorganiza o horizonte do trabalho e da exploração, da integração e do progresso, da boa vida e do bom governo” (GAGO, 2014, p. 25).

Ao se pensar no neoliberalismo no âmbito do capitalismo clássico, o que vem ao imaginário é a adoção de políticas direcionadas das grandes potências econômicas via suas agências, voltadas a minimização do Estado, privatizações das estatais, flexibilização das leis trabalhistas etc. O modelo neoliberal clássico tem como foco as instituições particulares, lideradas pelas empresas multinacionais e transnacionais, as quais obrigam os países periféricos a adotá-las de diversas maneiras.

Os dois autores mobilizados para pensar esse trabalho trazem uma perspectiva inovadora dentro da ciência social para entender esse fenômeno via outros aspectos, qual seja, da base. De certa maneira, esse modelo neoliberal clássico passou a operar de forma desestruturada se pensando no modelo clássico, pois uma das características desse neoliberalismo *de baixo para cima* é a informalidade. Segundo Gago,

Nosso uso específico refere-se à composição estratégia de elementos microempresárias, com fórmulas de progresso popular, com capacidades de negociação e disputa de recursos estatais e eficazes na sobreposição de vínculos de parentesco e de lealdade ligados ao território, assim como formatos contratuais não tradicionais (GAGO, 2014, p.29).

Nesse sentido, são mobilizados dois conceitos de informalidades, O informal como fonte instituinte e *aincomensurabilidade*. Esses dois conceitos são importantes para compreender esse neoliberalismo não pensado, pelo menos a princípio pelas

agências internacionais, tais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e as transnacionais. De forma geral, esse informal seria “O informal nesse sentido não se refere àquilo que não tem forma, mas a dinâmica que inventa e promove formas – produtivas, comerciais, relacionais etc” (Gago, 2014, p.30). A autora vai trabalhar com conceitos foucaultianos, mas buscando complexificá-los na medida em que traz para o debate as novas formas de produção e o modo que sustenta essa produção de economia popular na Argentina, buscando desmitificar a ideia de que os setores populares vistos como vítimas, aqui eles são vistos como protagonistas, seja de maneira racional ou não.

## **GOVERNAMENTALIDADE E MENSAGEM**

Diversas foram às teorias voltadas para entender as formas de dominação, seja elas sociais, políticas, culturais e econômicas. Aqui trabalharemos com os conceitos de governamentalidade e mensagem. Para Pegler, Governamentalidade pode ser entendida como sendo a legitimação do poder e do controle a distância. Ele vai buscar na perspectiva de Foucault elementos para pensar como esses trabalhadores agem, assim, entende que o poder opera via processo disperso, influenciando o sujeito e até modelando em função de suas circunstâncias históricas. Assim, o conceito de governamentalidade pode ser compreendido como sendo a maneira como o poder atua sobre os outros e sobre si. Importante destacar que em ambos os trabalhos a ideia de governança se faz presente via processo técnico científico, manifestando na organização interior dos trabalhadores seja no espaço informal ou na base da cadeia via mensagem.

Esses conceitos foram percebidos no trabalho de campo desenvolvidos por Verônica Gago, na feira de La Salada e nos estudos de Cadeias Globais de Lee Pegler. La Salada é um espaço de produção em que diversos indivíduos, estrangeiros, paraguaios, bolivianos, peruanos e chilenos encontram-se no processo de produção. “La Salada, em seu caráter aparentemente marginal, é um ponto de uma rede transnacional em expansão, e um lugar privilegiado para se mostrar a multiplicidade de economias e de processos de trabalho heterogêneos, materializados no sistema econômico global” (Gago, 2014, p.38). Segundo Monteiro,

[...] as Oficinas integram uma trama que propõe pensar a cidade como heterogênea, desprovida de uma ordem única, onde se pensa o trabalho, o consumo e o comunitário através do desenvolvimento de uma sociedade neoliberal a partir não só dos governos, mas também dos governados. Gago consegue apresentar uma análise com nós desatados a partir de uma rigorosa e eficaz metodologia, sem deixar a qualidade textual cair ou permitir que a leitura fique enfadonha (MONTEIRO, 2020, p.193).

A partir dos dois autores podemos inferir que globalização e neoliberalismo são modelos políticos e econômicos que não operam apenas de cima para baixo, ou seja, verticalizados, agora são as comunidades, os indivíduos, a família, os sindicatos e as organizações coletivas e individualmente, que estabelecem laços e também tensinamnetos.

Assim, a governamentalidade e a mensagem são dois conceitos que vão operar em uma suposta autovalorização do indivíduo, da comunidade, da família e da liberdade, estabelecendo correntes, elos e teias racionalizadas que parte do local ao global. Trabalhadores e trabalhadoras reunidos, a princípio por objetivos aparentemente individuais, mas ao se analisar essas relações percebe-se que esses trabalhadores fazem parte de uma rede complexas que está para além do local. Dentro desse escopo, o conceito de governamentalidade elucida tais relações,

Pode nos oferecer uma ponte conceitual mais firme entre aspectos estruturais da organização das cadeias e o estabelecimento e a legitimação dos valores que são observados no interior e ao longo das cadeias. O conceito também pode, portanto, oferecer pistas mais robustas sobre como a contestação e a dinâmica de poder levam a resultados particulares sobre a organização do trabalho e da subsistência, assim como sobre a forma como poderíamos estudá-las (PEGLER, 2011, p. 23).

Pegler questiona a premissa de que a entrada das firmas na cadeia global traz melhorias, e ampliação de cidadania a classe trabalhadora de ponta da produção e sim traz a vulnerabilidade e flexibilidade de direitos já adquiridos, o que acaba afetando a cooperação e a solidariedade no interior das firmas, ou seja, o trabalho decente.

Nas relações no interior de La Salada, Gago observa os processos socioeconômicos e reflete, questiona a ideia de que as políticas neoliberais operam apenas verticalmente. Seguindo a ideia de mensagem e governamentalidade as relações econômicas são percebidas na base das relações entre os trabalhadores informais (trabalhadores que não estão em regime de trabalho formal, carteira assinada regido

pelas leis trabalhistas). Essa “desorganização, organizada” foi construída na crise do neoliberalismo o que não se pode afirmar que o neoliberalismo deixou de existir, ele se remodelou de forma mais precária, porém eficiente. Para entender esse novo fenômeno é importante voltar-se para a comunidade. “Desse modo, a questão da comunidade é um conceito-chave para analisar problemas transversais à economia, pois expressa um nível em que o próprio coletivo se define antes por um conjunto de práticas comuns – de linguagens, de costumes, de vínculos, de valores etc”, (GAGO, 2014, p.112). A linguagem funciona como elemento composto pelos estrangeiros, pelos pobres, pelas mulheres é um conectivo para manter a econômica informal movimentando. O avanço dessa economia pode ser atribuída ao desemprego estrutural e o apoio do Estado, das ONGs mesmo de forma tímida via subsídios para esses segmentos sociais.

O saber-fazer do trabalho doméstico-reprodutivo, junto com um complexo repertório de práticas e conhecimentos comunitários, montou uma trama de economias múltiplas em meio à crise que permitiu a sobrevivência de milhares de pessoas, ao mesmo tempo que projetou uma capacidade política de autogestão popular de grande alcance (GAGO, 2014, p.119).

Essa comunidade de trabalhadoras e trabalhadores que se camuflam nas oficinas que é composta por estrangeiros, peruanos, bolivianos, paraguaios e chilenos, engloba também a questão de gênero. Nesse sentido, alguns códigos são acionados para que essa movimentação econômica permaneça, o feminismo e os migrantes, os aspectos étnicos e culturais. Juntando a isso o desemprego estrutural e a resistência ajudaram a alavancar essa economia *de baixo para cima*. Então, os conceitos de mensagens e governamentalidade são essenciais para manutenção desse modo de ser, seja, ele individual ou coletivo, mas sem descartar, como bem destacou Foucault, as instituições. Segundo Foucault,

Por ‘governamentalidade’ entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2004, p.111).

Assim, os dispositivos acionados de maneira racionalizada no interior de Lá Salada, como na base da Cadeia Global, operam via meios tecnológicos e de linguagem de discurso no processo de dominação. Dominação esta que aparece muitas vezes de forma subjetivas, não aparentando que existem relações de poder operando no território. Segundo, Pegler,

De uma perspectiva da seguridade humana, estas “motivações internas” se relacionam a aspectos tais como: o grau em que os trabalhadores/pessoas distinguem a qualidade de vida do simples consumo; o grau em que eles são movidos por solidariedade x individualismo; e o grau em que suas atividades se baseiam em uma crença pessoal na necessidade da regeneração da natureza, ao invés do domínio e exploração (PEGLER, 2011, p.15).

Neste sentido, as relações de poder se fazem presente de forma sutil, e em muitos casos os trabalhadores acabam naturalizando tal processo via cultura, assim, pode-se inferir que as Cadeias Globais como no neoliberalismo se representam em processo físico de produção que ligam países, grupos sociais, étnicos e locais via em processos que incorporam mensagens, lógicas que são transmitidas através do espaço e tecnologias. Outro dispositivo acionado é a liberdade individual, a liberdade coletiva e a individualização do sujeito.

A arte de governar se transforma radicalmente: trata-se agora de respeitar a proliferação de iniciativas, de não as limitar, enfim: governar é “saber como dizer sim a esse desejo”. Desejo como sinônimo de iniciativa livre, como impulso de desenvolvimento do próprio capitalismo (GAGO, 2014, p.229).

Esse modo de governar valorizando e enfatizando a liberdade individual, pode ser entendido como naturalização dos acontecimentos. Nesse sentido, a liberdade é utilizada pela política neoliberal como base de suas ações, ou seja, a liberdade passa a ser calculada, computada, ela se torna um produto para o mercado. Assim, a vida passa também a ser uma mercadoria e a ser dominada.

Para Gago, nesse tipo de dominação, “É também descentralização do estatal em nome de uma dinâmica diretamente empresarial o que termina por diluir toda meditação do indivíduo consigo mesmo, com a gestão de si [...]” (Gago, 2014, p.233).

Como imbricação paralela entre uma noção cada vez mais complexa de indivíduo (como singularidade, autonomia e investigação permanente sobre si) e um modo padronizado de funcionamento coletivo que opera na população, exigindo e reduzindo ao mesmo tempo a contínua singularização de cada um (GAGO, 2014, p.234).

A governamentalidade e a mensagem são instrumentos que operam no chamado de neoliberalismo *de baixo para cima*, principalmente na crise do neoliberalismo na década de 2000 na Argentina, o que levou ao aumento drasticamente o desemprego e da pobreza. No caso da Argentina, a autora diz que foi uma crise de legitimação da política e não a ausência do estado. Segundo a autora,

O intuito de propor falar de um neoliberalismo de baixo para cima é reconhecer a complexidade do neoliberalismo, que não pode ser definido de maneira homogênea, assim como depende de suas ligações e montagens com situações concretas. Estas obrigam o neoliberalismo a se pluralizar para além de sua definição como um conjunto de políticas emanadas de cima, como planificação estrutural (GAGO, 2014, p.237).

Dentro desse escopo, pode-se inferir que o neoliberalismo é uma política que opera segundo a via vertical- com direcionamentos disparados do topo das empresas e também de baixo- principalmente a partir do trabalho informal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores trabalhados nesse pequeno texto trazem para a discussão novas possibilidades de entender a política neoliberal *de baixo para cima*, pensando numa aproximação com o marxismo, poderíamos dizer que Gago e Pegler buscam essa compreensão via território, a economia popular e os trabalhadores como elementos centrais para tais acontecimentos, “Elas são o espaço-tempo de economias situadas que se tornam essenciais para pensar o modo em que o capital, através da diversificação das formas financeiras, tenta incorporar novos territórios” (GAGO, 2014, p.260). Esses trabalhadores, de uma forma ou de outra, buscam sua inserção no mercado capitalista seja na sua produção e melhorias nas condições de trabalho, como também na reivindicação de políticas públicas.

Isso ficou claro na produção e na atuação desses trabalhadores, bolivianos, peruanos, paraguaios, e chilenos possibilitando uma organização política popular via participação. Segundo Gago,

Desse modo, a *villa*, como âmbito de um internacionalismo forçoso, tornou-se possibilidade de inovação política popular, desafio às formas organizacionais existentes e criou, durante vários anos (1999-2004), meios de participação, disputa e negociação, misturando estratégias, discursos, tradições e trajetórias de origens diversas (GAGO, 2014, p. 274).

Assim, os conceitos de governamentalidades e mensagem operam nesses espaços, “Estudos sobre *governamentalidade* procuram iluminar a maneira como o poder atua sobre outros e sobre *si* – como se desenvolve uma mensagem particular a respeito de “como as coisas são feitas [...] e como esta mensagem é ou não sustentada” (PEGLER, 2011, p.24). Esse processo segue uma lógica de dominação no interior das cadeias, maneira pela qual vai construindo uma racionalidade, uma subjetividade do indivíduo, que opera no interior da cadeia, construindo um processo mais amplo da produção. Uma produção que é local e ao mesmo tempo global. Dentro da crise do neoliberalismo e da globalização, a produção local acaba sendo o espaço, o território de sustentação desses processos. Assim, na governamentalidade a dominação se dá via lógica, muitas vezes não racional, sendo fixa ou não, pois a governamentalidade, assim, como a sociedade passa por mutações.

Seja na América Latina ou em países de economia subdesenvolvida, o processo de dominação se dá via governança e afins, usando a mensagem como dispositivo de controle para manutenção da relação de poder. Tal mensagem é constantemente medida e avaliada via políticas para testar sua funcionalidade. Dentro desse escopo, a mensagem perpassa todas as esferas da cadeia produtiva e das políticas neoliberais, sejam elas verticalizadas ou horizontalizadas, que são muitas vezes disparadas do topo da cadeia até chegar à base e se naturalizar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, M. 2004a. **Sécurité, territoire, population: Cours au Collège de France, 1977-1978**. Paris, Gallimard/ Seuil, p. 435.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmáticas popular**/Verónica Gago; tradução de Igor Peres, - São Paulo: elefante, 2018.

PEGLER, Lee. **Cadeias de valor sustentáveis e trabalho: dos conceitos à prática**. Tradução de Cristiano Fonseca. Rio de Janeiro: 20011. Disponível em: <[www.periodicoseletronicos.ufma.br](http://www.periodicoseletronicos.ufma.br)>. Acesso em: 04 de jul. de 2020.

MONTEIRO, R. A., « Gago, Verónica (2018). *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online]. Disponível em: <[OpenEdition Journals.journals.openedition.org](http://OpenEdition Journals.journals.openedition.org)>. Acesso em: 11 de maio de 2020

SCHIMANSKI, Silvana; ZHANH, Liping. Cadeias globais de valor e os países em desenvolvimento. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5322>>. Acesso 18 de maio de 2020.

## **GERMANIDADE: ASPECTOS CULTURAIS E IDENTITÁRIOS EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR**

*Luana Caroline Künast Polon<sup>15</sup>*

*Paulo Henrique Heitor Polon<sup>16</sup>*

**RESUMO:** Este artigo se propõe a discutir como os discursos que se referem à germanidade estão presentes no cotidiano e na paisagem de Marechal Cândido Rondon, no extremo oeste do Paraná. A identidade germânica se manifesta através de aspectos culturais, sendo materializada na paisagem do município. Torna-se pertinente, neste contexto, analisar as investidas criadas pelo Poder Público, mas também pelos indivíduos cotidianamente, com a finalidade de manter a memória germânica viva, não permitindo que esta caia no esquecimento conforme passam as gerações, mas possibilitando que a memória reviva através das manifestações culturais. Para elaboração deste artigo foram utilizados referenciais bibliográficos, documentos históricos, além das próprias percepções de quem vivenciou as dinâmicas do ambiente em questão. Assim como outras cidades germânicas, Marechal Cândido Rondon preserva elementos culturais em favor da manutenção das memórias, mas não apenas limitando-se a isto, também visando o desenvolvimento turístico do município, constituindo um verdadeiro projeto de germanização.

**Palavras-chave:** Marechal Cândido Rondon; Identidade; Germanidade.

## **GERMANNESS: CULTURAL ASPECTS AND IDENTITY OF MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR**

**ABSTRACT:** This article aims to discuss how the speeches that refer to Germanity are present in the daily life and landscape of Marechal Cândido Rondon, in the extreme

---

<sup>15</sup> Mestre em Geografia (2014), Especialista em Neuropedagogia (2013), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (2018) e Graduada em Licenciatura em Geografia (2011). Professora Formadora I - Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA/Universidade Aberta do Brasil - UAB. Concentra seus estudos nas áreas de Geografia Humana e Ensino de Geografia. Tem experiência como Professora Universitária e da Educação Básica, Orientadora e Supervisora de Estágio em Licenciatura, Orientadora do Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE, e ainda como Redatora de Conteúdos para sites de Educação. Integrante dos grupos de pesquisa Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional e Engeo - Ensino e Práticas de Geografia. E-mail: [luanacaroline.geografia@gmail.com](mailto:luanacaroline.geografia@gmail.com)

<sup>16</sup> Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS - Campus Ibirubá. Docente nos cursos Médio Integrado, Subsequente, Graduação (Licenciatura em Matemática, Engenharia Mecânica, Agronomia e Ciência da Computação) e Pós-Graduação em Ensino, Linguagens e suas Tecnologias. Coordenador do curso de Especialização em Ensino, Linguagens e suas Tecnologias do IFRS Campus Ibirubá-RS. Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras - UNIOESTE (2013). Especialista em Educação Profissional e Tecnológica - Faculdade São Braz (2018); Especialista em Neuropedagogia - Faculdade ALFA (2013). Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais - UEL (Licenciatura - 2010; Bacharelado - 2011). Concentra seus estudos na área de Sociologia, Sociologia Urbana, Antropologia e Interdisciplinar com ênfase nos temas: Patrimônio, Memória, Imaginários, Sociabilidades e em Ensino de Sociologia. E-mail: [pauloh2polon@gmail.com](mailto:pauloh2polon@gmail.com)

west of Paraná. The Germanic identity is manifested through cultural aspects, being materialized in the landscape of the municipality. It is pertinent, in this context, to analyze the attacks created by the Public Power, but also by individuals on a daily basis, in order to keep the Germanic memory alive, not allowing it to fall into oblivion as the generations pass, but allowing the memory to revive through cultural manifestations. To prepare this article, bibliographic references, historical documents were used, in addition to the perceptions of those who experienced the dynamics of the environment in question. Like other German cities, Marechal Cândido Rondon preserves cultural elements in favor of maintaining memories, but not only limiting himself to this, but also aiming at the tourist development of the municipality, constituting a true Germanization project.

**Keywords:** Marechal Cândido Rondon; Identity; Germanness.

## INTRODUÇÃO

Marechal Cândido Rondon é um município localizado na região Oeste do Estado do Paraná, tendo sido emancipado no ano de 1960 e, amplamente colonizado por imigrantes descendentes de europeus, especialmente os de origem alemã. Ao se andar pelas ruas da cidade, não é difícil encontrar traços que rememoram esta origem histórica. Não apenas a arquitetura em estilo germânico, mas também as festividades, os costumes alimentares e musicais são elementos de representação cultural dos indivíduos que impulsionaram o processo de ocupação da região no século XX. Além disso, é relevante frisar ainda que existem políticas públicas voltadas ao resgate e valorização dos referidos aspectos culturais, como forma de reafirmar uma caracterização identitária.

Apesar da miscigenação que ocorreu com a integração na sociedade rondonense de diversos outros grupos étnicos, a presença dos elementos relativos à cultura germânica ainda predomina nas ações de base turística e arquitetônica. Exemplo disso, são as construções, tanto antigas, quanto mais recentes, e que se remetem ao estilo arquitetônico característico da Alemanha, o *enxaimel*. Do mesmo modo, existem festividades específicas, como a *Oktoberfest*, cujo sentido original é a festa da cerveja, comum principalmente em Munique, na Alemanha. A linguagem também mostra traços da memória cultural alemã, especialmente com os dialetos falados no município, os quais misturam elementos da linguagem brasileira com a alemã, criando uma forma de comunicação própria dos grupos de descendentes de alemães no Sul do Brasil.

É interessante, no entanto, observar que existe um processo de perpetuação da disseminação da cultura germânica tanto pelas pessoas no cotidiano, quanto pelo próprio Poder Público, a partir de incentivos diversos para divulgação e manutenção desta cultura, apesar do fato de as gerações mais recentes terem abdicado parte destes elementos culturais, uma vez que no contexto contemporâneo surgem múltiplas possibilidades de novas identificações, e a identidade teoricamente sofrer um processo de fragilização. Porém, cabe ressaltar que isso não é uma regra, uma vez que diante da multiplicidade, a necessidade de segurança representada por uma identidade concreta ainda é um anseio social. Assim, as identidades também podem se fortalecer nesse contexto.

## **IDENTIDADES E CULTURA: BREVE DEBATE CONCEITUAL**

Pode-se dizer que o conceito de cultura é polissêmico, ou seja, existem diversos sentidos atrelados à este termo. Assim, conforme estudo de Canclini (2009, p. 43) existem quatro principais vertentes nos estudos sobre cultura. A primeira delas “vê a cultura como a instância em que cada grupo organiza sua identidade”. Neste sentido, não há grandes diferenças do pensamento clássico sobre cultura, desde o século XIX os antropólogos já avaliam a cultura desta forma, como modo de organização social finalizado na construção das identidades. A segunda vertente refere-se à cultura “vista como uma instância simbólica da produção e reprodução da sociedade” (CANCLINI, 2009, p. 45). Esta definição possui suas limitações, pois no interior de uma sociedade as práticas dos sujeitos possuem uma dimensão cultural, mas é pertinente analisar que nem todas as práticas sociais são cultura.

A terceira direção de pensamento analisada pelo autor, “fala da cultura como uma instância de conformação do consenso e da hegemonia, ou seja, de configuração da cultura política e também da legitimidade” (CANCLINI, 2009, p. 46). A apropriação da cultura em momentos específicos é uma alternativa de demonstração e imposição de poder. Já, a quarta vertente percebe a “cultura como dramatização eufemizada dos conflitos sociais” (CANCLINI, 2009, p. 46). Assim, a cultura seria uma espécie de representação teatral, onde os atores simulam elementos formadores da suposta cultura.

Para Canclini, as quatro vertentes possuem conexões que levam ao entendimento do conceito de cultura. Diante da diversidade de conceitos que são atribuídos ao termo na contemporaneidade, uma definição concreta torna o debate aqui proposto mais conciso. Para tal, Geertz (1989, p. 103) é referência:

[...] o conceito de cultura ao qual eu me atenho não possui referentes múltiplos nem qualquer ambiguidade fora do comum, segundo me parece: ele denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida.

Assim, a cultura é uma construção histórica representada através de símbolos diversos, como exemplo, o idioma. Os aspectos linguísticos são herdados e repassados através das gerações, sofrendo mais ou menos interferências dependendo das demais influências culturais atreladas.

Assim como as culturas, a identidade é marcada também pela exclusão. A identidade é, portanto, uma afirmação de igualdade, mas também um processo de diferenciação dos desiguais. “A construção da identidade é *tanto* simbólica *quanto* social. A luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e consequências materiais” (WOODWARD, 2000, p. 10). A identidade é representada através de símbolos culturais, portanto, a vestimenta de um indivíduo de origem alemã busca representar sua cultura, criando uma identidade germânica e excluindo as identidades francesas, italianas, americanas, etc.

As identidades também podem ser caracterizadas pela fluidez. Há diversos debates acerca do significado das identidades, analisando se o sujeito possui uma única identidade, se as múltiplas identidades se sobrepõem ou se o indivíduo incorpora uma nova identidade em cada ocasião diferente. Stuart Hall defende a existência de identidades plurais incorporadas pelos indivíduos frente às diferenças:

[...] as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado “positivo” de qualquer termo – e, assim, sua “identidade” – pode ser construído (HALL, 2000, p. 110).

Sendo as identidades estabelecidas por meio da diferença, são elas também uma forma de segurança, de sentir-se agrupado junto aos semelhantes e distante dos demais. Esta visão da identidade como processo dependente de outros atores sociais recebe críticas a partir da visão de identidade como característica imutável inerente ao homem.

Esta abordagem que concebia a identidade cultural como praticamente imutável e determinando a conduta dos indivíduos, seria em seguida ultrapassada por concepções mais dinâmicas que não veem a identidade como um dado independente do contexto relacional (CUCHE, 1999, p. 176).

Em contraponto a esta percepção, Hall (1996, p. 70) afirma que “as identidades culturais são os pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não uma essência, mas um *posicionamento*”. As identidades são criações humanas para designar comportamentos, não são como as personalidades, características psicológicas que determinam os padrões de pensamento, sentimento e ação do indivíduo.

Assim, entende-se que um mesmo indivíduo está passível de várias identificações, especialmente no contexto de fluidez contemporâneo. No entanto, há um elemento identitário originário, o qual pode apresentar-se em crise diante da multiplicidade de possibilidades de identidades disponíveis. Um exemplo disso é a identidade nacional, pois quando um sujeito migra para outra nação, pode sentir-se identificado com a nova realidade, descontextualizado ou mesmo em reafirmação de sua identidade original.

## **MARECHAL CÂNDIDO RONDON: ASPECTOS HISTÓRICOS, CULTURAIS E IDENTITÁRIOS**

No contexto histórico do século XIX, em substituição ao trabalho escravo e indígena, incentivou-se a imigração de europeus para o Brasil, especialmente com a finalidade de servir como mão-de-obra no meio rural, de forma mais intensa nas grandes fazendas de café. A presença dos imigrantes não se deteve ao meio rural, sendo que nas cidades começavam a ser criados os núcleos coloniais, destacando-se, por exemplo, os núcleos de São Leopoldo-RS, São Pedro de Alcântara e Mafra-SC e Rio Negro-PR, no

período entre os anos de 1824 e 1829. Dentre estes, diversos outros surgiram em várias regiões do Brasil. Dentre estes imigrantes de origem alemã, vários se tornaram proprietários de terras, e outros tantos desenvolveram atividades ligadas aos setores industriais, comerciais, educação, etc. (GREGORY, STEIN, 2011).

No caso da região Oeste do Paraná, sobretudo da atual microrregião de Toledo, os dados fornecidos pela colonizadora da época (MARIPÁ S/A) mostram uma significativa predominância de colonizadores advindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, descendentes de imigrantes de origem alemã. Esses dados, no entanto, variam do local de ocupação. A região fora dividida em glebas, e dentre estas, a Gleba Céu Azul, por exemplo, detinha uma maioria significativa de descendentes de italianos. Enquanto a região da Fazenda Britânia, era majoritariamente ocupada por descendentes de alemães, muito embora os atuais distritos do município tenham sido colonizados por italianos (Novo Horizonte) e Poloneses (Margarida). É relevante também destacar a constante presença de indígenas e outros indivíduos caracterizados como “brasileiros”, os nacionais (GREGORY, STEIN, 2012).

A vida e a cultura destes descendentes de alemães acabaram por influenciar os modos de vida em diversos locais, sendo um deles, com maior destaque, o município de Marechal Cândido Rondon. O município em questão localiza-se no extremo oeste paranaense. A colonização da região onde se situa o município se deu através da Empresa Colonizadora denominada Industrial Madeireira Rio Paraná S/A – MARIPÁ, a partir dos anos de 1950. Quando fundada em 1951, a Colônia General Rondon teve a participação praticamente exclusiva de alemães. Segundo Stein (2000) o discurso da germanidade presente neste município se deve ao fato de que o primeiro morador, assim como os que vieram posteriormente, era um colono de origem germânica. Assim, os discursos se perpetuam nas décadas seguintes em favor de uma referência germânica ao município de Marechal Cândido Rondon.

Diversos aspectos colaboram para reforçar a visão germânica construída sobre este município, dentre eles a arquitetura característica presente no portal de entrada. No local onde está localizado o portal de entrada do município, havia dois troncos desde 1978, quando o trevo de acesso à cidade foi inaugurado. As madeiras representavam as riquezas naturais da região. Para Gregory; Stein (2012), os troncos representavam um “lugar de memória” para a população, sendo posteriormente substituídos por outro

símbolo, que seria o atual portal da cidade, representado por traços da arquitetura germânica, anunciando aos visitantes o que supostamente encontrarão ao adentrar a cidade.

Imagem 1: Portal de entrada de Marechal Cândido Rondon em visão noturna.



Foto: Rafael Sturm

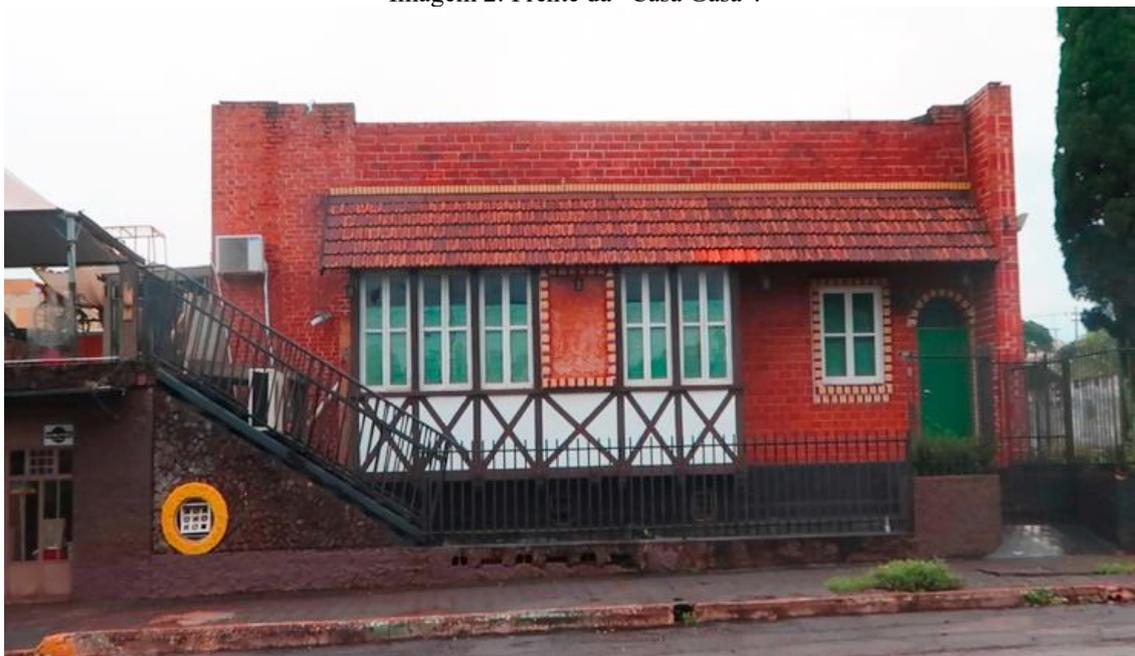
Fonte: <https://mapio.net/images-p/2457076.jpg>

Diversas são as construções que se remetem à germanidade, principalmente em empresas da região central da cidade, mas também moradias particulares. Duas construções principais podem ser destacadas: a casa da Família Seyboth e a casa de Heribert Hans Joachim Gasa, sendo que ambas foram apresentadas em reportagem produzido pela RPC-TV (CASA, 2012). Em entrevista na época, Gasa afirmou: “pode-se dizer que minha casa é uma miscelânea de culturas. Há traços gregos, germânicos, italianos, astecas, entre outros” (MEINERZ; STEIN, 2009, p. 1025).

A casa e a vida de Hans Gasa talvez sejam os aspectos mais curiosos de Marechal Cândido Rondon, devido aos imaginários criados acerca deste sujeito e sua misteriosa forma de viver. Atualmente a residência foi transformada em um ambiente

comercial, primeiramente em um bar, denominado “*Bunker Berlin*”, depois “*Barão Bunker*”, também indicativo das memórias relativas à germanidade, já que os bunkers - redutos fortificados - são historicamente comuns na Alemanha.

Imagem 2: Frente da “Casa Gasa”.



Fonte: <https://www.temperosdavid.com/cotidiano/conheca-a-cidade-paranaense-que-preserva-a-cultura-alema-e-pode-ter-abrigado-hitler>.

Para além das construções típicas, a linguagem dos rondonenses mostra a ligação com a cultura germânica, fator evidenciado através do sotaque. A pronúncia de algumas palavras é tão interessante aos “outros” que promoveu o surgimento de um comediante rondonense, conhecido em diversos estados brasileiros pela incorporação do personagem “alemão colono” – no sentido de indivíduo que vive no campo, trabalhando na lavoura e pecuária, evidenciando o sotaque alemão, de um modo adaptado - comum em Marechal Cândido Rondon. O personagem, no caso, ficou conhecido como *Willmutt* (nome comum alemão), o qual veio a falecer, vítima de um acidente, no ano de 2015.

Imagem 3: Personagem Willmutt, que fazia referência aos traços da cultura germânica de Marechal Cândido Rondon. O personagem ficou especialmente conhecido pelos trotes e pegadinhas que fazia,

usando linguagem comum entre os descendentes de alemães da cidade.



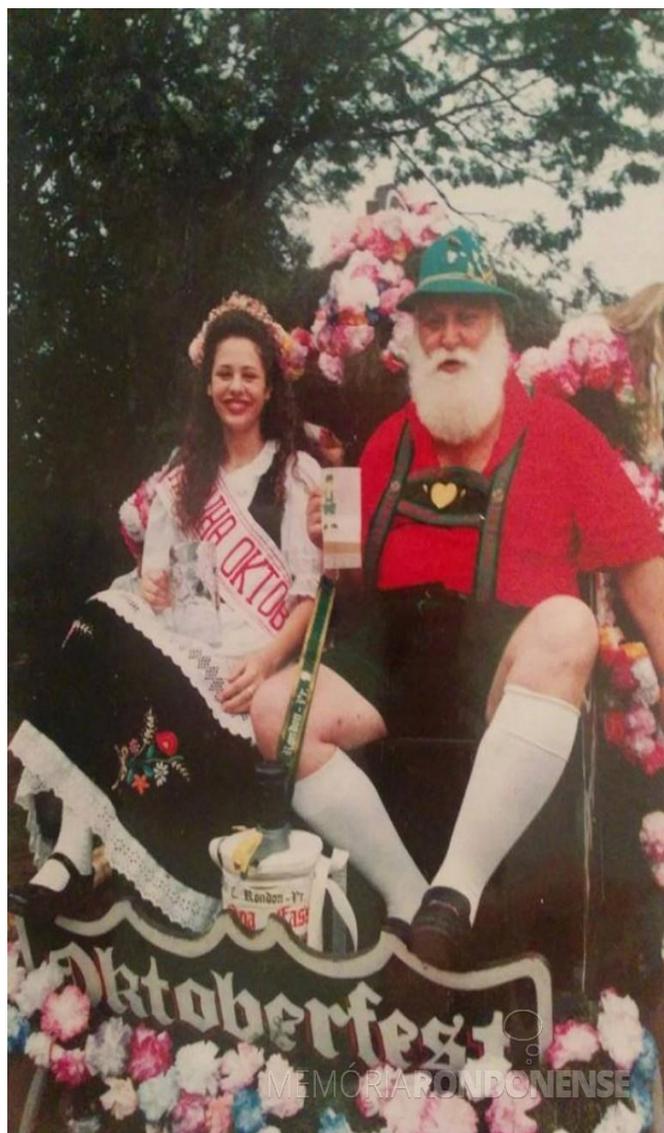
Fonte:

<https://3.bp.blogspot.com/-LZmYQ5qeFNE/Th3X1QOpLGI/AAAAAAAAE50/N3yIEKL4Lx8/s1600/willmutter+%25284%2529.jpg>.

Assim como em Blumenau em Santa Catarina, a *Oktoberfest* é também uma festa típica de Marechal Cândido Rondon. Esta festa tem como intenção relembrar os costumes germânicos através do consumo de *Chopp* e de alimentos característicos, como *eisbein*, salsichões e chucrute, além de outros. As festividades se perpetuam ao longo do tempo, apesar de algumas críticas em relação a esta festa, alegando que ela se tornou apenas mais um evento com finalidade mercadológica, sem que haja uma ligação verídica com as origens alemãs.

O centro de eventos de Marechal Cândido Rondon, que é palco da *Oktoberfest*, é também caracterizado com traços da cultura germânica, em estilo enxaimel. Juntamente à constituição da festa, criou-se a imagem do “*Opa Fass*”, representado pelo morador da cidade Hélio Zachow, falecido em 2003. A figura do alemão gordo, de barba branca, alegre e tomador de *chopp*, foi por muitos anos a marca da festa. Um memorial foi construído junto ao Centro de Eventos Werner Wanderer em homenagem ao *Opa Fass*.

Imagem 4: Helio Elpídio Zachow, primeiro Opa Fass (Vovô Barril) de Marechal Cândido Rondon.



Fonte:

<https://www.memoriaronдонense.com.br/public/timthumb.php?w=780&src=http://www.memoriaronдонense.com.br/public/upload/calendario-historico/2ad092fe7f6eaae7b825b4d53393fb8d.jpg&m=img/65.png&p=2&ct=1>.

Além da *Oktoberfest*, é expressiva em Marechal Cândido Rondon a “Festa Nacional do Boi no Rolete”, realizada em comemoração ao aniversário de emancipação do município. A festa onde o boi inteiro é assado no rolete pode ser caracterizada, pelas concepções de Hobsbawm (1984), como uma tradição inventada. A incorporação de traços culturais ou costumes não originários do lugar, representam a invenção de uma tradição, a incorporação e assimilação destes aspectos se torna fiel de um modo que em muitos casos passam a ser vistos como próprios daquele povo. Assim, o elemento cultural não é obrigatoriamente de origem germânica, mas foi incorporado aos demais

elementos culturais municipais, se confundindo, por vezes, com os aspectos germânicos. É, portanto, um exercício de complexidade definir o que é cultura original e o que é incorporado ao ambiente cultural.

A preservação de traços culturais germânicos em Marechal Cândido Rondon não é em sua integridade um aspecto natural, mas também planejado por alguns setores da sociedade. Para os indivíduos comuns, o “ser germânico” não costuma ser algo refletido, simplesmente vivem as características culturais que herdaram historicamente. “A identidade é irrevogavelmente uma questão histórica. Nossas sociedades são compostas não de um, mas muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas” (HALL, 2003, s/p.). Esse fator é responsável pelo hibridismo cultural, característico principalmente frente ao fenômeno da globalização.

É evidente a presença de outros grupos étnicos em Marechal Cândido Rondon, mas a predominância alemã ainda é muito intensa, motivo que faz reviver constantemente às origens e os costumes relacionados à germanidade. A própria Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, em seus documentos voltados ao turismo, apresenta uma informação que busca prontamente mostrar quem são os rondonenses: “Marechal Cândido Rondon é uma cidade típica germânica onde os traços do povo e as construções enxaimel [tipo de arquitetura típica alemã] preservam a cultura europeia” (MARECHAL CÂNDIDO RONDON, 2020). A naturalização da arquitetura germânica construiu-se gradativamente, uma vez que não foi um processo totalmente espontâneo. Através de incentivos, como redução dos impostos, os comerciantes e moradores da cidade “optaram” pelas fachadas em estilo enxaimel. Essa medida estava atrelada ao Projeto de Caracterização Germânica de Mal. Cdo. Rondon.

Imagem 5: Centro de Eventos de Marechal Cândido Rondon, segue o estilo enxaimel, assim como várias outras construções públicas e privadas do município.



Fonte: <https://imagens-revista-pro.vivadecora.com.br/uploads/2018/07/arquitetura-alema-parque-tematico-inspirado-cultura-alema-marechal-rondon.jpg>.

É relevante destacar que, embora os discursos da colonização do Oeste paranaense relevem em especial o protestantismo, a influência de alemães católicos também foi expressiva. De acordo com Deitos (2007, p. 183), durante o período de colonização do Oeste paranaense, a Igreja Católica desenvolveu “uma estratégia ímpar junto aos colonos, a fim de provê-los dos ‘bens espirituais’. Ao mesmo tempo, construiu a imagem do colono enquanto um homem abnegado ao trabalho e voltado aos interesses da coletividade”. Portanto, não se pode negar a presença e influência católica na constituição da região. Em Marechal Cândido Rondon especificamente predominavam os protestantes, presença fortemente percebida até os dias atuais.

Quanto ao protestantismo, Gregory; Stein (2012) afirmam que a formação de uma rede de igrejas luteranas relacionada à colonização, inclusive com instituições próprias de apoio aos colonos (como o CAPA - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia), dá margem ao discurso do protestantismo alemão. Ambos, católicos e luteranos, aderiram a imagem e o discurso do labor dos imigrantes no processo de colonização regional. Essa dimensão do trabalhador, tanto católico, mas principalmente protestante, foi descrita na obra de Max Weber (2004) “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, que após o século XVI (resultante da Reforma Protestante por Martinho Lutero e seguido por João Calvino) dispõe sobre uma ética do trabalho, a qual se baseia na dedicação que os trabalhadores em sua busca pela graça e salvação

alcançariam por meio da disciplina que estes teriam com o labor. O estado de graça agora poderia ser perceptível em vida como o resultado da acumulação da riqueza gerada pelo trabalho.

Devido à força da cultura germânica, os demais grupos étnicos são, em alguns momentos, colocados em posições de menor destaque social, até mesmo com dificuldades de integração. O estudo de Elias (2000) analisa os “estabelecidos” e os “outsiders”, e permite uma reflexão sobre as limitações da integração de sujeitos descendentes de outras etnias na comunidade rondonense. Neste sentido, os estabelecidos em Marechal Cândido Rondon são aqueles indivíduos que estão envolvidos na cultura germânica, enquanto os *outsiders*<sup>17</sup> são aqueles sujeitos que vieram à cidade em períodos posteriores à colonização, trazendo consigo aspectos culturais diversos daqueles já estabelecidos. Mesmo que nem sempre tão evidentes, as tentativas de integração em uma sociedade com perfil cultural mais conservador, podem ser geradoras de preconceitos ou marginalização social.

De outro lado, os descendentes de alemães de Marechal Cândido Rondon também são vítimas de chacotas por parte de outros indivíduos, uma vez que são um conjunto com características específicas dentro da sociedade. O preconceito é principalmente devido à fala engraçada, vestimentas e demais práticas culturais. Os preconceitos são aspectos que podem estar presentes na sociedade motivados por um estranhamento entre os grupos sociais, assim como as concepções e valores consolidados na consciência coletiva destes. Assim, mesmo em meio aos descendentes de alemães de Marechal Cândido Rondon é possível perceber a discriminação quanto ao modo de falar, principalmente devido à mistura de português com dialetos alemães, como o *Hunsrückisch*<sup>18</sup> e o Pomerano.

---

<sup>17</sup> Nas décadas anteriores houveram diversas migrações para a cidade de Marechal Cândido Rondon estimuladas por nascentes agroindústrias na busca de oportunidades de trabalho. Bairros ao redor destas empresas se formaram com uma etnografia peculiar aos bairros mais antigos e centrais, pois estes seriam formado majoritariamente pessoas oriundas dos demais estados brasileiros e do Paraná. Recentemente a cidade de Marechal Cândido Rondon viu-se diante da presença de uma nova leva de *outsiders*, primeiramente haitianos e mais tarde africanos e asiáticos que estão residindo na cidade e trabalhando sobretudo na agroindústria. Em uma cidade que se declara predominantemente germânica não se torna difícil perceber a presença dos outros sujeitos que compõe a população.

<sup>18</sup> Boa parte dos descendentes de alemães que vivem no Brasil são bilíngues, falando tanto o português quanto o dialeto pomerano - *Pommersch* ou *Pommersch Platt* – ou o *Hunsrückisch*. Os falantes do Pomerano são originários da região norte da Alemanha, que era conhecida como Pomerânia. Estes estão estabelecidos em algumas regiões do país, inclusive em Marechal Cândido Rondon. O *Hunsrückisch* é também conhecido no Brasil como “Riograndenser *Hunsrückisch*”. Conforme Von Borstel (2012) o

Para Gregory; Stein (2012), com o advento da expansão do acesso aos programas televisivos e o conhecimento de outras culturas, houve, principalmente entre os jovens a criação de um sentimento de desprezo pela cultura e a forma de ser dos alemães, em especial em relação à linguagem. Considerados grosseiros, ultrapassados e mal educados, os descendentes de alemães, principalmente moradores do campo, sofrem grande preconceito.

Aspectos diversos são relacionados à cultura germânica, como alguns alimentos tradicionais que são consumidos por grande parte dos rondonenses, como a cuca e a linguça. Além disso, existem grupos especializados em danças típicas alemãs, que em Marechal Cândido Rondon se destaca a “Associação de Danças Folclóricas Germânicas Raízes”, este representa músicas e vestimentas típicas, sendo que mesmo as crianças podem ter acesso ao estilo de dança, incorporando tais elementos culturais.

Imagem 6: Associação de Danças Folclóricas Germânica Raízes



Fonte: [https://scontent.fgel2-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-0/p640x640/39883673\\_2195748433974796\\_486347854487486464\\_o.jpg?\\_nc\\_cat=102&\\_nc\\_sid=dd9801&\\_nc\\_eui2=AeHRF6sJ9HQcOwLmrv63QZZ97fntgHJNud7t-](https://scontent.fgel2-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-0/p640x640/39883673_2195748433974796_486347854487486464_o.jpg?_nc_cat=102&_nc_sid=dd9801&_nc_eui2=AeHRF6sJ9HQcOwLmrv63QZZ97fntgHJNud7t-)

*Hunsrückisch* ainda é falado na cidade de Marechal Cândido Rondon, especialmente nas vilas de Iguiporã e Bom Jardim, mas também entre os moradores da área urbana da cidade. O dialeto difundiu-se através dos imigrantes que vieram da região do *Hunsrück*, na Alemanha.

[e2Ack253tZY95kNoZQYA4VDVO5zTTzJIpZZVvfDIDeGP13uxqgh&\\_nc\\_ohc=tBdAF0dHz7AAX8ehRy-&\\_nc\\_ht=scontent.fgel2-1.fna&\\_nc\\_tp=6&oh=e0acca414a1c078fc2fbbf3b928820c5&oe=5F00C95F](https://doi.org/10.18063/alamedas.v8n1.1010)

Em especial no Oeste paranaense, a influência dos alemães foi muito intensa no período da colonização. Os imigrantes alemães difundiram no Brasil a religião protestante, foram fortes impulsores da agricultura familiar que perdura até hoje, introduziram o cultivo de espécies como o trigo e ainda a criação de animais, como os suínos. Fatores estes que contribuem para a formação de um discurso favorável aos alemães como povo trabalhador, que não tem preguiça de trabalhar para conquistar seus objetivos. Os estereótipos que são atribuídos aos imigrantes alemães são variados, havendo uma crítica quanto à rispidez destas pessoas, o tom de voz alto e as festas animadas com muita cerveja, ou *Chopp*.

Em Marechal Cândido Rondon é possível perceber o orgulho que alguns sujeitos sentem em dizer que são de origem alemã. Através disso ficam evidentes os motivos que levam os munícipes e o Poder Público a manter viva a cultura germânica.

[...] a cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma “arqueologia”. A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação” e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições (HALL, 2003, [s/p]).

É assim um processo mútuo, onde os indivíduos preservam os traços culturais pelo fato de sentirem laços com estes. Mas, também são artimanhas para se autoafirmar como sujeitos, pertencentes ao grupo dos descendentes de alemães, neste caso.

Ao se refletir sobre a *Oktoberfest* como uma das manifestações da cultura germânica, por exemplo, é possível perceber como as fronteiras são fluidas. A presença de pessoas originárias de outras etnias é muito forte neste espaço festivo, são múltiplas as culturas que se reúnem com um objetivo comum: diversão. Mas nem todos sabem qual o significado de uma festa como esta, que originalmente teria como motivação uma lembrança dos costumes germânicos, a celebração da presença germânica no Brasil.

Portanto, a territorialidade criada em favor dos indivíduos germânicos recebe influências de outras culturas, permite o contato com outras manifestações culturais, tornando-se flexível. Outro exemplo é a incorporação de comidas típicas brasileiras ou de outros países, que não a Alemanha, de modo a agradar todos os gostos dos turistas que participam das festividades.

Imagem 7: parte das festividades da Oktoberfest de Marechal Cândido Rondon.



Fonte:

[https://www.aquiagora.net/images/grande/2/25d8f5ddb23f1e\\_71027749\\_2600099590036061\\_757083274\\_9234225152\\_n.jpg](https://www.aquiagora.net/images/grande/2/25d8f5ddb23f1e_71027749_2600099590036061_757083274_9234225152_n.jpg).

Em 2012 houve o lançamento do livro intitulado “Imigração Alemã no Paraná: 180 anos”, o qual aborda em um dos capítulos a germanidade no Oeste paranaense, em especial na cidade de Marechal Cândido Rondon, resgatando as memórias dos pioneiros da cidade, e construindo os aspectos que levam a caracterização da identidade germânica da região. Para os autores do capítulo em questão, “a germanização em Marechal Cândido Rondon intitula o debate sobre a construção de uma identidade vinculada à exploração turística local em que é estruturado um projeto de caracterização da sociedade de Marechal Cândido Rondon” (GREGORY; STEIN, 2012, p. 347). Neste

sentido, o aspecto germanidade é atribuído de valor mercadológico, recebendo aceitação social e promovendo a venda desta característica.

O intuito econômico do turismo pôde ser percebido desde a elaboração do Projeto de Caracterização Germânica de Mal. Cdo. Rondon, quando a base para a concretização do projeto era o crescimento da economia como visto em Blumenau em Santa Catarina, por meio dos aspectos europeus incorporados por esta, que atraem um grande fluxo de turistas todos os anos, principalmente com a *Oktoberfest* de Blumenau. Sobre isso, discorrem Gregory; Stein (2012, p. 362):

Em Marechal Cândido Rondon, lançou-se mão de vários discursos presentes na cidade [...] como a valorização do discurso sobre o caráter laborioso e ordeiro de sua população formada majoritariamente por descendentes de imigrantes alemães e a desclassificação de outros discursos que representam a negatividade de outra parcela da população.

Com isso, faz-se pertinente a argumentação da característica germânica enquanto identidade de Marechal Cândido Rondon. Há, na atualidade, uma imensa quantidade de identidades que precisam ser incorporadas diariamente pelos sujeitos sociais. O indivíduo germânico é assim percebido em momentos peculiares, cotidianamente ele é trabalhador, pai, protestante, católico, político, estudante, marido, amigo, etc. São as múltiplas identidades que dão forma ao sujeito. As identidades são assim representações.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (WOODWARD, 2000, p. 17).

Assim, a germanidade é, acima de tudo, uma representação simbólica. O estabelecimento de uma identidade. Aliás, pensar sobre a identidade nem sempre foi um aspecto importante na Ciência, cientistas acreditavam que não havia necessidade de criar este tipo de reflexão. A identidade não é algo natural ao homem, mas uma ideia que foi lançada ao pensamento humano, e como outros conceitos, enfrenta dificuldades em suas definições.

A identidade – sejamos claros sobre isso – é um “conceito altamente contestado”. Sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha. O campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem à luz no tumulto da batalha, e dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega (BAUMAN, 2005, p. 85).

Mas não somente no campo dos conceitos a identidade enfrenta contradições. Na prática, cobra-se muito dos indivíduos uma identidade que seja adequada à sociedade. “A tarefa de construir uma identidade própria, torná-la coerente e submetê-la à aprovação pública exige atenção vitalícia, vigilância constante, um enorme e crescente volume de recursos e um esforço incessante sem esperança de descanso” (BAUMAN, 2005, p. 89). Uma vez construída a identidade, ela deve ser mantida com zelo para que não venha a parecer desvalorizada frente aos demais sujeitos. Assim, tudo o que é germânico é bem aceito e mais valorizado por aqueles indivíduos que se consideram portadores de uma identidade germânica.

As identidades são frágeis ao mesmo tempo em que representam rigidez. Frágeis, pois recebem interferências externas, de culturas variadas e parece que sempre precisam ser reafirmadas. Rígidas, pois resistem ao fenômeno da globalização e a facilidade de contato entre os elementos culturais mais diversos. As fronteiras entre os estabelecidos e os *outsiders* são instáveis, representam momentos de flexibilidade e de tensão, dependendo da ocasião. Assim, a identidade é várias coisas em uma apenas: segurança, instabilidade, afirmação, desigualdade, pertencimento, exclusão. Cultura e identidade estão intimamente relacionadas, interligadas de modo que uma representa a outra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o tema “identidade” é uma tarefa um tanto difícil, principalmente no período contemporâneo, quando o mundo se torna “pequeno” diante dos avanços tecnológicos alcançados. Os indivíduos precisam desenvolver e flexibilizar as múltiplas identidades de que necessitam ocasionalmente. Surgem questões diversas quanto à existência de uma identidade dominante, sobreposição de identidades, pertencimento ou exclusão.

É pertinente compreender que não há uma única identidade atribuída ao indivíduo, mas sim múltiplas. Identidades estas que se revelam frente às ocasiões onde o indivíduo precisa se impor de alguma forma, assumir um “papel”. Assim, uma mulher é mãe durante a noite, mas sua identidade de trabalhadora se reforça durante o dia. Porém, em momento algum ela deixa de ser mãe e trabalhadora. Portanto, as pessoas convivem com identidades diversas, onde cada uma se desenvolve no momento necessário.

Marechal Cândido Rondon é um município de cultura variada, sendo possível perceber a presença de diversos grupos étnicos. Mas, a marca da cultura germânica ainda se faz muito presente neste lugar, de modo que as manifestações sociais sejam favoráveis à conservação desta cultura. É difícil afirmar se esta cultura germânica é imposta de alguma forma no pensamento dos rondonenses, de modo a construir uma identidade. Ou, se cotidianamente essa cultura é construída naturalmente através dos atos individuais.

Os símbolos que apresentam Marechal Cândido Rondon como germânica, são os mesmos que a colocam em uma posição de exclusão das demais culturas. Porém, é relevante compreender que embora culturalmente o município seja de origem germânica, a contribuição dos demais grupos étnicos foi significativa na construção histórica do município. Neste sentido, a questão não se esgota, existe uma identidade dominante? Qual a identidade de Marechal Cândido Rondon? É, neste sentido, importante refletir que os indivíduos que vivem diariamente nesta cidade dificilmente se flagrarão pensando em sua identidade, vivem e convivem com identidades múltiplas, contornam obstáculos e preconceitos, relacionam-se sem a preocupação consciente de definir-se como alemão, italiano, polonês, haitiano, brasileiro, etc.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DEITOS, Nilceu Jacob. A Igreja Católica no oeste do Paraná e sua atuação no processo de colonização. In: VANDERLINDE, Tarcísio; GREGORY, Valdir; DEITOS, Nilceu Jacob. **Migrações e a construção do oeste do Paraná: século XXI em perspectiva**. Cascavel: Coluna do Saber, 2007. p. 183-189.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

G1. **Casa construída por alemão que lutou na 2ª Guerra é cenário de lendas: Imóvel começou a ser construído em 1966 e levou 20 anos até ficar pronto. Residência em Marechal Rondon (PR) tem alçapões e passagens secretas**. Curitiba: RPC, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2014/08/casa-construida-por-alemao-que-lutou-na-2-guerra-e-cenario-de-lendas.html>> . Acesso em: 05 de jun. de 2020.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GREGORY, Valdir; STEIN, Marcos Nestor. Migrações e Germanidade: Oeste do Paraná e Marechal Cândido Rondon. In: VITECK, Harto. **Imigração Alemã no Paraná: 180 anos**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2012. p. 347-382.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural e Diáspora**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, p. 68-75, 1996.

\_\_\_\_\_, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOBSBAWM, Eric. “Introdução” In: HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON, **Prefeitura Municipal** [site antigo]. Disponível em <<http://antigo.mcr.pr.gov.br/nossacidade>>. Acesso em: 05 de jun. de 2020

MEINERZ, Marcos Eduardo; STEIN, Marcos Nestor. Os caçadores de nazistas em Marechal Cândido Rondon-PR. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4., 2009, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: UEM, 2009.

VON BORSTEL, Clarice Nadir. **A alternância lexical do *Brasildeutsch***. Disponível em: <<https://webs.ucm.es/info/especulo/numero45/bradeutc.html>>. Acesso em: 05 de jun. de 2020.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.  
In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

## **A INFLUÊNCIA DA MEMÓRIA NA FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL**

*Max André Araújo Ferreira<sup>19</sup>*

*Roberto Rigaud Navega Costa<sup>20</sup>*

**RESUMO:** O intuito deste artigo é o de pensar como a memória influencia na formação dos espaços urbanos e como ela vem sendo estudada em diversas áreas do conhecimento. O interesse no tema da formação dos espaços urbanos parte da premissa de que esses espaços se formam no sentido de preservar a memória de determinado povo. Em Boa Vista, capital do Estado de Roraima, existem seis feiras livres regulamentadas pela prefeitura municipal, algumas delas são tradicionais, onde são preservadas a memória e o objetivo para o qual foram criadas. Outras foram criadas para atender a uma demanda específica, mas ao longo de sua existência novas dinâmicas fizeram com que seus usuários esquecessem essa memória. O Centro Comercial Caxambú também é um local onde são preservadas as memórias coletivas, começando pelo nome, sendo uma homenagem ao primeiro camelô de Roraima. Foram convidados para o diálogo autores como Maurice Halbwachs, Michael Pollak, entre outros. O artigo em tela faz um breve levantamento de como a memória vem sendo abordada por esses autores, partindo do conceito de memória individual, caminhando à memória coletiva ou social, tendo como fim a influência da memória na formação de determinados espaços urbanos.

**Palavras-chave:** Memória Social; Espaços Urbanos; Feiras Livres.

## **THE INFLUENCE OF MEMORY IN THE FORMATION OF URBAN SPACES IN THE NORTH AMAZON**

---

<sup>19</sup> Doutorado em andamento em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima, Especialista em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal pela Faculdade Internacional de Curitiba, Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Roraima, atualmente exerce o cargo de Professor Adjunto da Universidade Federal de Roraima, sendo lotado no Departamento de Contabilidade onde exerce suas funções como Professor. Foi Chefe Pró Tempore do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal de Roraima entre dezembro de 2017 a abril de 2019. É membro dos Conselhos Editoriais da Revista da Administração de Roraima e Revista Gestão e Análise. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Administração e Negócios. Pesquisador do Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Avançadas em Administração, Inovação e Tecnologias da Informação e Comunicação, Estudante do Grupo de Pesquisa Interdisciplinaridade, Comunicação & Políticas Públicas e Estudante do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras: Processos Sociais e Simbólicos (GEIFRON/UFRR). E-mail: [max.andre@ufrr.br](mailto:max.andre@ufrr.br)

<sup>20</sup> Possui graduação em Filosofia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2018). Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Epistemologia. Foi selecionado para a vaga de Aluno Especial de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Unioeste - Foz do Iguaçu, para o curso Teoria do Estado no Pensamento Marxista, ministrado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvana Aparecida de Souza. Ingressou como mestrando no Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Unioeste - Foz do Iguaçu, em 2019, com o projeto Combate ao Descaminho em Foz do Iguaçu, sob orientação do Prof Dr Eric G Cardin. E-mail: [ramosnavega@gmail.com](mailto:ramosnavega@gmail.com)

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to think about how memory influences the formation of urban spaces and how it has been studied in several areas of knowledge. The interest in the theme of the formation of urban spaces starts from the premise that these spaces are formed in order to preserve the memory of a specific people. In Boa Vista, capital of the State of Roraima, there are six free fairs regulated by the city hall, some of which are traditional, where the memory and the purpose for which they were created are preserved. Others were created to meet a specific demand, but throughout its existence new dynamics have made its users forget this memory. The Caxambú Shopping Center is also a place where collective memories are preserved, starting with the name, paying homage to the first street vendor in Roraima. Authors such as Maurice Halbwachs, Michael Pollak, among others, were invited to the dialogue. The article on screen makes a brief survey of how memory has been approached by these authors, starting from the concept of individual memory, moving towards collective or social memory, aiming at the influence of memory in the formation of certain urban spaces.

**Keywords:** Social Memory; Urban spaces; Free fairs.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo discute o espaço de memória nas feiras livres da cidade de Boa Vista/RR. Tais espaços são utilizados pela população na busca por produtos mais baratos, sendo muitos desses, oriundos da Guiana e Venezuela. Localizadas em diferentes bairros da cidade essas feiras são conhecidas por ofertarem diversos tipos de produtos nacionais e importados.

O espaço geográfico discutido neste artigo está localizado na capital mais setentrional do Brasil, a cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima. Boa Vista é a única capital brasileira acima da linha do Equador, possui uma população segundo o IBGE (2010) de 284.313 mil pessoas. Seu surgimento inicia-se com a sede de uma fazenda chamada de Boa Vista do Rio Branco no século XIX.

Conforme aponta Vale (2007, p.22), até o início da década de 1980, a expansão urbana da capital roraimense foi dirigida pelo governo federal que, “visando a segurança nacional, promoveu o crescimento populacional do Território por meio de uma política urbana concentrada na capital [...]”. Com isso foram surgindo diferentes microcentros em diferentes pontos da cidade.

Com a evolução das cidades, ao longo dos anos, os centros comerciais foram migrando para as periferias para atender à necessidade dos consumidores que formavam bairros mais afastados, foram criados pelo poder público pequenos centros comerciais,

nesses locais foram se desenvolvendo como microcentros<sup>21</sup>, os quais se tornaram um importante aliado para o crescimento econômico da cidade de Boa Vista.

As feiras livres rotativas de Boa Vista foram regulamentadas pela lei nº 402, de 12 de novembro de 1996. Em Boa Vista funcionam as Feiras do Produtor, no bairro São Vicente, Feira do Passarão, no bairro Asa Branca, Feira do São Francisco, no Centro, Feira do São Vicente, no bairro de mesmo nome, Feira do Garimpeiro entre os bairros de Caimbé e Tancredo Neves e a Feira do Pintolândia, no bairro Pintolândia.

Para essa pesquisa foram selecionadas as três principais feiras livres da capital de Roraima por serem mais movimentadas, são elas a Feira do São Francisco, Feira do Garimpeiro e Feira do Produtor. Outro local escolhido foi o Centro Comercial Caxambú, conhecido por concentrar vendedores ambulantes organizados em uma estrutura cedida pela Prefeitura de Boa Vista. O local obedece a mesma dinâmica de outras capitais no Brasil.

Com isso, o problema da pesquisa compreende-se em saber-se como se deu a construção da memória social nas feiras livres na cidade de Boa Vista, Roraima. A metodologia utilizada parte de uma análise realizada por meio de uma revisão da literatura, sendo caracterizada quanto aos fins, ao meio e aos métodos, respectivamente em histórico, teórico e dedutivo, com revisões bibliográficas realizadas em livros e portais eletrônicos.

A primeira parte do texto inicia com alguns conceitos desenvolvidos por autores como Pensavento e Halbwachs, esse último é o responsável por desenvolver o conceito de memória coletiva ou social. Superada essa fase, a pesquisa evolui para o diálogo com os autores críticos às teorias de Halbwachs. É o caso, por exemplo, de Bloch, Blondel e Pollak.

Na segunda parte da pesquisa é discutido a formação dos espaços urbanos, esse diálogo então é construído com o apoio de Pensavento, a autora é referência para diversas outras pesquisas nessa mesma perspectiva. Finalizando o artigo, são inseridas nesse contexto as feiras livres e o centro comercial na cidade de Boa Vista/RR, sendo

---

<sup>21</sup> Para Licea (2012) microcentros são espaços caracterizados localizados em áreas centrais da cidade, onde já existe a infra-estrutura de transportes necessária, como redes de metrô, estradas, serviços de água, esgoto, energia elétrica, além de integrado no projeto de instalações e fachadas.

esses exemplos de locais que receberam influências das memórias sociais em sua formação.

## A FORMAÇÃO DO CONCEITO DE MEMÓRIA COLETIVA

Construir memórias é uma tarefa exclusivamente humana, para tal feito o homem precisa interagir com coisas ou pessoas no seu dia a dia para que essas sejam ativadas. Segundo Pensavento (2005) a memória é, por definição, uma luta contra o esquecimento. E essa luta se faz presente na vida das pessoas, nas ruas, nos prédios históricos, bem como na academia, sendo discutido em vários campos do conhecimento.

Mas como a memória se organiza? Sobre a organização da memória Filoux (1966) lembra que essa obedece a algumas características próprias, como de unir o atual e o inatual para depois realizar um modo ‘intemporal’ de consciência, uma experiência ‘em contratempo’. Nessa definição o autor parece esclarecer como a memória se organiza para o ser humano.

Os primeiros estudos tentando pensar memória e a sua relação com a sociedade aparecem a partir dos estudos de Maurice Halbwachs. O autor desenvolve o conceito de memória coletiva inaugurando o campo de estudos sobre a memória na área das ciências sociais. Até o início do século XX, “a memória era o objeto de reflexão por excelência dos filósofos, que nela procuravam o acesso à compreensão do significado da vida humana” (SANTOS, 2012, p. 16).

Dentro da perspectiva sociológica, Halbwachs estabeleceu o conceito de memória coletiva, sendo essa influenciada pelos quadros sociais que a antecedem e a determinam. O autor é seguidor de Émile Durkheim, e sua contribuição é construir uma nova ideia para o termo memória, elevando com isso o patamar das discussões entre memória individual e memória social.

Halbwachs (2006) afirma que a memória é um processo de reconstrução, não se tratando de uma repetição linear dos acontecimentos e vivências no contexto de interesses atuais, ou seja, se diferencia dos acontecimentos e vivências que podem ser evocados e localizados em um determinado tempo e espaço, envoltos num conjunto de relações sociais.

Ao relatar o processo de reconstrução da memória, o autor afirma que não se trata de uma repetição linear dos acontecimentos e vivências no contexto de interesses atuais. Desse modo ela se diferencia dos acontecimentos e vivências do indivíduo, podendo ser ativada em um determinado tempo e espaço, submersa em determinados conjuntos de relações sociais.

Halbwachs (2006) defende seu argumento dizendo que a lembrança se dá através de uma comunidade afetiva, com indivíduos se relacionando entre si ou em um grupo social. Desse modo, a lembrança individual se baseia na lembrança dos grupos nos quais esse indivíduo está inserido, recebendo então a influência destes.

Tal pensamento afirma que a memória individual é o resultado da combinação das memórias de diferentes grupos dos quais esse indivíduo está inserido, ou seja, sofre influência desses grupos, como, por exemplo, a família, os amigos, a igreja entre outros. Partindo desse ponto de vista é correto afirmar que esse indivíduo participa tanto da memória individual quanto da memória social.

Algumas afirmações quanto ao uso da memória são duramente criticadas, uma vez que essas não possuem a capacidade de armazenar todo o conhecimento vivido, a memória então passa por um processo de esquecimento, uma seleção de informações, onde essas são selecionadas através das lembranças mais importantes para aquele indivíduo.

O trabalho de Maurice Halbwachs intitulado “A memória social”, de 1968, é um dos responsáveis para que o termo comece a ganhar notoriedade acadêmica, se afastando totalmente dos conceitos já implementados pela história, biologia, psicologia, entre outros.

Dessa forma, Halbwachs argumenta que o pensamento coletivo comanda a sociedade através de uma “lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior” (HALBWACHS, 2006, p. 61). O autor entende que o ser humano é capaz de atribuir ideias, reflexões, sentimentos e emoções do grupo que faz parte, sendo inspirado por ele.

As ideias aqui defendidas pelo autor vão a favor do pensamento de Durkheim, nesse ponto Pensavento destaca que:

como assinala Durkheim, há um ponto em que a memória social, fruto em parte de uma vida em comum, das tradições e de uma certa noção de herança recebida, se transforma em *memória coletiva*, que corresponde ao modo como, institucional e culturalmente, uma comunidade passa a evocar, construir e transmitir seu passado (PENSAVENTO, 2005, p. 13).

Neste sentido Halbwachs (2006, p. 65) afirma que “são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo (...) cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória social”, sendo essa modificada conforme o lugar que o indivíduo ocupa no grupo. O autor, então, entende a importância de determinadas pessoas para o grupo que está inserido, sendo ativadas, portanto, as lembranças na formação da memória social.

Finalmente, Halbwachs (2006, p.102) conceitua a memória social como sendo “uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”. Com isso, o autor afirma que a memória é fruto de testemunhos de uma determinada época, sendo remontada quando ativada.

É importante deixar claro que esses conceitos são criticados por alguns autores. Algumas dessas críticas dizem respeito ao fato de que é preciso entender de forma mais concreta o local da memória, outras críticas surgem no sentido de lembrar que Halbwachs estava preso às ideias de Durkheim e devido a isso teria introduzido o coletivo devido a essa influência.

Com isso, Viana (2006) defende o argumento de que a realidade passada é uma coisa, a consciência presente da realidade passada é outra. O autor separa essas duas variáveis no sentido de afirmar que não é o passado que reconstrói o presente, mas sim a consciência do passado que é responsável por isso. Assim, o autor afirma que a mente humana está ancorada no presente, sendo a memória ou a consciência virtual que se mantém ativa ou inativa.

Outra crítica ao pensamento de Halbwachs vem de Bloch, historiador e colega de Halbwach na Universidade de Strasbourg. Bloch escreve em 1925 que era a favor de uma integração entre as ciências humanas, lamentando que a memória jurídica e os costumes foram deixados de lado por seu colega sociólogo (BLOCH, 1925, p.76).

Weber e Pereira (2010) afirmam que o conceito de memória social é questionável para Bloch, porque, em muitos casos, podemos estar usando erroneamente o termo, em questões que envolvem apenas a comunicação entre os indivíduos. Importante destacar que as críticas de Bloch foram importantes para os estudos posteriores em torno do conceito de memória social.

Outro ponto bastante questionado por Bloch é a transmissão de memória. Para o autor a relação entre o presente e o passado é uma linha tênue, não sendo possível, portanto, estabelecer uma distinção, já que o “atual e o inatual está longe de se ajustar necessariamente pela média matemática de um intervalo de tempo” (BLOCH, 2001, p.61).

Neste sentido Bloch acredita que as palavras “memória social” são expressivas e podem ser utilizadas, entretanto, sem confundir os mecanismos pelos quais um indivíduo ou uma sociedade guardam suas lembranças (WEBER e PEREIRA 2010). Os autores explicitam que o grupo mantém viva a sua memória a partir do momento em que os mais idosos não negligenciem a transmissão das representações aos mais jovens daquele grupo.

Outro argumento de Bloch é que a memória, tanto a coletiva como a individual, não conserva exatamente o passado, ela o reconstrói incessantemente, partindo do presente. Toda a memória é um esforço (BLOCH, 1925, p.77). A memória precisa ser repensada ao longo do tempo, tal fato só é repensado por Halbwachs pelo menos vinte anos depois.

Outro crítico das ideias de Halbwachs é o psicólogo e médico francês Charles Blondel. O autor lecionava em Strasbourg e, também, era contemporâneo de Halbwachs. Juntamente com Marc Bloch e Lucien Febvre, eles formaram um dos grupos acadêmicos franceses mais importantes dos anos 1920 (MUCCHIELLI, 1999).

Cordeiro (2015) afirma que:

Blondel foi um dos fundadores da Psicologia Coletiva (ou a psicossociologia), campo fundado para explicar como o espírito humano e suas operações estão ligados as influências que os grupos exercem sobre os seus membros. Segundo a autora, a Psicologia Coletiva de Blondel coloca-se como pressuposto que o biológico é condição do social (Halbwachs, 1929) para se focar mais especificamente nas influências exercidas pelo coletivo no indivíduo (CORDEIRO, 2015, p. 52).

Blondel faz duras críticas ao trabalho de Halbwachs, alegando que o sociólogo invade a sua área de atuação, a psicologia, criticando o que denominou de "imperialismo sociológico" ou "pansociologismo" (MUCCHIELLI, 1999, p. 116). No tocante à memória, a crítica mais contundente de Blondel reforça a ideia de que nem todas as lembranças precisam de quadros sociais<sup>22</sup> para se apoiar.

Blondel então critica a forma pela qual a memória individual era reduzida ao fenômeno coletivo (SANTOS, 2003, 38). Este é o ponto principal da teoria de Halbwachs, onde o autor afirma que mesmo sozinho não deixamos de pertencer aos quadros sociais que nos influenciam, apesar das ausências ou invisibilidade do ser.

Outro autor que debate a ideia de memória coletiva é o sociólogo austríaco Michael Pollak. Discípulo de Pierre Bourdieu, tem em seu campo de estudo o problema da identidade social em situações limites. O autor possui uma abordagem mais construtivista trazendo uma análise sobre o processo de construção da memória coletiva, aparecendo os conceitos de memória subterrânea, as disputas entre memórias e o enquadramento da memória.

Para Pollak a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992).

Sobre o conceito de memórias subterrâneas o autor as classifica como sendo aquelas que fazem oposição a "Memória oficial" que determinados grupos sociais querem esquecer. O autor é contrário às ideias de Halbwachs, e acentua o "caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional" (POLLAK, 1989, p. 4).

Sua análise parte do ponto de vista dos excluídos e dos marginalizados, ressaltando a importância que a história oral proporciona para a memória subterrânea como parte integrante das culturas minoritárias dominadas pela memória nacional. Nesse ponto, Pollak chama a atenção para o que ele delimitou como sendo uma disputa entre memórias.

---

<sup>22</sup> Na ideia de Halbwachs, os quadros sociais da memória são pontos de referências para a construção subjetiva de lembranças. Eles determinam o que deve ser lembrado, esquecido, silenciado ou comemorado pelos indivíduos.

Pollak (1989) revela que uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades.

Nessa disputa o autor chama a atenção para o poder que a memória oficial exerce sobre a subterrânea, muitas das vezes, esse poder não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil, podendo ser encontrado com mais frequência nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (POLLAK, 1989, p. 5).

Surge então o enquadramento da memória como sendo o limite que a memória de grupo possui, não podendo ser construída aleatoriamente, devendo satisfazer a certas exigências daquele grupo para se justificar.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLAK, 1989, p. 6).

Pollak (1989) demonstra que a memória é enquadrada na tentativa de salvaguardar, de maneira mais ou menos consciente, o sentimento de pertencimento e fronteiras sociais de determinados grupos de tamanhos diferentes. O passado é lembrado no sentido de manter uma certa coesão daqueles que se filiam a determinados grupos e instituições, definindo assim o seu lugar.

Percebe-se, então, que a discussão quanto ao conceito de memória possui diversos aspectos e críticas com vários pontos de vistas. No sentido de avançar na discussão, a presente pesquisa observa o papel da memória na formação dos espaços urbanos. São nesses locais onde os indivíduos interagem uns com os outros, reforçando com isso as ideias trazidas até o momento.

A respeito da formação de determinado espaço urbano Pensavento (2005, p. 14) explica que uma cidade inventa seu passado e cria o seu futuro para explicar o seu presente. A autora afirma que para pensar cidade no presente é preciso olhar para o passado e com isso planejar projetos de renovação do espaço urbano para o futuro.

O tempo das cidades é múltiplo e está sempre a ser construído, pois a cidade é uma contínua reinvenção do mundo no espaço: desde o tempo do presente, onde se realizam as opções políticas e se decidem as intervenções sobre o urbano, a cidade se reconstrói continuamente, tendo por horizonte o passado e o futuro (PENSAVENTO, 2005, p.14).

As feiras livres na cidade de Boa Vista, no Estado de Roraima parecem ser um bom exemplo do que Pensavento relata. Esses locais trazem a lembrança do passado recente, ainda quando havia a prática do garimpo no interior do estado, quando os garimpeiros, antes de partir, se dirigiam até as feiras livres no sentido de se abastecerem de produtos para consumirem no garimpo.

Para pensar nesse contexto é preciso entender que as feiras livres são carregadas de significação humana, “onde o relacionamento entre as pessoas ultrapassa suas diferenças de cultura, raça, credo, de tal maneira que as contradições passam despercebidas” (ROMANO, 2004, p. 1). Dessa forma, as feiras livres de Boa Vista/RR, são lugares carregados de simbolismos.

Esse parece ser o atrativo para fazer desses locais um tradicional ponto de compras da população roraimense. É esse simbolismo que faz a Feira do Garimpeiro ter a força que tem aos domingos, a Feira do Produtor, que funciona todos os dias, leva alimento de qualidade para os seus frequentadores, a Feira do São Francisco, como sendo a mais antiga e ainda permanece como sendo um tradicional ponto de encontro da classe média boavistense.

Outro local bastante simbólico para a população de Boa Vista é o Centro Comercial Caxambú. Localizado no Centro de Boa Vista lá estão reunidos os vendedores ambulantes organizados como microempreendedores individuais. O espaço foi cedido pela Prefeitura de Boa Vista utilizando a mesma lógica de ocupação de camelódromos de outras cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo.

## **A FORMAÇÃO DAS FEIRAS LIVRES EM BOA VISTA/RR**

Feiras e mercados, como fenômeno histórico e socioeconômico, já eram, desde a Idade Média na Europa, um meio de se movimentar a economia local de um dado território (DAVIDE, 2010), sendo que no Brasil colônia já se encontravam feiras onde a

população podia se abastecer de mercadorias (DA SILVA, 1997). A seguir haverá a descrição das feiras mais significativas da cidade de Boa Vista/RR, descrevendo brevemente sua história e importância local.

## FEIRA DO SÃO FRANCISCO

Considerada a feira mais antiga da cidade de Boa Vista/RR, a Feira do São Francisco está localizada dentro do Mercado Municipal São Francisco, no bairro de mesmo nome. O local passou por uma ampla reforma feita pela Prefeitura Municipal de Boa Vista, sendo entregue à população no ano de 2018. O local hoje conta com um espaço moderno, com diversos boxes que oferecem vários serviços.

O local é um tradicional ponto de encontro das famílias de classe média (principalmente) que se reúnem aos sábados e domingos pela manhã. A história oficial da feira começa em 1979, quando o Governador do Território Federal de Roraima à época, Otomar de Souza Pinto, consolida a feira, mas sua criação é datada do ano de 1967, realizada pelo então Prefeito da Cidade de Boa Vista, Antônio Maciel da Silveira (SANTOS, 2019).

Sua criação tinha o propósito de atender os garimpeiros que vinham até a cidade para se abastecerem, sendo que a sobra dos produtos era vendida para o restante da população local, o que ocasionava uma grande elevação dos preços das mercadorias. É o que revela Santos (2019) ao mencionar que:

As mercadorias que chegavam para abastecer a população vinham de diversos estados brasileiros, em longas viagens de barco, as quais acarretavam deterioração dos alimentos. Devido a este fator, os comerciantes preferiam vender para os garimpeiros, que compravam em grande quantidade. Apenas o que restava era vendido para a população da cidade, o que gerava grande inflação (SANTOS, 2019, np).

Apesar de sofrerem com algumas intervenções nas melhorias estruturais e a inserção de novos comerciantes, pode-se afirmar que no local está presente a memória social de uma época remota, os antigos comerciantes permanecem com as lembranças dos tempos do garimpo e do início da feira, guardando assim as características originárias do local. A figura 01 demonstra a Feira do São Francisco após a reforma.

Santos (2019) confirma que o prédio do Mercado Municipal é um centro que guarda fazeres específicos, conhecimentos dos produtores rurais e memórias da época do garimpo, quando tudo era vendido no mesmo lugar e não havia muita especialização do comércio.

**Figura 01: Feira do São Francisco em Boa Vista/RR**



Fonte: Prefeitura de Boa Vista (2018).

Desse modo, a Feira do São Francisco permanece como sendo um pequeno pedaço da história do comércio roraimense. O local surgiu no sentido de explorar as atividades comerciais de um determinado nicho de mercado, o comércio de produtos para os garimpeiros de Roraima, mas a feira existe até os dias atuais como sendo um ponto tradicional das famílias boa-vistenses, guardando com isso traços da memória social do local.

## **FEIRA DO GARIMPEIRO**

A Feira do Garimpeiro está localizada entre os bairros Asa Branca, Tancredo Neves e Caimbé na cidade de Boa Vista/RR. Farias e Freitas (2014) afirmam que essa feira funciona há mais de vinte anos e o comércio inicial do bairro esteve concentrado em um pequeno núcleo, sendo que o elemento promotor do surgimento da Feira do Garimpeiro foi a abertura de um supermercado. A figura 02 demonstra a extensão da Feira do Garimpeiro.

**Figura 02 - Extensão da Feira do Garimpeiro – Boa Vista/RR**



Fonte: Elaboração própria. Mapa extraído com base em Google Earth (2015).

Este local era responsável por abastecer de alimentos as pessoas que moravam no bairro Asa Branca e bairros vizinhos, bem como abastecer os garimpeiros, daí então surge o nome de Feira do Garimpeiro. No local reúnem-se todos os domingos aproximadamente 650 vendedores e mais de 30 mil pessoas circulando (FARIAS, VERAS e PAIXÃO, 2013, p. 125).

Nascimento, Farias e Freitas (2014) trazem uma visão mais caleidoscópica da própria Feira do Garimpeiro, questionando que a feira foi evoluindo quanto aos tipos de produtos que são comercializados nela. Nesta metamorfose, da Feira do Garimpeiro, a dinâmica comercial se faz presente, apresentando as atividades comerciais provenientes da produção agrícola.

No local é encontrado o comércio de bens de consumo duráveis e tecnológicos, assim como a venda de aparelhos de telefonia móvel, produtos manufaturados e industrializados, em destaque na figura 03, os produtos de importação, fabricados em sua maioria nos países de fronteira, República Bolivariana da Venezuela e República Cooperativista da Guiana.

**Figura 13 - Produtos comercializados na Feira do Garimpeiro**



Fonte: FERREIRA & SENHORAS (2015)

Dessa forma, percebe-se que a dinâmica implementada atualmente pela população boa-vistense na Feira do Garimpeiro é a mesma desde a sua inauguração, mantendo assim a memória social daquele local preservada, uma vez que a memória de um grupo de pessoas foi tipicamente passada a várias gerações.

## FEIRA DO PRODUTOR

A Feira do Produtor Rural, localizada no bairro São Vicente, em Boa Vista/RR, foi inaugurada no ano de 1993, pelo então Governador da época Otomar de Souza

Pinto. A figura 04, demonstra a Feira do Produtor Rural, o local possui mais de duzentas e cinquenta bancas, sendo cerca de cinquenta e cinco delas destinadas à comercialização de frutas, legumes e verduras. Sua missão era proporcionar a comercialização de produtos regionais frescos, direto do produtor rural para o consumidor.

**Figura 042 - Feira do Produtor Rural**



Fonte: FERREIRA & SENHORAS, (2015)

A Feira do Produtor Rural é o que pode se compreender como sendo uma mistura de feira livre, um mercado público e centro de distribuição. Pode ser

considerado como o maior centro de comércio popular de Roraima, possui uma variada exposição de mercadorias diversificadas, com bancas, quiosques com restaurantes, sendo comercializadas frutas, legumes, animais abatidos e vivos.

A feira é cercada por muros e portões que são abertos diariamente, sendo concentrado no final de semana o maior fluxo de frequentadores. Segundo Folha Web (2018),

a Feira do Produtor também é um polo de comercialização de produtos vindos de outros Estados. No local há estabelecimento que vende frutos do mar, vindos do Nordeste e do Estado do Pará. Também é vendida a farinha produzida no Acre e no Amapá. A farinha produzida no interior do Estado geralmente é comercializada na própria localidade ou segue para exportação.

Quanto ao objeto de estudo desta pesquisa, o que pode ser notado é que a memória social daqueles produtores rurais na Feira do Produtor de Boa Vista/RR foi afetada devido a invasão de atravessadores que dominaram o local. Esse fato modificou a dinâmica da feira causando diversos prejuízos, dentre eles, tirar do produtor rural a oportunidade de vender as mercadorias produzidas em sua propriedade.

## **FORMAÇÃO DO CENTRO COMERCIAL CAXAMBÚ**

O Centro Comercial Caxambú (com acento mesmo) está localizado no Centro de Boa Vista e possui uma grande quantidade de vendedores ambulantes que vendem uma grande variedade de produtos, sendo uma referência para a população boa-vistense. Quanto aos aspectos de memória social, o nome do local faz uma homenagem ao primeiro vendedor ambulante da cidade.

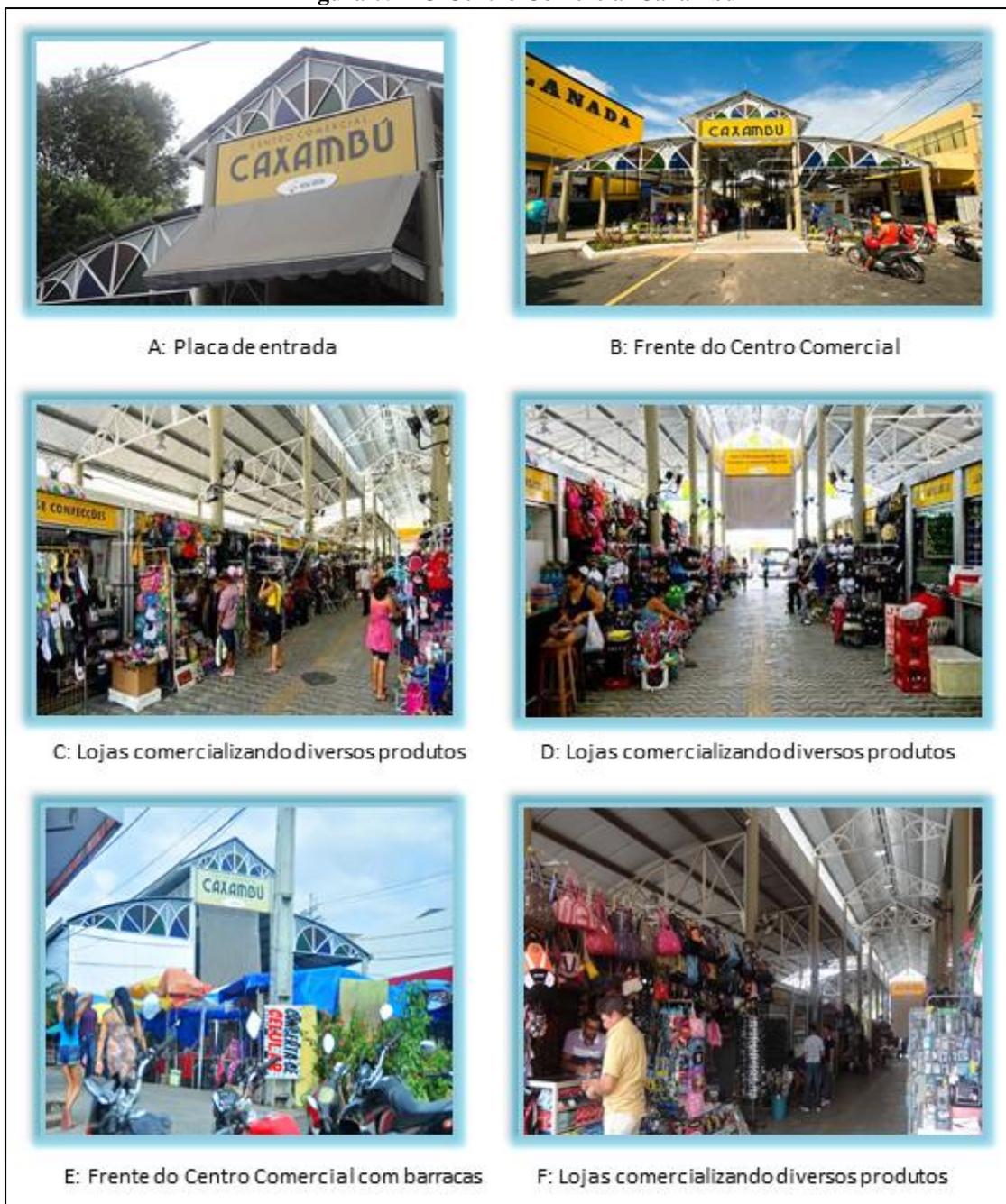
Ferreira (2015, p. 138) relata que sua criação é datada de 13 de dezembro de 2002 em homenagem ao amazonense Manuel Barbosa de Araújo Filho, conhecido como Caxambú, o primeiro ambulante da cidade. No ano de 2009 o Centro Comercial Caxambú recebeu uma grande reforma na parte estrutural, ganhando cobertura, melhoria nas instalações elétricas, drenagem e ventilação.

Com uma arquitetura moderna e um espaço amplo, o centro comercial possui 142 quiosques, configurando-se como um dos principais pontos de comércio informal

de Boa Vista. Antes do Centro Comercial Caxambú, os comerciantes distribuíam seus produtos nas calçadas das Av. Sebastião Diniz e Jaime Brasil.

Ferreira (2015, p. 138) revela que os comerciantes que ali estão implantados pagam, obrigatoriamente, aluguel e todos possuem alvará de funcionamento, sendo que a grande maioria deles são cadastrados como Microempreendedores Individuais. A figura 05 contempla a Feira do Caxambú. O local é dividido em duas alas, sendo oferecidos à população equipamentos eletrônicos, roupas, bolsas, cosméticos, brinquedos e acessórios em geral.

**Figura 05 – O Centro Comercial Caxambú**



Fonte: Folha de Boa Vista. Adaptado pelo autor.

No local é possível encontrar, também, serviços de reparos em relógios, como comerciantes que vendem acessórios e oferecem serviços de reparos para celular. A venda de CDs e DVDs piratas é outro tipo de produto bastante procurado pela população de maneira geral. O comércio formiga fronteiriço é praticado no local de

forma intensa pelos próprios difusores, como a venda de produtos eletrônicos (FERREIRA, 2015, p. 139).

No local também é possível encontrar uma certa quantidade de indígenas que vendem seus produtos nas calçadas das lojas, em frente ao centro comercial, ou de forma itinerante, circulando no entorno. Os produtos vendidos por eles são artesanatos, acessórios como: brincos, pulseiras, cordões e peças de madeira, todas de fabricação própria.

A decisão da Prefeitura de Boa Vista em instalar os vendedores ambulantes no Centro Comercial Caxambú, na região do centro da cidade, ativa a memória social de outros locais espalhados pelo Brasil, por exemplo o Rio de Janeiro, que criou o Camelódromo no Centro da cidade (no governo de Leonel Brizola) e o centro de tradições nordestinas (conhecida como feira dos paraíbas, no governo de César Maia), ou ainda, na cidade de São Paulo onde existe a Região do Brás e da 25 de março como referência a esses tipos de comércio.

Com isso pode-se afirmar que o Centro Comercial Caxambú, localizado no Centro de Boa Vista, preserva um importante traço de memória social para aquela parte da população, uma vez que, na busca por produtos populares a própria população ativa a sua memória social na busca por esses tipos de produtos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo em questão tratou sobre as memórias sociais nas feiras livres na cidade de Boa Vista/RR. A relevância do tema se faz presente nas discussões em áreas como a história, a psicologia, as ciências sociais, entre outras. Sendo debatido aqui por diversos autores como Maurice Halbwachs e Michael Pollak.

Os locais escolhidos para o estudo foram as principais feiras livres e um centro comercial popular na cidade de Boa Vista/RR, esses locais guardam objetos de memória social bastante característicos de uma sociedade localizada no Norte do Brasil. Sendo essa formada por migrantes de diversos locais, e atualmente, conta com a presença maciça de venezuelanos que alteram o ambiente da pesquisa.

Ao longo do texto o leitor percebe que o conceito de memória foi ampliado ao longo dos anos, sendo impulsionado por Halbwachs na década de 20 e 30 ascendendo

ainda mais o debate sobre o tema. O autor é seguidor de Durkheim e então fixa conceitos sobre memória individual e memória coletiva, acreditando que a primeira é resultado da convivência com outros indivíduos ou grupos sociais.

Halbwachs recebe críticas de diversos autores, um deles é Charles Blondel, que critica a forma pela qual a memória individual era reduzida ao fenômeno coletivo. Para Blondel, o termo memória coletiva poderia ser usando de forma equivocada, por exemplo, em questões que envolvem apenas a comunicação entre os indivíduos não se caracterizando dessa forma uma memória coletiva.

Outro autor que debate com Halbwachs é Michael Pollak. Discípulo de Pierre Bourdieu, o autor chamou a atenção para o que ele considerou como sendo processos de dominação e submissão das diferentes versões e memórias. Para ele os conceitos de memória subterrânea, disputas entre memórias e o enquadramento da memória não podem ficar ausentes nessa discussão.

Outro ponto discutido nesta pesquisa foi o papel da memória na formação dos espaços urbanos. São nesses locais onde os indivíduos interagem entre si e reforçam os conceitos trazidos até o momento. Para poder pensar nas cidades hoje é necessário resgatar as suas memórias, dessa forma planejar projetos de renovação do espaço urbano para o futuro.

Com isso o objeto de estudo da pesquisa demonstra ser um exemplo disso. Em pelo menos duas feiras livres da cidade de Boa Vista/RR guardam-se a lembrança desse passado recente. A prática do garimpo fez com que as feiras do São Francisco e do Garimpeiro fossem criadas para atender a uma demanda que existia na época.

Com isso, o problema da pesquisa, que era conhecer como se deu a construção da memória social nas feiras livres na cidade de Boa Vista/RR, foi respondido através da metodologia proposta e os conceitos gerados pelos autores durante a própria pesquisa.

Na análise do problema pôde-se perceber que existem traços de memória social na formação de duas feiras livres. A Feira do Garimpeiro mantém aos domingos a mesma dinâmica de seu início, são centenas de barracas vendendo grande diversidade de produtos. Já a Feira do São Francisco mantém a sua memória social ativa por guardar na lembrança dos seus frequentadores e feirantes resquícios de sua formação.

Outro local bastante carregado de simbolismo é o Centro Comercial Caxambú. No local percebe-se a memória social presente entre os comerciantes, sendo guardadas as lembranças de quando atuavam na informalidade, espalhados pelas ruas de Boa Vista. Outra característica de memória social presente está na lembrança dos camelódromos de outros centros comerciais, como o Camelódromo no Rio de Janeiro e na Rua 25 de Março e no Brás em São Paulo.

Por outro lado, a Feira do Produtor vai na contramão do que foi estudado até aqui. O local foi criado para atender a demanda dos produtores rurais, para escoarem sua produção diretamente para a população, eliminando assim o uso de atravessadores, garantindo produtos mais frescos com preços mais competitivos.

O que pode ser percebido é que essa não foi a dinâmica observada no local, a Feira do Produtor, logo após a sua inauguração, foi tomada por atravessadores que montavam suas barracas e vendiam as mercadorias que compravam diretamente dos produtores rurais, perdendo com isso o caráter para o qual foi criada. Conclui-se, então, que o artigo em tela cumpriu com o objetivo estabelecido.

Como sugestão para futuras pesquisas é preciso estudar como será mantida a memória social presente nas feiras livres e do Centro Comercial Caxambú em Boa Vista/RR, sabendo que nesses locais existem famílias que garantem o seu sustento e ajudam na manutenção da memória desses lugares muitas vezes esquecidos por parte da população.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOA VISTA, Lei nº 402, de 12 de novembro de 1996. **Diário Oficial do Município de Boa Vista**. Boa Vista. RR. Câmara Municipal de Boa Vista. 1996.

BLOCH, M. Mémoire collective, tradition et coutume a propôs d'un livre récent. In: **Revue de Synthèse Historique**. Tome XL, Paris, 1925. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>>. Acesso em: 22/08/2020.

\_\_\_\_\_. **Apologia da História. Ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CORDEIRO, V. D. **Por Uma Sociologia da Memória: Análise e Interpretação da Teoria da Memória social de Maurice Halbwachs**. 2015. p. 167 Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

DA SILVA, F. C. T. **Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia.** Estudos Sociedade e Agricultura, 2013. Disponível em: < <https://revistaesa.com>>. Acesso em: 11 de jan. de 2021.

DAVIDE, D. MANUFATURAS E CORPORAÇÕES in ECO, Umberto. **Idade Média – Bárbaros, cristãos e muçulmanos.** Córdova: Publicações Dom Quixote, 2010.

EHRlich, S. **Aprendizagem e Memória Humanas.** Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 233.

FARIAS, M. V. A; VERAS, A. S. S; PAIXÃO, S. U. A. **Caracterização socioeconômica e espacial do subcentro comercial da avenida Ataíde Teive em Boa Vista – RR.** *Revista Textos e Debates.* Boa Vista, n. 19, p. 121-141. Jan/jun. 2013.

FILLOUX, J. C. **A Memória.** 1966, 1-134. Ed. Saber Atual.

FERREIRA, M. A. A. **Comércio Formiga Fronteiriço entre Venezuela e Brasil (2010 – 2014).** 2015. p. 187 (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista.

FOLHA WEB. **Feira é o maior polo de venda da agricultura familiar em Roraima.** Folha de Boa Vista, Roraima, 07 mai. 2018. Disponível em: <<https://folhabv.com.br>>. Acesso em: 02 de set. de 2020.

HALBWACHS, M. **A memória social.** Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010. Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LICEA, F. V. **Microcentros Urbanos. Desarrollo Urbano.** Inmobiliare, 2012. Disponível em: <<http://inmobiliare.com>>. Acessado em: 30 de nov. de 2020.

MUCCHIELLI, L. Pour une psychologie collective: l'héritage durkheimien d'Halbwachs et sa rivalité avec Blondel durant l'entre-deux-guerres. In: **Revue d'histoire des sciences humaines.** n. 1. 1999. Paris. Disponível em: <<http://www.cairn.info>> Acesso em: 22 de out. de 2019.

NASCIMENTO, C. H. C; FARIAS, M. C; FREITAS, P. R. C. Traços culturais da paisagem de Boa Vista/RR: o bairro Asa Branca e a contribuição da migração nordestina da década de 1980. **3º Colóquio Ibero Americano Paisagem Cultural, patrimônio e projeto – desafios e perspectivas.** Belo Horizonte. Set. 2014.

PENSAVENTO, S. J. **Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões Sobre a Memória e o Patrimônio Urbano** - Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio - V. II, nº4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2005.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, 5. Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, 2. Rio de Janeiro, 1989.

ROMANO, L. **Edifícios e Mercados Gaúchos: Uma arquitetura dos Sentidos**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2004.

SANTOS, M. S. **Memória social e teoria social**. Coimbra: Annablume, 2012.

SANTOS, T. M. F dos. **Um pouco da História do Mercado São Francisco**. Meu Artigo. Brasil Escola. 2019?. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br>>. Acesso em: 06 de set. de 2019.

SILVA, G.F. HALBWACHS, M. **A memória social**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013. Aedos, Porto Alegre, v. 8, n. 18, ago. 2016.

VALE, A.F. **Migração e territorialização: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista, RR**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

VIANA, N. **Memória e sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social**. Espaço Plural — Ano VI - Nº 14 - 1º Semestre de 2006. Disponível em: <[www.unioeste.br/saber](http://www.unioeste.br/saber)>. Acesso em: 12 de ago. de 2019.

WEBER, R. e PEREIRA, E. M. **Halbwachs e a Memória: Contribuições à História Cultural**. Revista Territórios e Fronteiras V.3 N.1 – Jan/Jun 2010 Programa de Pós-Graduação em História do ICHS/UFMT.

## GOVERNAMENTALIDADE E JUVENTUDES: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA DO SUL DO BRASIL

*Ráisa Lammel Canfield*<sup>23</sup>

*Livio Silva de Oliveira*<sup>24</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo compreender os processos sociais que produzem o público-alvo para os programas sociais de enfrentamento e prevenção da violência com foco nos jovens em situação de vulnerabilidade social. A unidade de análise desse texto será o Programa Oportunidades e Direito (POD), experiência do governo do estado do Rio Grande do Sul, que apresenta um recorte territorial, de classe e etário para implementação de suas ações: juventude de periferias consideradas violentas. Dessa forma, o trabalho será baseado em uma contextualização histórica da violência urbana como problema da agenda política institucional e quais tipos delitivos foram identificados como fatores de produção de insegurança e vitimização. Os conceitos teóricos para essa análise serão o de governamentalidade e de biopolítica, de Michel Foucault, para instrumentalizar a problematização sociológica na relação entre território e tipos sociais idealizados de juventude, tendo as noções de crime e de vulnerabilidade social como condutores para a formulação e implementação de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Juventudes; Crime; Território; POD.

## GOVERNMENTALITY AND YOUTH: ANALYSES OF NA EXPERIENCE FROM SOUTHERN BRAZIL

**ABSTRACT:** This article aims to understand the social processes that produce the target audience in social programs facing the confrontation and violence prevention with a focus on young people in situations of social vulnerability. The unit of analysis for this text will be the Programa Oportunidades e Direito (Opportunities and Law Program, in free translation into english), also known by the acronym in portuguese *POD*, experience of the government of the state of Rio Grande do Sul, which presents a territorial, class and age clippings for the implementation of its actions: youth from peripheral neighborhoods considered violent. In this way, the work will be based on a historical contextualization of urban violence as a problem on the institutional political agenda and which criminal types were identified as factors that produce insecurity and

---

<sup>23</sup> Licenciada em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestra e doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS-UFRGS). E-mail: [raisalammel@gmail.com](mailto:raisalammel@gmail.com).

<sup>24</sup> Doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS-UFRGS). Pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania. Pesquisador no grupo de pesquisa Questão agrária, urbana e ambiental e Observatório dos Conflitos da Cidade, da Universidade Católica de Pelotas (GEP-UCPel). Membro do Grupo de Trabalho *Violencias, Políticas de Seguridad y Resistencias*, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), período 2019-2022. E-mail: [livioxt@gmail.com](mailto:livioxt@gmail.com).

victimization. The theoretical concepts for this analysis will be that of governmentality and biopolitics, by Michel Foucault, to instrumentalize the sociological problematization in the relationship between territory and idealized social types of youth, with the notions of crime and social vulnerability as drivers for the formulation and implementation of public policies.

**Key words:** Youth; Crime; Territory; *POD*.

## INTRODUÇÃO

As transformações do conceito de violência no Brasil são indicativas para interpretar a reação social sob diferentes tipos de delitos. Iniciado o processo de redemocratização do país, a violência urbana emergiu como problema na agenda política institucional a partir da década de 1980. Apesar da violência no meio rural figurar como histórica, as demandas por segurança nas grandes cidades brasileiras apontavam para modalidades delitivas crescentes, como narcotráfico e aumento da violência letal. A sensação de insegurança produzida nesse contexto constituiu práticas e discursos antagônicos de enfrentamento à criminalidade, entre aqueles que defendiam a noção de direitos humanos e os que advogavam pela continuidade de um sistema policial mais reativo. Porém, ambos os lados tinham consenso sobre a necessidade de ações do poder público para a questão da violência urbana.

Este trabalho parte, inicialmente, de um problema social que vem crescendo desde a referida década de 1980, quando se passou sistematizar os dados sobre violências e criminalidade urbana no Brasil: diferentes tipos de violência que atingem direta e preponderantemente uma parcela específica da população jovem. Segundo o Atlas da Violência (2019), em 2017, ocorreram 65.602 homicídios no Brasil, o maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país. Deste total de óbitos, 59,1% corresponde a homicídios de homens jovens, entre 15 e 19 anos de idade, percentual que pode visualizado parcialmente na tabela abaixo:

Tabela 1: Proporção de óbitos causados por homicídios, por faixa etária

**Brasil: proporção de óbitos causados por homicídios, por faixa etária – Brasil (2017)**

Faixa etária =>	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	Total
Masculino	18,4%	59,1%	55,7%	45,1%	35,3%	23,9%	14,3%	8,2%	4,5%	2,5%	1,4%	0,8%	14,7%
Feminino	7,4%	17,4%	15,5%	12,2%	8,8%	5,2%	3,0%	1,6%	1,0%	0,5%	0,3%	0,2%	2,2%
Total	14,1%	51,8%	49,4%	38,6%	28,6%	18,2%	10,5%	5,8%	3,2%	1,7%	0,9%	0,5%	10,4%

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Os homicídios incluem agressões e intervenções legais (CID-BR-10). Não se levou em conta os óbitos com cujo sexo da vítima era ignorado. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Fonte: Atlas da Violência (FBSP; IPEA, 2019, p.6).

A parcela correspondente aos homicídios de homens jovens (59,1%) foi 8,8% maior do que o ano anterior, se compararmos aos dados correspondentes a 2016 (50,3%). Além disso, mantém-se constante a desigualdade racial quanto à vitimização por homicídio apresentados nos indicadores de violência no Brasil: do total de vítimas de homicídios, 75,5% eram indivíduos negros. Se compararmos a partir da taxa de homicídios por 100 mil habitantes, a vitimização de negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0 (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p.49).

A morte prematura de jovens (15 a 29 anos) por homicídio é um fenômeno que tem crescido no Brasil desde a década de 1980. Além da tragédia humana, os homicídios de jovens geram consequências sobre o desenvolvimento econômico e redundam em substanciais custos para o país. Conforme mostraram Cerqueira e Moura (2013), as mortes violentas de jovens custaram ao Brasil cerca de 1,5% do PIB nacional em 2010. Em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos. [...] tal quadro faz dos homicídios a principal causa de mortes entre os jovens brasileiros em 2017 (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p. 25).

Os dados acima são relevantes, pois as taxas de homicídio e mortes violentas formam a base dos indicadores nacionais e internacionais utilizados para medir a violência, principalmente por conta padronização jurídica (SCHABBACH, 2016). Complementarmente, esses dados, além de compor um retrato possível sobre a violência no Brasil, também nos ajudam a compreender aspectos do fenômeno da violência, bem como as desigualdades e os perfis das principais vítimas deste cenário: população jovem, negra e do sexo masculino.

Buscando romper com esse quadro crescente, desde que o tema da violência e juventude entrou para agenda pública, programas e políticas públicas foram criados para tentar revertê-lo e preveni-lo, mas, em grande parte, há programas carregados de

concepções que reforçam estigmas sociais, principalmente ao relacionar pobreza à violência, desestruturação familiar e territórios em situação de vulnerabilidade social (LYRA, 2013; PAULA, 2015).

A última década do século XX e os primeiros anos do XXI têm assistido ao incremento de certas ações, designadas como políticas sociais, públicas ou governamentais. Essas intervenções surgem a partir da criação de um problema social, concernente a um grupo social – a juventude –, com um comportamento avaliado como violento. Configura-se, assim, a elaboração de um problema – juventude violenta – e de atores sociais – jovens violentos – que passam a demandar intervenções, dirigidas à resolução dessa problemática. Em oposição a este ator social específico, é formulado o objetivo e o resultado das políticas públicas: a condição de cidadania da juventude (CASTRO, 2009, p.14).

Apesar de formalmente serem considerados como sujeitos de direitos, e apesar de um determinado segmento juvenil figurar como a principal vítima da violência letal no Brasil, há grupos de jovens que carregam a marca social de “juventude violenta”. Esses grupos são também vítimas de uma vulnerabilidade social<sup>25</sup> específica que os coloca em riscos dependendo da condição e acessos sociais, como frequência escolar, acesso à educação e emprego, gênero e raça, justificando, com frequência, o envolvimento em práticas infracionais como consequência de uma trajetória de privação de direitos e inserção em contextos vulneráveis.

Para entender este fenômeno, precisamos, primeiramente, compreender algumas das raízes históricas e sociais que podem explicar a situação atual em que se percebe práticas autoritárias, de brutalidade, seletividade e violência contra determinados “perfis” ou grupos de jovens, as quais são institucionalizadas através de práticas de agentes do sistema de segurança pública e sistema de justiça através da seletividade desses sistemas. Paralelamente a isso, há algumas décadas, tem havido uma expansão de poder por facções criminosas, a partir da apropriação de mecanismos de guerra em algumas de suas operações, tomando territórios, delimitando rotas nacionais e internacionais para o tráfico de drogas e empregando informalmente milhares de jovens na base de sua estrutura econômica e ilegal. Tais fatores podem ser caracterizados como resquícios do nosso histórico de escravização das populações indígenas e negras e,

---

25 Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (FBSP, Ipea). Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/indice-de-vulnerabilidade-juvenil-a-violencia-2017-desigualdade-racial-e-municipios-com-mais-de-100-mil-habitantes/>

também, pelo domínio de discursos deterministas embasados por critérios como superioridade racial do branco “europeu” que foram sendo naturalizadas e legitimadas ao longo do tempo através de diferentes formas de desigualdades sociais. Critérios estes que, apesar de refutados cientificamente, ainda hoje persistem em práticas que reproduzem o tratamento desigual a indivíduos situados “à margem do padrão dominante na sociedade”, manifestados a partir de marcadores sociais da diferença, como desigualdades territoriais, étnico raciais, de gênero, classe, etc.

Com isso, o modelo de análise sociológico a ser instrumentalizado parte de uma fundamentação teórica embasada nos estudos de Michel Foucault, com intuito de tentar compreender como as principais ações voltadas aos jovens têm sido formuladas e a partir de quais direcionamentos e ações. Para construção e contextualização do tema estudado, conceitos como dispositivo biopolítico, governamentalidade e territorialidades serão operacionalizados a fim de entender as principais tendências e problemáticas relacionadas às políticas públicas de juventudes, para, por fim, a apresentar, de forma descritiva, o universo geral de análise (PIRES, 2008) deste artigo: o Programa Oportunidade e Direitos (POD).

## GOVERNAMENTALIDADE E JUVENTUDES

Neste tópico, buscamos mobilizar uma matriz teórica que auxilie na compreensão do POD como um dispositivo biopolítico que visa atuar sobre condutas juvenis a partir de programas e políticas públicas que atuam disponibilizando procedimentos, construindo e reproduzindo discursos e práticas que impactam no meio social e, também, nas subjetividades do público-alvo. Michel Foucault definiu o dispositivo como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Os dispositivos biopolíticos operam através de “tecnologias de poder”

mobilizadas pelos Estados com o intuito de incidir sobre a vida dos sujeitos. No entanto, não correspondem, necessariamente, a ações coercitivas, mas ações normatizadas institucionalmente em que os sujeitos as aderem e as internalizam, caso haja interesse e/ou se reconheçam nelas, possuindo ingerência no que se refere ao biopoder, podendo, inclusive, subvertê-lo ou modificá-lo a partir de seus próprios sentidos de agência.

Na obra “Segurança, Território e População”, Foucault (2008) apresenta a “ciência do bem governar”, baseada em métodos pelos quais os saberes constituídos politicamente implicam na regulação de grupos populacionais, ou, no que ele chama de “governamentalidade”. A regulação dos grupos é perpassada por um conjunto de biopolíticas e saberes necessários para reforçar o poder estatal sobre as populações, tais como estatísticas para previsões e medições de ações governamentais voltadas à regulação e organização da população.

Diferentemente do efeito do poder disciplinar, o efeito da biopolítica corresponde à regulamentação de grupos de indivíduos e territórios. O processo de regulamentação se dá por meio de discursos dominantes – conceitualizado também como “poder-saber” - sobre padrões de “normalidade” ou “ideais a serem seguidos” pelas populações que sofrem a influência das biopolíticas, vinculando subjetividades a coletividades de forma complementar. Com isso, podemos entender os processos biopolíticos como formas de direcionar comportamentos considerados como normais e/ou anormais em relação às expectativas sociais para a juventude, por exemplo, como educação, trabalho, segurança, constituição de família, adesão aos valores dominantes, etc.

A noção de governamentalidade de Foucault é interessante também para a reflexão em torno do território como forma de administração, organização e categorização da segmentação espacial das cidades e de suas populações. O filósofo define três tipologias para a conceituação do território como constructo urbano: disciplina, lei e segurança. Assim, o conceito de soberania define o território, no qual uma população é administrada por meio da segurança do espaço e da disciplina sobre os corpos (FOUCAULT, 2008, p. 15-16). A gestão econômica e política de populações demarca a sua sujeição em determinado território a partir da lei, da disciplina e da segurança.

Para Foucault, a vida urbana tem como atrativo um número de liberdades para os indivíduos. Essas liberdades seriam tecnologias de controle social por meio do mundo do trabalho formal, sendo entendida pelo autor como forma de também administrar os sujeitos sociais. Nesse sentido, o território ganha conotações classificadoras para populações que seriam alvo de maior vigilância do Estado dependendo do seu grau de marginalização, demandando mecanismos de administração de crise e controle social do crime. Porém, observamos que a realidade é construída pela interação concreta entre indivíduos e grupos sociais por meio de relações assimétricas de poder.

Segundo Foucault, há dois tipos de governamentalidade: uma política e a outra econômica. A primeira é a racionalidade própria da política para a condução da vida humana pelos governos, entendida dentro da complexidade de relações sociais implicadas no corpo populacional e suas multiplicidades. No caso brasileiro, observamos a politização da raça como forma de administração populacional. A outra trata do prolongamento da vida em uma sociedade capitalista, podendo alongar a capacidade de consumo e de produção desse sistema econômico por ter dupla função. Dessa forma, o território traduz as relações de poder assimétricas pelas dimensões materiais e simbólicas da divisão social do trabalho.

Como categoria, o território alude à dimensão espacial na qual são desenvolvidas e dinamizadas interações sociais e relações de poder que podem ser simétricas e/ou assimétricas. O território não é só uma categoria geográfica, é também uma categoria sociológica no sentido que compreende o determinado espaço de interação humana. Milton Santos (2000, 2005) ressalta a importância da noção de território para a análise das interações sociais. Não é o território em si que deve ser analisado, mas o uso que fazem dele, defendendo a constante revisão histórica dessa noção pelas transformações estruturantes da sociedade contemporânea, em especial no contexto de Globalização (SANTOS, 2000, 2005). O geógrafo defende uma dialética do território, na qual o resultado pode ser a aceleração da alienação do homem e do solo, o que teria impacto nas relações de trabalho, moradia e de cidadania. Dessa forma, Santos salienta a violência estrutural das relações de poder que podem definir o espaço e dar sentido aos territórios e suas populações, indicando a situação de vulnerabilidade social de determinadas parcelas.

Assim, entendemos que esse referencial teórico pode auxiliar na compreensão dos processos de criação do Programa a ser analisado, das concepções mobilizadas sobre juventudes, sobre os jovens que participam dos projetos, seus contextos de residências, conseqüentemente, se o Programa pode funcionar também como uma função auto reguladora, que “reforça a identidade normativa dos sujeitos da experiência através da vigilância exercida sobre seu autocontrole” (MISSE, 2008, p. 14), partindo também do pressuposto de que as normas possuem caráter tanto regulatório, como produtivo. A ideia, portanto, é tentar entender quais os principais elementos que circunscrevem programas e políticas públicas que incidem sobre a vida da população jovem (ou de grupos específicos de jovens).

## **TENDÊNCIAS E PROBLEMÁTICAS EMERGENTES NAS DISCUSSÕES SOCIOLÓGICAS SOBRE JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

Segundo o Estatuto da Juventude, é considerado jovem todo indivíduo que se encontra entre os 15 e 29 anos. No entanto, em relação à juventude enquanto categoria social e sociológica, ainda há diferentes sobreposições identificadas em diferentes instituições, como por exemplo, no Estatuto da Juventude, no Estatuto da Criança e do adolescente e no Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). No primeiro, jovens são considerados os indivíduos entre 15 e 29 anos, no segundo, 12 e 18 anos incompletos são considerados como adolescentes e, no terceiro, jovens são os sujeitos entre 14 e 24 anos. Além do mais, há também diferenças entre os recortes de idade nos diferentes programas nacionais desenvolvidos para a juventude. Somado ao colocado acima, de um modo geral, o processo de institucionalização desse grupo populacional na esfera pública tem se dado de modo lento, fragmentado e imbricados por diferentes concepções e visões de mundo (KOERICH, 2018), o que amplia a necessidade de expandir o olhar analítico sobre programas voltados a jovens.

Atualmente, o grupo etário entre 15 e 29 anos corresponde a cerca de 48 milhões de jovens no Brasil e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), nunca uma geração alcançou patamares tão avançados de escolarização. No entanto, as ações públicas voltadas à juventude ainda são recentes.

No Brasil, foi a partir da década de 1990 que as pesquisas acadêmicas sobre juventude especificamente (antes eram voltadas mais à infância) passaram a adquirir maior notoriedade, o que impactou na reformulação de políticas públicas voltadas à juventude, ou, de juventudes enquanto objeto de políticas públicas. Após esse momento inicial, o próprio conceito passou a adquirir novas especificações e sobreposições ao longo do tempo.

Kerbauy (2005) afirma que as ações públicas eram principalmente voltadas ao público adolescente. Até 2005, o que havia era um “conjunto de programas desconexos e direcionados a grupos de jovens em condições semelhantes e tratados quase sempre de forma estereotipada”, ou seja, eram políticas sociais direcionadas a tipos de realidades específicas, com características compensatórias e justificadas “*pela relação estereotipada entre juventude e violência, ao crime, à exploração sexual, ou seja, da imagem do jovem como um problema*” (KERBAUY, 2005, p. 193). Kerbauy chama essa dinâmica de confusão entre políticas de juventude com institucionalidade de tipos de juventude, caracterizadas por programas de governo que possuem período de efetivação temporário justamente por estarem mais vinculadas às gestões políticas do que institucionalizadas no âmbito estatal e, mesmo que tenham impactos efetivos, se não estiverem de acordo com as ideologias políticas da gestão que sucede a que implementou o programa, não é dada continuidade nas ações.

Oficialmente, a categoria juventude foi incorporada nos instrumentos normativos da Constituição Federal somente em 2010, após a Proposta de Emenda Constitucional nº 42 (PEC da Juventude). Depois, com a Emenda Constitucional n. 65 que culminou, em 2013, na definição do Estatuto da Juventude como um instrumento capaz de regular os direitos dos jovens a partir da articulação com diferentes esferas do poder público na formulação e implementação de políticas para a juventude. Ainda no referido ano, houve a aprovação do Estatuto da Juventude, a partir do qual foi estabelecido que juventude se refere a indivíduos com idade entre 15 e 29 anos.

Dentro do processo de institucionalização da juventude, houve a influência de pesquisadores acadêmicos, organizações da sociedade civil e agentes sociais que conformaram e constituíram a concepção de juventude que temos normatizada atualmente. Contudo, esse processo não ocorreu – e ainda não ocorre - sem disputas no campo da construção e reprodução dos valores constitutivos a essa categoria (CASTRO,

2011). Ou seja, o campo de valores composto por agentes e instituições correspondente à juventude tem perpassado por concepções sobrepostas no ciclo de políticas públicas, influenciando tanto a formulação, quanto a implementação e o atendimento de base das políticas. Apesar disso, ainda hoje, percebe-se que não há bem um consenso em relação à delimitação tanto do que representa a classificação sobre juventude, para além da faixa etária que corresponde essa fase. Em diferentes programas e políticas, o público-alvo caracterizado como juventude aparece com delimitações diferentes, sobreposições de idades e justificativas diferenciadas pela sua implementação.

Sobre o campo específico de política pública de juventude (PPJ), como vimos acima, foi a partir da década de 1990, com a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que o tema da juventude/adolescência passou a ganhar maior destaque no âmbito acadêmico e também como objeto de políticas públicas (GROPPO, 2016). Entretanto, foi a partir dos anos 2000 que o tema passou a entrar na agenda de políticas públicas, com pautas voltadas principalmente a questões como violência, educação, trabalho, cultura e lazer.

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores, o tema ganhou maior notoriedade na agenda pública federal e novas políticas para juventude foram elaboradas. A primeira instituição a ser criada foi a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), em 2005, a qual teve como proposta articular intersetorialmente as ações nacionais junto a diferentes ministérios com o propósito de elaboração de uma agenda pública voltada a juventude (BRASIL, 2013). Acompanhando o movimento das principais ações institucionais iniciadas no início dos anos 2000, foi criado também o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), o qual teve por finalidade a elaboração de diretrizes voltadas à promoção de políticas públicas.

Em um estudo realizado sobre os programas federais voltados para juventude, Silva e Andrade (2009) identificaram que, até o ano de 2009, haviam 135 ações federais vinculadas a 45 programas realizados em conjunto com Ministérios ou secretarias estaduais, mas, do total das ações, apenas 19 eram específicas para o público jovem, o que levou os autores constatarem que havia, até o momento da pesquisa, fragmentações e sobreposições nas políticas federais voltadas à juventude. Dos programas analisados, o que teve maior destaque no estudo foi o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), voltado para jovens de 15 a 29 anos que estivessem fora da escola e do

mercado de trabalho. O Projovem teve caráter ao mesmo tempo assistencialista e inclusivo, buscando combinar transferência de renda, permanência escolar, oficinas socioeducativas e ação comunitária (GROPPO, 2016).

Outros programas implementados em nível nacional foram: Plano “Juventude Viva”, com o foco voltado a ações preventivas às violências sofridas pela população negra; Programa “Estação Juventude”, objetivando ampliar o acesso de jovens à tecnologias; “Observatório Participativo da Juventude”, espaço virtual voltado à produção de conhecimento sobre e para a juventude e; Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação para a Geração de Renda da Juventude Rural, com intuito de promover ações que estimulassem práticas de geração de renda agrícola e não agrícola sustentáveis (SILVA e ANDRADE, 2009).

O que essa breve revisão de literatura sobre o tema indica é que ainda existem atravessamentos políticos e sociais no campo das políticas públicas de juventude, como por exemplo a compreensão sobre juventude e sobre, seus direitos e ações construídas, as quais, muitas vezes, não têm a participação ativa de jovens em suas elaborações (CARRANO, 2011). Os atravessamentos perpassam consensos, convênios e negociações que resultam em políticas que não incluem um cruzamento de forma interseccional, abrangendo temas como classe, raça, etnia, gênero, sexualidade de forma relacional, por exemplo. Ou seja, um dos principais problemas é a falta de participação ativa dos jovens na elaboração de PPJs. Outro problema é o fato de que, em muitos casos, diferenças sociais, raciais e de gênero não são considerados, problematizadas ou mesmo relevantes no desenho das PPJs.

No campo do sistema de justiça e segurança pública, por exemplo, há contradições inerentes às formas de se conceber juventudes enquanto categoria social e objeto de políticas públicas, pois a ênfase, muitas vezes, é dada aos territórios conflagrados pela violência, onde as ações são projetadas para diminuir os índices de violência. Entretanto, a ênfase nos territórios pode reforçar estigmas de jovens moradores de periferias urbanas. Por outro lado, nas políticas de segurança há também um ideal intrínseco de que os jovens que trabalham e estudam estariam livres da “desordem ou do risco” e, por isso, há projetos voltados para educação e capacitações técnicas, o que, segundo Sá (2010, p.144), “evidencia a crença de que a violência e insegurança podem ser transpostas através de estratégias constituídas sob a égide da

participação e do acesso aos direitos sociais básicos”. Ou seja, é ainda reproduzida a crença de que essas ações trariam soluções, mas, tendo em vista o já exposto, na prática não se mostram efetivas muito por caracterizarem em ações que estão distanciadas das realidades e possibilidades dos públicos-alvo.

Ainda no que tange o campo do sistema de justiça e segurança pública, o jovem tem uma relação ambivalente com a violência: ora ele é o agressor, ora é a vítima. Durante a juventude, a agressividade pode ter um caráter positivo que habilita esse grupo social a se autonomizar e a construir um lugar no espaço social, contextualizado em um processo de convivência ou superação da violência, podendo implicar a transição para a vida adulta (TAVARES-DOS-SANTOS, 2009). Não são apenas os jovens de classes mais pobres que são vítimas e/ou autores da violência. Entretanto, a situação de vulnerabilidade social e a falta de perspectivas podem favorecer uma lógica de recrutamento para o crime dos jovens mais pobres, podendo ocasionar a criminalização coletiva a partir do processo de rotulação da parcela mais vulnerável. Esse processo produz um catálogo de suspeitos ideais de crimes, com conotações raciais e de classe, indicando um contexto de possíveis injustiças baseadas em preconceitos.

Nesse sentido, os estigmas sociais sobre uma juventude aludem à distinção entre indivíduos desacreditados e desacreditáveis. Segundo Erving Goffman, os estigmas sociais podem ser de ordem física, moral, racial e biográfica, sendo o estigmatizado é entendido como “alguém que não seja completamente humano” (GOFFMAN, 1978, p. 15). Assim, há controle sobre as informações da identidade pública do estigmatizado, sendo o desacreditado o indivíduo que o seu estigma seja evidenciado no momento da interação, e o desacreditável não é imediatamente identificado, mas há uma manipulação de seu defeito (idem. p. 51). As noções de desacreditado e de desacreditável podem ser norteadoras para problematizar a criminalização coletiva de uma juventude em situação de vulnerabilidade social e compreender o seu processo de institucionalização.

As noções de desacreditado e desacreditável podem ser transversais no que tange às ações que tem a juventude como público-alvo. A premissa do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) “à beira da criminalidade” para se referir à juventude de territórios periféricos como público-alvo do programa é significativa para problematizar o processo de estigmatização no desenvolvimento desse

tipo de ações para enfrentamento à violência e ao delito. “À beira da criminalidade” apresenta uma dimensão subjetiva e interpretativa sobre a possibilidade de enquadrar comportamentos indesejáveis como delito, podendo fazer uma simbiose entre as noções de desacreditado e desacreditável, apesar da observância do foco do PRONASCI ter sido específico: a violência letal. Nesse sentido, a perspectiva de uma parcela populacional desacreditada coletivamente, a população de territórios periféricos, pode produzir um sujeito desacreditável, o jovem de periferia.

A possibilidade de reforçar os estigmas sociais sobre a juventude periférica pode ser identificada como um dilema para os programas que tenham a juventude periférica como público-alvo. Os enunciados e a característica territorial dessas ações são indicativos para o tipo de administração e sujeição dessa parcela populacional, articulando o estigma aos argumentos teóricos de Foucault sobre o controle social do crime. A referência a Foucault também pode ser observada em algumas premissas monocausais, como a questão do trabalho formal, para a complexidade do fenômeno da criminalidade violenta entre os jovens. Esse dilema pode ser verificado mesmo em projetos de governos identificados com a defesa de direitos humanos, reproduzindo identidades sociais estigmatizadas. Porém, as ações com foco na dimensão social apresentam uma tentativa de mudança de mentalidade sobre a administração de conflitos que tangem à juventude e o enfrentamento à criminalidade nos territórios periféricos das cidades, apontando para a ambiguidade simbólica dessas ações: potencialmente inclusivas e excludentes.

Apesar dessas ambiguidades, as ações no sentido preventivo foram convertidas em tônica, mesmo em governos de distintas orientações político-ideológicas. Para além do nível federal, os estados elaboraram e desenvolveram políticas de enfrentamento à violência e à criminalidade tendo como público-alvo a juventude periférica das áreas urbanas. No caso, trabalharemos o Programa Oportunidade e Direitos, do estado do Rio Grande do Sul.

## **A CRIAÇÃO DO PROGRAMA OPORTUNIDADE E DIREITOS NO RIO GRANDE DO SUL**

O Programa Oportunidade e Direitos foi implementado em 2016, está vinculado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e surgiu com uma proposta de tentar amenizar um problema social que se apresenta cada vez mais crescente: o constante aumento dos índices de violência e criminalidade urbana (principalmente roubos e homicídios) e combater a evasão escolar com ações voltadas a jovens entre 15 a 24 anos, de ambos os gêneros.

Apesar de o recorte etário da juventude ser entre 15 e 29 anos, tal como contido no Estatuto da Juventude, e este ser um programa voltado exclusivamente para a juventude, a justificativa pelas ações serem direcionadas a jovens entre 15 e 24 anos foi definida a partir da constatação, na época em que o Programa foi elaborado (2008), que é nessa faixa etária que se encontram a maioria das vítimas de homicídios intencionais. Foram as concepções sobre violência e embasamento nas estatísticas criminais daquele ano que sustentaram a elaboração inicial do Programa.

O primeiro produto do programa foi a construção de seis Centros da Juventude, quatro deles em Porto Alegre (Lomba do Pinheiro, Cruzeiro do Sul, Restinga e Rubem Berta) um em Viamão e o outro em Alvorada, estes dois últimos municípios estão localizados na região metropolitana de Porto Alegre. Oficialmente, a escolha por esses locais ocorreu pelo fato de que nos territórios em que os CJs (Centro da Juventude) foram construídos há elevados índices de violência e criminalidade. Bairros como Lomba do Pinheiro (zona leste), Rubem Berta (zona norte) e Restinga (extremo sul) apresentam populações superiores a 30 mil habitantes, sendo que Rubem Berta e Restinga possuem entre 70 e 100 mil habitantes. Segundo Leandro Pinheiro, em entrevista concedida à Unisinos<sup>26</sup>, nos bairros citados acima - e também nos bairros Mario Quintana e Bom Jesus – é onde há os maiores índices de vulnerabilidade social e violência de Porto Alegre.

Seguindo na linha de pactos e convênios, o POD também articula a implementação do programa com Organizações da Sociedade Civil. O Programa, como um todo, é gerido pelo Estado do Rio Grande do Sul, mas a aplicação dos projetos é realizada pelos 6 Centros da Juventude citados anteriormente. Cada CJ é coordenado

---

26Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/159-noticias/entrevistas/558958-periferias-de-porto-alegre-contingente-populacional-supera-o-de-muitas-cidades-gauchas-entrevista-especial-com-leandro-pinheiro>

por Organizações da Sociedade Civil parceiras do estado. O Centro da Juventude Restinga é mantido em parceria com a Associação Beneficente Armut/Armutel; O Centro da Juventude de Viamão é gerenciado pela Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (RENAPSI); O Centro da Juventude Rubem Berta é gerenciada pela Fundação Maçonica Educacional (FME); o Centro da Juventude Cruzeiro é gerida pela Central Única das Favelas (Cufa-RS); O Centro da Juventude Alvorada é mantido em parceria do estado com a Associação São Jerônimo e; o Centro da Juventude Lomba do Pinheiro é gerido pelo CPCA (Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis).

Para além dos Centros da Juventude, há também um segundo foco de ações dentro do sistema socioeducativo, o POD Socioeducativo. As ações do POD Socioeducativo estão estruturadas em quatro eixos: 1) incentivo à Medidas de Meio Aberto; 2) Inserção social no mundo de trabalho e acompanhamento escolar de egressos; 3) Ampliação das unidades de semiliberdade e; 4) Reestruturação de medidas socioeducativas privativas de liberdade. Segundo Relatório Técnico com Avaliação de Impacto do Programa de Oportunidades e Direitos (POD) Socioeducativo<sup>27</sup>, as ações são direcionadas à reinserção social de jovens que cumpriram medida socioeducativa, buscando auxiliar na “inserção familiar, educacional, sanitária, profissional, cultural, esportiva e ocupacional do adolescente e do jovem adulto” e tem como público-alvo “jovens adultos de 12 a 21 anos, egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul” (RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 7)

Os objetivos das ações contidas no programa podem ser resumidos da seguinte maneira: redução e prevenção da violência, fortalecimento da efetividade policial, fortalecimento de ações da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) e fortalecimento do efetivo policial a partir da capacitação em cursos de Multiplicador de Polícia Comunitária e Polícia Cidadã e também em mediação de conflitos. As demais propostas direcionadas aos jovens e adolescentes que podem ser destacadas no Programa são: previsão do aumento da escolarização; formação social cidadã; prevenção social da violência; empregabilidade (vinculando jovens ao Programa Jovem Aprendiz); acesso a esporte, cultura e lazer e protagonismo juvenil, a partir da formação

---

<sup>27</sup>Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201901/14121134-relatorio-avaliacao-impacto-pod.pdf>

de jovens lideranças, chamados de multiplicadores, os quais são caracterizados como promotores de um modelo de cultura de paz e recebem bolsas para difundir o programa e apoiar a participação juvenil nos Centros (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

No que se refere às propostas no âmbito da educação e especialização técnica voltada para o mercado de trabalho, há cursos profissionalizantes, como auxiliar administrativo, informática, inglês, fotografia e audiovisual, embelezamento, panificação e culinária, barbearia e customização de roupas e corte e costura, atendimento ao cliente, manutenção de computadores, auxiliar de cozinha, atividade de empreendedorismo e inclusão digital, assistente administrativo.

No âmbito do lazer, há oficinas de esportes, arte e cultura com atividades e oficinas de stencil, música, dança, yoga, teatro, elaboração de currículo, arteterapia, capoeira, vôlei, futsal, academia, ginástica laboral. Contudo, segundo a Diretora da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, os projetos não são estáticos e podem ser reformulados, cancelados ou ser construídos de acordo com a demanda e solicitações dos jovens que participam.

No campo da segurança pública, consta também um forte componente de controle social ao prever a ampliação da capacidade policial, mais especificamente no policiamento comunitário; construção de novos Centros de Atendimento Socioeducativos (CASE); implementação de sistema de vídeo-monitoramento e de sistema de revista humanizada na FASE; aprimoramento do acompanhamento de novas técnicas e de atendimento visando a diminuição da reincidência dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas; sistema de monitoramento dos serviços de proteção dos direitos dos Jovens (Observatórios da Juventude) (RIO GRANDE DO SUL, 2018). O foco das bases móveis da Brigada Militar instaladas nos territórios (dentro do projeto de segurança cidadã), segundo os gestores entrevistados até o momento, é que os policiais atuem na prevenção, realizando visitas em comércios e residências, e coletando informações sobre as necessidades da população de cada local, além de participar de reuniões escolares e comunitárias.

No âmbito da educação, para além dos cursos profissionalizantes, há o “Projeto Escola + Paz”, que tem por objetivo promover treinamentos em justiça restaurativa para que haja círculos de construção de paz e resolução de conflitos na própria comunidade e também nas escolas em seu redor. Desde junho de 2018, mais de 500 pessoas, entre

professores e membros da comunidade escolar receberam treinamento oferecido pela AJURIS (Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul) nas escolas dos territórios do POD. A meta é formar 1,2 mil facilitadores para atuar com justiça restaurativa.

No site do Programa consta que, desde a implementação, em 2017, 6600 jovens foram atendidos e frequentaram os cursos, oficinas e atividades oferecidos nos 6 Centros das Juventudes (a meta de cada CJ é atender, no mínimo, 600 jovens por ano; 2226 concluíram algum dos cursos profissionalizantes. Por haver parcerias e relacionamentos com empresas e programas como a Lei de Aprendizagem, houve o encaminhamento de 600 jovens a empregos com carteira assinada e mais de 1000 policiais adquiriram qualificação em policiamento comunitário e na construção de cultura de paz.

A partir disto, e entendemos o POD como um dispositivo que opera sobre juventudes específicas a partir de um conjunto de ações que tem por objetivo (ou efeito) conduzir e/ou modificar possíveis condições de vida e/ou comportamentos, podemos concluir que, de forma geral, o POD segue com os principais eixos contidos nas políticas voltadas para a juventude, como educação, trabalho, cultura, lazer, protagonismo juvenil, juntamente com controle social e territorial dos territórios conflagrados pela violência. Trata-se, portanto, de eixos de atuação que já embasaram muitas iniciativas públicas voltadas para as juventudes classificadas como em situação de vulnerabilidade social.

Se, por um lado, critérios como a delimitação do público-alvo e do espaço em que as ações serão efetivadas pode favorecer a manutenção de concepções que reforçam processos de estigmatização de moradores de territórios periféricos como oriundos de locais “conflagrados pela violência”, ou “perigosos”, ao relacionar os jovens moradores desses territórios como “possível alvo para a criminalidade”, ou como um possível “envolvido com” [o crime] (MUNIZ, 2018). Por outro lado, justamente por serem territórios com diferentes vulnerabilidades, há a necessidade de ações públicas que tentam suprir carências e amenizar a constante padronização de vitimização de jovens, tendo em vista que há marcadores sociais quanto ao perfil vitimado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos, com este trabalho, problematizar acerca de ambiguidades contidas em políticas voltadas para as juventudes e, a partir disto, apresentar de forma descritiva o Programa estadual Oportunidade e Direitos (POD), a fim de verificar se as principais diretrizes se coadunam ou não com as propostas em âmbito nacional geral e como pretende atuar junto ao público e territórios que foram identificados como objetivos do programa.

De forma geral, observamos que a própria categoria de juventude foi apresentada de forma ampla e genérica nos programas públicos. Não foram identificados aspectos interseccionais que deem conta de interrelacionar variáveis como oportunidades ocupacionais e educacionais, trabalho, situação econômica moradia, se vive zona urbana ou rural, com família ou sem, etc. Por isso, as juventudes requerem um espaço social próprio que dê atenção às possíveis intersecções que o campo pode apresentar, sem deixar de considerar os diferentes grupos juvenis e formas de viver a juventude.

Ao operacionalizar os conceitos como dispositivo biopolítico, governamentalidade e territorialidades podemos refletir acerca de como os programas atuam enquanto exercícios de poder em torno da população jovem. Em nome da proteção da vida e das “oportunidades” dos jovens, o biopoder operacionalizado por meio das políticas buscam reverter situações principalmente a partir de um viés utilitarista voltado à capacitações técnicas em que se percebe um ideal de jovem “acreditado” aquele que estuda, trabalha e se qualifica, ou seja, apto a lógica da produção e do consumo, podendo indicar uma dimensão utilitarista da vida.

Além disso, quanto à territorialização, já há no histórico brasileiro, formas de classificar e hierarquizar o valor desigual dos espaços territoriais e não apenas, também das vidas que lá residem e que vivenciam diferentes tipos de situações de vulnerabilidades e, por conta disso, esses territórios tornam-se também alvos de políticas públicas materializadas através de discursos institucionais e práticas estatais. Resta-nos ainda, para além do estudo documental e bibliográfico realizado, aprofundar os estudos acerca de como os atores vinculados ao programa compreendem a juventude, os territórios e o próprio programa criado em torno deles.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 16. Julho 1990.

CARRANO, Paulo. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil** - São Paulo: Peirópolis, 2011.

CASTRO, J. P. M.. **A invenção da juventude violenta: análise da elaboração de uma política pública.** Rio de Janeiro: E-Papers: Laced/Museu Nacional, 2009.

\_\_\_\_\_. Juventude e políticas sociais. In: **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Peirópolis, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População.** Martins Fontes: São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Sobre a História da sexualidade. Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2000

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GROPPO, L. A. **Sentidos de Juventude na Sociologia e nas políticas Públicas do Brasil Contemporâneo.** *Revista de políticas Públicas.* São Luís, v. 20, n 1, p. 383-402, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5062/3119>  
Acesso em: mar. de 2019.

KERBAUY, M. T. M. **Políticas de Juventude: políticas públicas ou políticas governamentais?** Estudos de Sociologia, Araraquara, 18/19, pp. 193-203, 2005.

KOERICH, B. R. **Entre Trajetórias, desejos e (im)possibilidades: Projetos de futuro na socioeducação de meio aberto.** 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MISSE, M. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboço de uma interpretação. In: **Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações.** Michel Misse, organizador. – Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MUNIZ, J. **“Basta tá do lado” – a construção social do envolvido com o crime.** *Caderno CRH.* Salvador, V. 31, n. 82. PP. 99-116. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792018000100099&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792018000100099&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)

PAULA, Liana de. **Da “questão do menor” à garantia de direitos Discursos e**

**práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana.** *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 27-43, jan.-mar. 2015.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean et all. **A pesquisa qualitativa; enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008. pp. 154-211.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO (SPGG). **Avaliação de Impacto do Programa de Oportunidades e Direitos (POD) Socioeducativo: Relatório Técnico.** Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201901/14121134-relatorio-avaliacao-impacto-pod.pdf>

SÁ, Leonardo; DIÓGENES, Glória. Juventude e segurança pública: dissonâncias e ressonâncias. In: **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Peirópolis, 2011.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **OSAL: Observatorio Social de América Latina.** Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHABBACH, Letícia Maria. Desigualdade, pobreza e violência metropolitana. In: HEIDRICH, A. L. *et al.* (orgs.) **Estrutura e dinâmica socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul: transformações em tempos de globalização (1991-2010).** Porto Alegre: Editora Letra 1, 2016.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. **Violências e Conflitualidades.** Porto Alegre: Tomo, 2009.

## **RELAÇÕES CIVIS-MILITARES NO BRASIL: INTERPRETAÇÕES SOBRE O “PODER MODERADOR” E AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS**

*Wallace da Silva Mello*<sup>28</sup>

**RESUMO:** Fez-se uma revisão bibliográfica sobre o tema das relações civis-militares e a adaptação dessas interpretações no Brasil. Classicamente, os teóricos das relações civis-militares compreendem 4 modelos básicos de relação civis-militares: o modelo aristocrático, o liberal, o comunista e o profissional. Sobre o caso brasileiro, há uma literatura que enfatiza o papel das Forças Armadas no período republicano, sobretudo após os anos 1930, como semelhante ao “Poder Moderador” desempenhado pelo Imperador, consagrado na constituição de 1824. Segundo essa análise, setores da sociedade e os militares – sobretudo o oficialato – entendem que seu papel é agir como força estabilizadora nacional em momentos de crise institucional, política, econômica e social, balizando o jogo democrático e o funcionamento do estado democrático de direito como garante da lei em última instância. Por outro lado, outra corrente critica essa interpretação apontando seus limites. Uma das críticas à interpretação “moderadora” é que ela escamoteia a tradição antidemocrática das Forças Armadas no Brasil, funcionando como instrumento de classe e como poder desestabilizador do sistema político. Espera-se contribuir com o campo ao refletir-se sobre as tradições teóricas do campo no Brasil e, ao mesmo tempo, propondo uma agenda de pesquisas sobre formas recentes de relação civis-militares no país.

**Palavras-chave:** Forças Armadas; Moderador; Relações Civis-Militares.

## **CIVIL-MILITARY RELATIONS IN BRAZIL: INTERPRETATIONS ON “MODERATING POWER” AND BRAZILIAN ARMED FORCES**

**ABSTRACT:** A bibliographic review was made on the subject of civil-military relations and the adaptation of these interpretations in Brazil. Classically, civil-military relations theorists comprise 4 basic models of civil-military relations: the aristocratic, the liberal, the communist and the professional model. On the Brazilian case, there is a literature that emphasizes the role of the Armed Forces in the republican period, especially after the 1930s, as similar to the “Moderating Power” played by the Emperor, enshrined in the 1824 constitution. According to this analysis, sectors of society and the military - especially the official - understands that its role is to act as a national stabilizing force in moments of institutional, political, economic and social crisis, guiding the democratic game and the functioning of the democratic rule of law as guarantor of the law in the last instance. On the other hand, another current criticizes this interpretation, pointing out its limits. One of the criticisms of the “moderating” interpretation is that it conceals the anti-democratic tradition of the Armed Forces in Brazil, functioning as a class instrument and as a destabilizing power of the political

---

<sup>28</sup> Graduado em História (UNIFSJ), Especialista em Política Brasileira (UNIFSJ), Mestre em Sociologia Política (UENF), Doutorando em Sociologia Política (UENF). Professor de História (SEEDUC-RJ). E-mail: [wallace\\_sm89@hotmail.com](mailto:wallace_sm89@hotmail.com)

system. It is expected to contribute to the academically by reflecting on the theoretical traditions of the field in Brazil and, at the same time, proposing a research agenda on recent forms of civil-military relations in the country.

**Keywords:** Armed Forces; Moderating Power; Civil-Military Relations

## INTRODUÇÃO

A história do Brasil e o funcionamento e ação das Forças Armadas brasileiras estão intimamente ligadas. Mesmo durante o período do governo de Dom Pedro II, a participação política de militares foi determinante para os rumos políticos do país, como no contexto da Guerra do Paraguai (IZECKSOHN, 1997). Naquele período, a “Questão Militar” era colocada em evidência, e as insatisfações e busca por melhoria nas condições de trabalho, soldos e de reconhecimento social e político se destacavam (SCHULZ, 1994). Entretanto, com a Proclamação da República em novembro de 1889 (CASTRO, 2000) a participação dos militares nos processos políticos do país se tornou ainda mais visível e importante. A partir de então, as Forças Armadas – mais notadamente o Exército Brasileiro – foram fundamentais no desenrolar das questões políticas, econômicas e sociais no país. Durante a nascente república brasileira com os governos dos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto (HAHNER, 1975), o primeiro período Vargas, de 1930 a 1945 (FIGUEIREDO, 1979), e a ditadura militar no período de 1964 a 1985, o Brasil foi governado por governos com forte teor autoritário e castrense.

Nos mais diversos temas, os militares estiveram presentes, seja como atores sociais e históricos representando uma classe, grupo ou visão de mundo, seja como instituição que influencia autonomamente o debate público. Durante todo esse processo, as Forças Armadas foram se constituindo em importantes agentes em questões econômicas, educacionais, sociais e culturais. Segundo Castro (2012), os militares foram fundamentais na implantação do ensino de Educação Física nas escolas no Brasil ainda no contexto da primeira República. Isso, segundo o autor, estava ligado ao cuidado com a preparação da população masculina para o serviço militar obrigatório e a passagem pelas Forças Armadas. Além desta, outra questão muito importante é a relação entre as Forças Armadas e o processo de desenvolvimento econômico no Brasil na primeira metade do século XX (SAES, 2015). Mesmo no âmbito da cultura e dos

valores públicos e nacionais, a participação das Forças Armadas no Brasil é percebida, na medida em que desde antes do nascimento da república, com o movimento republicano paulista na década de 1870, o imaginário político sobre o Brasil foi influenciado pelas visões que dentro das Forças Armadas se desenvolviam, sobretudo o positivismo (CARVALHO, 1990). No contexto da Nova República, os militares estiveram presentes em diversas missões da ONU de pacificação e estabilização, sendo a mais importante a do Haiti (TARDIN, 2015) e em ações de segurança pública.

Em 2018 o ex-capitão do Exército Brasileiro Jair Bolsonaro foi eleito presidente, tendo como vice-presidente o General de Exército Hamilton Mourão. Após vários governos de civis, ele é o primeiro presidente brasileiro após a ditadura militar findada em 1985 que tem origem nas Forças Armadas e faz disso um discurso e defesa do referido regime de exceção<sup>29</sup>. Além disso, muito tem se discutido sobre os riscos do governo Jair Bolsonaro converter-se em uma ditadura e representar o fim de um regime democrático incipiente no Brasil<sup>30</sup>

Neste sentido, a compreensão das transformações sociais, econômicas, culturais e sobretudo políticas pelas quais o país passou no século XX exige que se posicione a participação dos militares nos quadros analíticos em questão. Posto de outra forma, é difícil explicar o Brasil sem se explicar como pensaram, se organizaram e agiram as Forças Armadas brasileiras. Longe de representar um juízo de valor, isso é uma constatação dado o inúmero conjunto de momentos e temas – alguns já citados – em que os militares foram importantes.

## **DOIS CLÁSSICOS DAS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES: HUNTINGTON E JANOWITZ**

No esforço de compreensão das relações entre as Forças Armadas e as sociedades, alguns trabalhos se destacaram, seja pela originalidade, seja pelo pioneirismo. Dois merecem destaques e são apresentados aqui: “o Soldado e o Estado” (HUNTINGTON, 1996[1957]) e “O Soldado Profissional” (JANOWITZ, 1967[1960]).

---

<sup>29</sup> Cf: <https://istoe.com.br/em-carta-a-onu-governo-bolsonaro-nega-golpe-em-1964/> Acessado em 13/08/2019

<sup>30</sup> Cf: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/08/bolsonaro-representa-risco-a-democracia-escreve-the-economist.shtml> Acessado em 29/08/2019.

Esses trabalhos, publicados no contexto do pós-II Guerra refletiam a preocupação com a presença das Forças Armadas num momento de ausência de conflitos estatais do porte das duas Grandes Guerras. Nesse sentido, o que fazer com os militares e como lidar com suas demandas vis-à-vis as demandas sociais eram questões que os países desenvolvidos buscavam responder.

O estudo da história militar já era conhecido e difundido, tanto nos EUA e Europa quanto no Brasil, entretanto esse novo cenário político, institucional e internacional, exigia repensar-se os modelos e as interpretações sobre a relação entre o poder militar e o poder civil. Posto de modo mais tradicional, o tema do *controle civil* entrou na agenda dos estudos políticos e sociológicos sobre as Forças Armadas.

A literatura da área, por influência do trabalho de Samuel Huntington, (1957) privilegia a análise, busca e mensuração do controle civil objetivo sobre os militares, compreendendo-se controle civil como o grau de lealdade que o Estado, através de suas elites políticas, obtém dos militares: o Estado é legal e legitimamente reconhecido como fonte das diretrizes políticas, os militares são autônomos (a partir da direção política) nas atividades inerentes à sua profissão, bem como exclusivos no que se refere à proposição de assuntos estritamente militares, e entende-se profissionalização como o preparo para a guerra e obediência às diretrizes estatais (HUNTINGTON, 1957). (COSTA, 2017, p. 46).

Além do referido elemento de controle civil, surge nos estudos sobre Forças Armadas e sociedade no contexto pós-II Guerra um segundo tema importante que o da *profissionalização* dos militares. O tema será desenvolvido alguns parágrafos abaixo.

Associado ao tema do *controle civil* e profissionalização, um segundo desenvolvimento teórico e temático exigiu uma reorganização do campo dos estudos militares: a percepção das Forças Armadas como uma burocracia constituída por grupos e setores diferentes, que longe de se comportarem como um bloco monolítico e acéfalo, possuíam especificidades e elementos constitutivos próprios que tornavam o estudo de seu funcionamento válido.

A profissão militar não é um grupo monolítico de poder. Suas fileiras acham-se cindidas por uma profunda divergência relativa à sua doutrina e aos seus pontos de vista sobre relações internacionais, uma cisão que reflete desacordos civis. Pelo contrário, a profissão e a instituição militares, ajustam-se antes ao modelo de um grupo de pressão governamental mas possuidor de

um forte conflito interno de interesses. É um grupo de pressão muito especial, devido aos seus imensos recursos e aos seus graves problemas de segurança nacional. As forças armadas acumularam um considerável poder, e esse poder projeta-se no emaranhado político da sociedade contemporânea. Não podia ser de outra maneira. Contudo, conquanto não relutem absolutamente em fazer pressão visando a maiores orçamentos, as forças armadas exercem sua influência nos assuntos políticos com considerável contenção e constrangimento. O controle civil dos assuntos militares continua intacto e, como conceito, fundamentalmente aceitável pelas forças armadas; qualquer desequilíbrio nas contribuições militares a questões político-militares – internas ou internacionais – é por conseguinte, frequentemente resultado de omissão por parte da liderança política civil. (JANOWITZ, 1967, 8).

A preocupação de Janowitz é problematizar a questão do controle civil, mas ao mesmo tempo, ele propõe pensar as Forças Armadas para além dos preconceitos e estereótipos depreciativos de antes – um grupo monolítico, sem divergências internas. Nesse sentido, transparece no seu texto a questão da atualidade da reflexão sobre o poder das Forças Armadas e da relação entre o poder civil e o poder militar.

## A CONTRIBUIÇÃO DE SAMUEL HUNTINGTON

Samuel Huntington – nascido em 1927 e falecido em 2008 – foi um proeminente cientista político estadunidense responsável por uma grande quantidade de artigos e livros que versavam sobre as questões políticas do seu tempo, tais como a modernização e democratização ao redor do mundo, os conflitos políticos e sobretudo as relações civis-militares. Dentre suas publicações, destaca-se o livro “O Soldado e o Estado”, publicado em 1957 e dedicado ao último dos temas acima referidos. Nesse livro, Huntington propõe uma reflexão histórica e teórica sobre a relação entre o poder civil e o poder militar, isto é, entre os agentes civis e militares numa sociedade e estado. O argumento central de Huntington é o de que “a variável decisiva para que se alcance o assim chamado controle civil objetivo é a profissionalização, ou militarização do militar” (COSTA, 2014, p. 15). A questão apresentada pelo autor da profissionalização, é importante tanto no que se refere à estabilidade democrática quanto ao aumento da segurança. Huntington elabora um complexo arcabouço descritivo e analítico sobre os diferentes tipos de relações civis-militares. Segundo Huntington as variações de controle civil podem ser: a) controle civil subjetivo; b) controle civil por instituição

governamental; c) controle civil por classe social; d) controle civil por forma constitucional; e, por fim o último dos modelos e) controle civil objetivo (HUNTINGTON, 1997). Cada uma dessas formas de controle possuem um tipo de relação entre as Forças Armadas e a sociedade, também algumas vantagens e desvantagens. De acordo com o autor a forma mais adequada a garantir o controle civil por meio da maximização da profissionalização militar.

No sentido objetivo, controle civil é a maximização do profissionalismo militar. Mais precisamente, é aquela distribuição de poder político entre grupos militares e civis, distribuição que conduz ao aparecimento de atitudes e comportamentos profissionais entre a oficialidade. O controle civil objetivo, opõe-se diretamente a controle civil subjetivo. O controle civil subjetivo atinge seu fim ao tornar civis os militares, fazendo deles espelho do Estado. O controle civil objetivo atinge seu fim ao militarizar os militares, tornando-os instrumentos do Estado. [...] A essência do controle civil objetivo é o reconhecimento do profissionalismo militar autônomo; a essência do controle civil subjetivo é a negação de uma esfera militar independente. (HUNTINGTON, 1997, p. 102).

Huntington empreende uma análise em que dá destaque á preparação para a guerra, isto é à especialização do militar no ofício da guerra. Esse processo de profissionalização tem como consequência um afastamento dos temas políticos contemporâneos, na medida em que se confere à estrutura militar uma autonomia maior para operacionalizar sua função precípua, isto é: a guerra.

A profissionalização compreende o conjunto de atividades, cursos, treinamentos, que visam especializar o militar na condução da guerra, na perfeita administração e operação dos recursos de violência monopolizados pelo Estado. À primeira vista pode parecer uma obviedade assim considerar a profissionalização militar. Entretanto, se for levada em consideração a intimidade entre as Forças Armadas e a própria formação dos Estados modernos, percebe-se claramente como o elemento central para a imposição de uma dada ordem coordenada por uma autoridade central é a aplicação da força física: muito do que se compreende como a luta dos reis para impor sua autoridade passa pelo processo de legitimação do exercício da força física por uma única instituição. As Forças Armadas, bem se vê, detém poder suficiente para encurralar a autoridade central. A profissionalização pretende resolver esse problema: como fazer com que uma instituição criada para instrumentalizar a força não se volte contra o próprio Estado. A resposta de Huntington é a profissionalização. (COSTA, 2014, p. 16).

Na medida em que se profissionaliza, o militar estaria mais apto a garantir a segurança e outros valores sociais importantes numa dada sociedade, pelo fato de que essa autonomia da estrutura militar estaria subordinada ao poder civil configurado pela lei.

Em que pese o fato desse trabalho ser um clássico com mais de 60 anos de publicação, em que pese também o fato do modelo analítico proposto por Huntington possuir vários problemas de efetivação – como por exemplo a necessidade de um certo grau de estabilidade democrática para a efetividade prática da teoria – e um certo grau mesmo de reducionismo das experiências de relação civil-militares ao redor do mundo, importa refletir sobre como Huntington conceitua a melhor relação entre o poder civil e os militares a partir da retirada dos militares do cenário político público e sua afirmação profissional para a guerra.

## A CONTRIBUIÇÃO DE MORRIS JANOWITZ

Morris Janowitz foi um sociólogo estadunidense que nasceu em 1909 e faleceu em 1988. Tendo publicado e pesquisado sobre Sociologia Histórica, questões urbanas e, sobretudo, relações civis-militares. Sobre esse tema, o grande livro de Janowitz é “O Soldado Profissional” de 1960 – três anos após a publicação do livro de Huntington. Assim como ele, em sua análise Janowitz.

destaca que a questão do profissional militar, tratado como um especialista, é recente na história, um processo iniciado na Segunda Guerra e aprofundado durante a Guerra Fria. Isso porque, como já destacado, o desenvolvimento das tecnologias bélicas a partir da corrida armamentista aliado ao processo político que envolveu a Guerra Fria, impulsionou a necessidade de uma especificidade maior do profissional militar. (GARCIA, 2018, p. 7-8).

Um ponto importante da contribuição de Morris Janowitz ao estudo das relações civis-militares é o fato de sua perspectiva se aproximar muito dos estudos sociológicos da “Sociologia das Instituições”, isto é, Janowitz elabora uma análise que dá conta não apenas dos fatores políticos e da relação entre os militares e o setor civil, mas busca demonstrar a originalidade das questões militares frente às questões civis, ou seja, há toda uma dimensão interna às Forças Armadas enquanto instituição que é importante ser levada em consideração na análise sobre o papel dos militares na sociedade.

A profissão militar é mais do que uma ocupação: é todo um estilo de vida. O oficial faz parte de uma comunidade cujas exigências sobre sua existência diária transcendem seus deveres oficiais. [...] A missão fatal da guerra tem exigido que o oficial esteja preparado para abandonar sua rotina e seus compromissos pessoais de um momento para outro. Isto é óbvio e prosaico. Contudo, um pouco menos explícito é o fato de que qualquer profissão que se preocupe continuamente com a ameaça de perigo requer uma forte senso de solidariedade para que possa funcionar com eficiência. A regulamentação minuciosa do estilo de vida militar tem o fim de realçar a coesão grupal, a lealdade profissional e manter o espírito marcial. Em boa medida, a doutrinação militar tem sido eficiente devido à comunidade relativamente fechada em que os militares tem vivido. Por sua vez, o estilo de vida da comunidade militar contribui para a auto-confiança e auto-consciência da elite militar. (JANOWITZ, 1967, p. 175).

A atenção do autor gira em torno, também das questões organizacionais dos militares, o que dá um caráter novo e complexifica as relações com os setores civis, sobretudo o Estado. A profissionalização cria, constrói subjetividades que, por sua vez, também impactam nas questões públicas e políticas dentro e fora das Forças Armadas. Compreender o papel ativo das idiossincrasias da caserna é fundamental na delimitação dos tipos e formas de relações civis-militares de um dado país. O comportamento dos indivíduos é transformado a partir de um conjunto de atividades que acabam por construir um conjunto de lealdades e de solidariedade. Ao se refletir sobre as relações civis-militares, mais do que atentar para as questões políticas sobre as Forças Armadas, é importante se considerar também o caráter organizacional que influencia e orienta o comportamento da instituição.

Morris Janowitz (1960) reforça que, além das características que garantem a especialidade do oficial militar, as Forças Armadas só conseguem existir e coexistir com a sociedade civil, se reservarem os preceitos da hierarquia, disciplina e obediência. Esses três elementos garantiriam, segundo o autor, a institucionalidade das Forças Armadas, pois faria com que a correlação de forças fosse equilibrada, uma vez que os civis não possuem acesso às armas. A noção de “equilíbrio de poder” é usada pelos dois autores, em sentidos semelhantes. Ambos demonstram que os militares constituem um poder independente à sociedade (CARCIA, 2018, p. 8).

Esse processo de construção de solidariedade se desenvolve sobretudo a partir das atividades baseadas na Hierarquia, na Disciplina e Obediência. Para o bem

funcionamento e bom desenvolvimento da tropa visando o exercício da guerra, ou nos termos weberianos do “monopólio legítimo do exercício da força física”, a profissionalização será tão mais efetivada quanto maior foi o grau de hierarquização, obediência e disciplinarização dos militares. Essa pode ser vista como uma das grandes contribuições de Janowitz para o estudo das relações civis-militares, qual seja a de apresentar um quadro analítico complementar – em certo sentido – à Huntington em que os elementos sociológicos da estrutura organizacional militar surgem e ganham força.

No Brasil, um trabalho importante sobre as relações civis-militares e que caminhou metodológica e conceitualmente em sentido semelhante, ainda que não idêntico, foi o de Edmundo Campos Coelho “Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira (2000[1976])”. Partindo das discussões sobre o funcionamento das Forças Armadas como instituições, isto é, também a partir de uma perspectiva organizacional, Coelho (2000)

O enfoque utilizado é o organizacional. Apesar da variedade de interesses e orientações teóricas e metodológicas cobertas pela teoria organizacional, sua característica distintiva consiste em tomar a organização, e não o sistema inclusivo ou partes dele, como a unidade de análise. Está ênfase na organização não exclui a questão das relações com a organização, por um lado, e seu contexto ambiental, por outro. Pelo contrário, por que formas uma organização se relaciona com o seu ambiente externo e como se influenciam mutuamente são questões que constituem o núcleo da análise. (COELHO, 2000, p. 42).

A perspectiva que Coelho (2000) utiliza enfatiza o papel da solidariedade, da disciplina e dos valores castrenses na relação estabelecida, sobretudo pós-1930 entre os setores militares e civis no Brasil. Essa análise considera os elementos históricos e organizacional das Forças Armadas. Sendo assim, segundo a análise do professor Frederico Costa “A perspectiva de Coelho (2000) apresenta as Forças Armadas como uma organização que enxerga a si mesma como detentora do poder de excepcionalidade constitucional e instituição adequada para disciplinar a caótica sociedade brasileira”. (2013, p. 47).

Segundo Coelho (2000) os militares no Brasil queixam-se de um fenômeno histórico desagradável: “a dupla orfandade”

Primeiro a orfandade funcional [...] Creem firmemente que a sociedade e sua elite política não lhes tem qualquer apreço, considerando-se perfeitamente dispensáveis no que tem como sua destinação precípua, a função clássica de defesa nacional. [...] a isso soma-se o sentimento de orfandade institucional – a convicção de que não há quem os ouça, se interesse pelas questões que lhes são caras, quem advogue a favor de seus pleitos. (COELHO, 2000, p. 19).

Dado que os militares carecem de apoio institucional e de uma estrutura funcional clara, sobretudo no contexto republicano, segundo essa leitura, os militares buscariam um papel institucional e funcional que legitimasse sua existência enquanto organização. Isso, por si só, não justifica o conjunto de ações e participações em movimentos políticos e sociais no Brasil ao longo do século XX, mas nos ajuda a compreender de que modo se estrutura uma reflexão que permite a participação dos militares na política brasileira.

## **AS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES NO BRASIL: O PADRÃO MODERADOR DE ALFRED STEPAN**

Alfred Stepan, nascido em 1936 e falecido em 2017, foi um cientista político e professor universitário de grande importância no estudos dos movimentos e processos políticos no século XX, sobretudo sobre as questões ligadas ao binômio democracia-autoritarismo. Grande parte de seus escritos focam na análise de regimes autocráticos ou não democráticos e na análise sobre burocracias e poder estatal. Destacam-se em seus escritos também, uma atenção especial ao fenômeno das relações civis-militares. Nesse campo, Stepan escreveu o livro “Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida política brasileira” (1975[1971]).

Stepan inova ao apresentar os padrões de relação civil-militar existentes – modelos que representam as melhores condições e controle civil sobre os militares – mas propor uma adaptação e um novo padrão para as relações civis-militares brasileiras. Na verdade, poder-se-ia afirmar que Stepan inova ao pensar a aplicabilidade dos modelos eurocêntricos e estadunidenses à realidade latino-americana. Se trata não apenas de uma projeção de modelos elaborados sobre outras sociedades para os países

na América do Sul e Central, mas também de um certo grau de adaptação dessas teorias à história e a trajetória política e social dos países e questão.

Segundo ele, haveria, pelo menos quatro modelos básicos: o modelo aristocrático, o modelo liberal, o modelo comunista e o modelo profissional (STEPAN, 1975, 46-47). Cada um desses modelos possui uma historicidade e um conjunto de características próprio. No modelo aristocrático, há uma congruência grande entre a elite aristocrática e a elite militar. Nesse sentido, o oficialato militar é formado por aristocratas que conservam seu prestígio e riqueza e apoiam o governo aristocrata. No modelo liberal, o papel dos militares é muito reduzido, sobretudo a momentos de guerra, e rapidamente desmobilizados na medida em que se teria, teoricamente, uma sociedade civil forte e instituições fortes que possam enfrentar as ameaças à segurança. Os exemplos citados por Stepan são a Suíça e os EUA no século XIX. O terceiro modelo seria o comunista, o ideal liberal do militar apolítico é abandonado em razão de uma vinculação forte entre os militares e a sociedade. Nesse sentido,

consegue-se essa integração “através da politização do soldado profissional, que não mais é tratado como um expert, mas age também como membro do partido comunista e através deste participa das decisões políticas, não como soldado, mas como cidadão politicamente ativo” (STEPAN, 1975, p. 48).

O último modelo apresentado por Stepan é o profissional. A concepção apresentada por Stepan de profissionalismo é muito próxima à de Huntington, na medida em que enfatiza que

Consegue-se o controle civil “não porque os grupos militares partilham valores sociais e ideologias políticas da sociedade, mas porque são indiferentes a tais valores e a tais ideologias. Os líderes militares obedecem ao governo não porque concordem com suas políticas mas simplesmente porque é sua obrigação obedecer. (STEPAN, 1975, p. 48).

Retomando Huntington, há uma posição de que o aumento da distância entre os militares e a política e o debate político é saudável para o exercício do controle civil.

Existe controle civil subjetivo numa grande variedade de formas, mas controle civil objetivo só existe numa única forma. A antítese de controle

civil objetivo é a participação do militar na política: o controle civil diminui à medida que os militares se envolvem progressivamente em política institucional, classista e constitucional. Por outro lado, controle civil subjetivo pressupõe esse envolvimento. (HUNTINGTON, 1997, p. 102).

Após apresentar esses quatro modelos supracitados, Stepan propõe um novo modelo para se pensar a relação civil-militar no Brasil: o padrão moderador. Partindo de uma releitura do Poder Moderador durante o período do Império Brasileiro, Stepan interpreta, em países sul-americanos, uma situação tal onde as instituições políticas são fracas e o poder das elites e grupos políticos (dentro e fora do governo) são fortes, haveria uma tendência a cooptação dos militares para a ação em movimentos políticos e sociais. “Nesse tipo de sociedade, os militares também são politizados e todos os grupos tentam cooptá-los para aumentar sua força política” (STEPAN, 1975, p. 49).

Haveria uma certa correção na teoria das relações civis-militares na medida em que aquilo que é visto como o desviante ou o equívoco em outras interpretações, aqui, no modelo moderador funciona como sendo um pressuposto teórico afinado à “dependência da trajetória” (*path dependence*).

Em tal modelo de relações entre civis e militares, estes são chamados repetidas vezes para agir como moderadores da atividade política, mas lhes é negado sistematicamente o direito de tentar dirigir quaisquer mudança dentro do sistema político. Longe de se constituírem nos “construtores da nação” ou nos “reformadores”, como são encarados em alguns países, no modelo moderador os militares tem uma tarefa que consiste essencialmente na atividade conservadora de manutenção do sistema. O papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do chefe do executivo, e à transferência do poder político para grupos alternativos civis. A aceitação desse papel pelos militares está condicionada à sua aceitação de legitimidade e de praticabilidade das formas políticas parlamentares, bem como à constatação, por parte destes militares, de que possuem, em comparação com os civis, uma capacidade relativamente reduzida de governar. (STEPAN, 1975, p. 50).

Sobretudo entre os anos de 1945 a 1964, mas podendo ser aplicado a outros contextos pregressos, Stepan busca explicar o padrão de interferência e participação dos militares nos processos políticos do Brasil no contexto. O cenário muda em 1964, pois com o Golpe de 01 de abril, os militares abandonam – a princípio – o padrão de intervenções momentâneas e assumem as rédeas do processo político, tutelando o sistema político brasileiro e a própria dinâmica civil-militar.

Nesse sistema, os militares funcionariam como uma espécie de guarda pretoriana. Segundo Costa “A perspectiva moderadora, enfatizando o caráter pretoriano da sociedade brasileira, acentua a intensa politização das relações sociais no Brasil *versus* a baixa institucionalidade verificada, incapaz de lidar com as tensões sociais e políticas de um país em efervescência (no mínimo até 1964)” (2013, p. 47).

A importância do conceito de padrão moderador aponta para a possibilidade de constituição de uma força política relevante – como o são as Forças Armadas – que possuiria um direcionamento doutrinário de certa ingerência em temas políticos e sociais e de quem, em certa medida, depende a estabilidade política do país.

## **A CRITICA DE JOÃO QUARTIM DE MOARES: O MITO DO PODER MODERADOR**

João Quartim de Moraes é professor da Universidade Estadual de Campinas. Graduado em Ciências Sociais e Jurídicas e também em Filosofia, doutorou-se em filosofia, publicando, estudando, lecionando e pesquisando sobre diversos temas caros às Ciências Sociais, sobretudo os temas ligados ao estudo dos marxismos – diferentes concepções – e também da política brasileira. Dentre as diversas contribuições dados por esse autor, destaca-se o diálogo com a literatura sobre as relações civis-militares no Brasil e o papel dos militares na política brasileira. Publicado em 1985, “Alfred Stepan e o mito do poder moderador” é um texto duro, crítico e muito profundo em que Moraes discute a aplicabilidade e viabilidade teórica, metodológica e empírica do conceito de poder moderador para interpretar a participação dos militares na política no Brasil e o modelo de relação civil-militar – se é que há um modelo. Dado o espaço reduzido, aqui apenas serão apontados alguns pontos da crítica feita por Moraes.

A crítica construída por Quartim de Moraes se assenta na confusão epistemológica de Stepan, ao mesmo tempo de indeterminabilidade histórica.

O exame pormenorizado das demais proposições que compõe o “modelo moderador” nos levaria a constatar a mesma ambiguidade, a mesma indeterminabilidade histórica. Embora algumas dessas proposições seja à primeira vista menos imprecisa (a proposição nº 5, por exemplo é verificável: “existe uma crença firme entre as elites civis e militares de que, embora seja legítima para estes a intervenção no processo político e no

exercício temporário do poder, é ilegítimo que assumam a direção do sistema político por longos períodos de tempo”), padecem todas da mesma ambiguidade epistemológica. (MORAES, 2001, p. 62).

No que se refere à historiografia política e a participação militar na Primeira República, Moraes (2001) endossa a posição de Carvalho (2019b) de que as Forças Armadas brasileiras funcionaram na Primeira República como um poder desestabilizador, isto é, longe de representar um elemento de estabilidade do regime político, os militares e sua participação política agiram como elementos de agitação do sistema político. Segundo Moraes, Carvalho (2019b).

apoiando-se em documentação historiograficamente mais rica e rigorosamente controla, caracteriza as intervenções militares durante a I República como um poder desestabilizador. Essa interpretação, frontalmente oposta à de Stepan, já que “moderar”, “compor” significam estabilizar, confirma nossa hipótese sobre as condições institucionais da hegemonia da “aliança do café [...]” (MORAES, 2001, p.71).

Além disso, Moraes elabora uma crítica ao próprio uso indevido da analogia do Poder Moderador no período do Império. Há uma dissonância entre o exercício do poder moderador por um indivíduo – Dom Pedro II – e a aplicabilidade a uma organização complexa e bastante heterogênea como os militares, mormente o Exército.

Quanto ao poder real, neutro ou moderador, introduzido no século XIX por Benjamin Constant, o fato de ter sido invocado, com finalidades apologético-doutrinárias, para justificar o intervencionismo militar em nosso país, a partir de duvidosa analogia entre o poder do Imperador e o dos militares na República, constitui uma dupla mistificação, do ponto de vista do ideário liberal-democrático no qual pretendem se situar seus apologistas e doutrinários. Em seu sentido próprio, não passa de um elenco juridicamente desconexo de atribuições discricionárias outorgadas a um Imperador que, sem chegar a ser um monarca absoluto (Pedro I bem que o tentou, mas sem sucesso), tampouco pode ser considerado como um monarca constitucional no sentido inglês do termo. Em seu sentido figurado (o "poder moderador dos militares") a mistificação é ainda mais tosca sobretudo quando, como ocorre no conhecido *The Military in Politics*, de Alfred Stepan, vem revestida de uma roupagem científica. O "poder mantenedor" das Forças Armadas não passa um enxerto autocrático no corpo constitucional liberal. [...]A Constituição liberal de 1946 restabeleceu, com a separação dos poderes, o caráter estritamente militar do "poder mantenedor", retornando, portanto, ao tradicional hibridismo institucional de nossa história republicana: um Estado liberal militarmente tutelado. (MORAES, 1989, p. 71-72).

A perspectiva de Moraes indica claramente uma visão sobre o Poder Moderador como um subterfúgio teórico, tanto antes como agora, de legitimação do status quo de participação e tutela militar do jogo político democrático.

Nesse sentido, a crítica de Moraes se aproxima do comentário de José Murilo de Carvalho (2019a) sobre a participação dos militares no contexto atual do Brasil.

Cria-se, desse modo, um círculo vicioso: as Forças Armadas intervêm em nome de garantia da estabilidade do sistema político; as intervenções, por sua vez, dificultam a consolidação das práticas democráticas. Estamos presos nessa armadilha e não conseguiremos escapar dela se não construirmos uma economia forte, uma democracia incluyente e uma República efetiva. Não o conseguimos em duzentos anos de vida independente, e o tempo joga contra nós. (CARVALHO, 2019a, p. 25).

A análise de Carvalho (2019a) sobre o caráter cíclico de instabilidade política e de intervencionismo militar na política nacional ganhou um novo cenário com a entrada de militares em diversos postos da administração pública a partir da posse de Jair Bolsonaro. Esse processo não se inicia com Bolsonaro, mas ganha contornos de política de governo clara a entrada e o uso de militares em postos estratégicos nas mais variadas funções.

Ainda é cedo para elaborar conclusões definitivas, o processo está ocorrendo enquanto estas palavras são escritas, mas não se pode prescindir da análise e consideração sobre o papel dos militares na política, tanto do passado quanto da atualidade.

## À GUIA DE UMA CONCLUSÃO

Buscou-se nesse pequeno texto demonstrar a importância de uma tradição literária sociológica, política e histórica no Brasil sobre a participação dos militares na política. Muito longe de esgotar o tema, apontou-se para algumas teorias e interpretações clássicas e importantes, algumas de suas incongruências, mormente do uso do conceito de Poder Moderador. A seleção de trabalhos não foi completa, e nem

poderia: o campo, apesar de relativamente pequeno, já conta com diversos trabalhos e uma certa consolidação que dificulta explorar na totalidade todos os trabalhos.

O ponto fundamental, para encerrar o trabalho, é demonstrar que a presença dos militares na política no Brasil, sobretudo num momento em que o país é presidido por um militar, exige criatividade conceitual e analítica e dedicação nas leituras e estudo dos clássicos para a melhor compreensão dos desafios e questões que a conjuntura apresenta.

Os trabalhos cotejados aqui, longe de encerrar o tema, podem permitir reflexões, atualizações, críticas e correções teóricas, metodológicas e empíricas – sobretudo à luz dos novos achados historiográficos e metodológicos – que podem ser fundamentais na compreensão dos temas políticos e na construção de uma democracia mais forte, inclusiva e numa República e um espírito republicano no país, de fato.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo. Uma República tutelada. In: CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 1ª edição, 2019a.

CARVALHO, José Murilo. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 1ª edição, 2019b.

CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e política, 1930-45. In: CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 1ª edição, 2019.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

COSTA, Frederico Carlos de Sá. **As Forças Armadas, a Fundação e Manutenção da Ordem: uma relação estéril**. *Perspectivas*, São Paulo, v. 44, p. 41-59, jul./dez. 2013.

COSTA, Frederico Carlos de Sá. **A relação civil-militar e os estudos estratégicos**. *Revista Teoria e Sociedade*. Número 22 Volume: 1 - janeiro-junho de 2014.

COSTA, Frederico Carlos de Sá. **Subsídios para o estudo da Teoria Política das relações entre civis e militares.** *Revista HOPLOS*, Vol. 1, Número 1. Rio de Janeiro. 2017.

FERREIRA, Oliveiros. **Vida e morte do partido fardado.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. (série Livre Pensar).

FIGUEIREDO, Eurico de Lima (coord.). **Os militares e a Revolução de 30.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GARCIA, Felipe Ramos. A Formação Militar Profissional: Uma leitura A partir das obras de Morris Janowitz e Samuel Huntington. **Trabalho apresentado no 10 Encontro Nacional Da Associação Brasileira dos Estudos de Defesa.** Setembro de 2018. Disponível em:

<[https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535669209\\_ARQUIVO\\_Enabed2018-Artigo.pdf](https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535669209_ARQUIVO_Enabed2018-Artigo.pdf)>.

GÓES MONTEIRO, General Pedro Aurélio de. **A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército.** Adersen Editores, s/d.

HAHNER, June. **As Relações entre Civis e Militares no Brasil: 1889-1898.** São Paulo: Pioneira, 1975.

HAYES, Robert A. **Nação Armada: a Mística Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1991.

HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

IZECKSOHN, Vitor. **O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional: um estudo social e político.** Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

MORAES, João Quartim de. **O poder Constituinte e a força.** *Revista Estudos Avançados*. Vol.3 N°7, São Paulo Sep./Dec. 1989.

MORAES, João Quartim de. Alfred Stepan e o mito do poder moderador. In: MORAES, João Quartim de. **Liberalismo e Ditadura no Cone Sul.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **O desenvolvimento brasileiro segundo a visão militar, 1880-1945.** Curitiba: Editora Prismas, 2015.

SCHULZ, John. **O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1850-1894.** São Paulo: EDUSP, 1994.

STEPAN, Alfred. **Os militares na Política**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

TARDIN, Elaine Borges. **O Exército brasileiro no Haiti**: a reconstrução de uma imagem manchada pela ditadura militar. Curitiba, Appris, 2015.

## DIRETRIZES PARA AUTORES

**Artigos e ensaios:** Os textos devem ser inéditos. Título (máximo 15 palavras), Resumo, Resumen e Abstract (máximo de 200 palavras), e três palavras-chaves (palabras-claves, key-words). Limite mínimo de 8 páginas e máximo de 15 páginas, incluídas as referências. Não serão publicados artigos e ensaios que excedam esse limite.

**Resenhas:** De livros editados nos dois últimos anos a contar da data de publicação do mesmo. Devem indicar a referência bibliográfica do trabalho resenhado. Não devem ultrapassar 2.400 palavras. Não serão publicadas resenhas que excedam esse limite.

**Entrevistas:** Devem apresentar o(s) nome(s) do(s) entrevistado(s) e entrevistador(es). Devem trazer também uma apresentação de, no máximo, 400 palavras. Solicitamos também o envio da autorização do(s) entrevistado(s), concordando com a publicação do trabalho. As entrevistas não devem exceder 15 páginas, incluindo as notas e as referências.

## Normas para tabulação

Todos os artigos devem ser submetidos em formato DOC ou DOCX. A página deve, obrigatoriamente, estar configurada com margens de 2cm e espaçamento 1,5 entrelinhas. Quanto à fonte, deve se utilizar Times New Roman, tamanho 12.

Os trabalhos deverão ser submetidos ao portal da revista no endereço eletrônico <http://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas>. É necessário que os autores se cadastrem no sistema antes de submeter um artigo; caso já tenha sido cadastrado ou publicado anteriormente basta acessar o sistema e iniciar o processo de submissão.

### As produções devem obedecer às seguintes orientações:

Os manuscritos devem ser anexados sem quaisquer informações que permitam identificar seus autores, tais como: nome e informações institucionais, agradecimentos, vinculação do artigo a projetos de pesquisa, ou a instituições universitárias. Contudo, estes dados devem ser corretamente informados no cadastro online dos usuários. As dúvidas a este respeito devem ser enviadas para [revistaalamedas@gmail.com](mailto:revistaalamedas@gmail.com).

**Título do trabalho** - no topo da primeira página, escrito em caixa alta e centralizado. Havendo subtítulo, colocar na linha imediatamente abaixo do título, centralizado e em espaço simples.

**Resumos** - Os resumos devem apresentar o objetivo, as principais hipóteses, a metodologia empregada e as principais conclusões apresentadas no artigo. A formatação do resumo deve utilizar fonte Times New Roman tamanho 12 e espaçamento simples. Pede-se no mínimo 3 e no máximo 5 palavras-chave.

**Quadros, mapas, tabelas, imagens etc.** - Eventuais ilustrações e tabelas (com suas respectivas legendas) já devem estar situadas nos locais corretos. No caso das fotografias, devem estar digitalizadas com resolução acima de 300dpi, formato JPG e acompanhadas com os dados do autor/fonte e ano de produção.

**Notas** - As notas devem constar no final, eliminando-se os recursos das notas de rodapé. Notas finais devem ser curtas e só serão publicadas se forem essenciais para a compreensão de ideias e conceitos-chave.

**Obs.: Não colocar as referências em notas.**

### Normas para as citações e referências bibliográficas

Todos os títulos e documentos citados deverão ser apresentados ao final do artigo, com o título Bibliografia. As citações em língua estrangeira deverão ser traduzidas para o português.

**Citações:** As citações dispostas no meio do texto devem seguir o padrão: (autor, ano da obra, número da página). Por exemplo: (LÉVI-STRAUSS, 1962, p. 122). Caso exista a repetição de um mesmo autor em citações sucessivas deverá repetir-se o formato (autor, ano da obra, número da página).

As citações com mais de três linhas deverão ganhar um parágrafo separado com recuo em todo o parágrafo de 4 cm, o espaçamento entre linhas simples e tamanho 10. As citações com tal parágrafo separado não devem ser envolvidas por aspas.

**Referências Bibliográficas:** As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final do artigo, listadas em ordem alfabética, obedecendo às seguintes normas (NBR 6023):

**Livro:** SOBRENOME, Nome (abreviado). **Título:** subtítulo. Número da edição, caso não seja a primeira. Local da publicação: nome da editora, ano.

**Coletânea:** SOBRENOME, Nome (abreviado) Título do ensaio. In: SOBRENOME, Nome (abreviado) do(s) organizador(es). **Título da coletânea:** subtítulo. Número da edição, caso não seja a primeira. Local da publicação: nome da editora, ano.

**Artigo em periódico:** SOBRENOME, Nome (abreviado). **Título do artigo.** *Nome do periódico em itálico*, local da publicação, volume e número do periódico, intervalo de páginas do artigo, período da publicação, ano.

**Dissertações e teses:** SOBRENOME, Nome (abreviado). **Título: subtítulo.** Ano. Páginas. Dissertação (mestrado) ou Tese (doutorado) (Grau acadêmico e área de estudos). Instituição em que foi apresentada. Local.

**Internet (documentos eletrônicos):** SOBRENOME, Nome (abreviado). **Título.** Ano, Disponível em: [endereço de acesso]. Acesso: em [data de acesso].

As referências a autores no decorrer do artigo devem subordinar-se ao seguinte esquema: (SOBRENOME DE AUTOR, data) ou (SOBRENOME DE AUTOR, data, página). Ex.: (Santos, 1994) ou (Santos, 1994, p. 25). Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra após a data. Ex.: (SANTOS, 1989a), (SANTOS, 1989b).

---